



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

MICHELE SILVA COSTA SOUSA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
AMAZÔNIA LEGAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

**PALMAS, TO
2024**

MICHELE SILVA COSTA SOUSA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
AMAZÔNIA LEGAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do
Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de
Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Waldecy Rodrigues

**PALMAS, TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S725i Sousa, Michele Silva Costa.
 Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal e sua Relação com o Desenvolvimento Regional. / Michele Silva Costa Sousa. – Palmas, TO, 2024.
 212 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2024.
 Orientador: Wadecy Rodrigues
1. Políticas Públicas. 2. Pós-Graduação, Desigualdades. 3. Responsividade, Forças Centrípetas e Centrífugas. 4. Epistemologia do Sul. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MICHELE SILVA COSTA SOUSA

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Foi avaliado para a obtenção do título de Doutor (a) e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador Waldecy Rodrigues e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30/04/2024

Banca Examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Waldecy Rodrigues, Servidor(a)**, em 30/04/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Ojima, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **clovis ultramari, Usuário Externo**, em 03/05/2024, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleiton Silva Ferreira Milagres, Servidor(a)**, em 03/05/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Pizzio da Silva, Servidor(a)**, em 06/05/2024, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

*Aos alicerces de minha vida, Rose Silva, Diego Sousa e Daniel Isaac, que sempre enxergaram a materialização dos meus impossíveis, até mesmo quando a esperança que existia estava encoberta pelo brilho de minhas lágrimas. Todo o feito não passaria de quimera senão fosse a segurança de suas mãos em cada tropeço e o acalento de seus corações a preencher com fé e amor incondicional, todo o meu ser.
À querida madrinha, Aparecida Costa (In memorian).*

AGRADECIMENTOS

À Deus, que com infinita misericórdia tem conduzido minha vida, e providenciado todo o necessário para que eu testemunhe as maravilhas que Ele tem feito em mim e aos meus.

Aos meus pais, Rosane Maria e José Roberto, pelos ensinamentos de valores e religiosidade inegociáveis, por serem apoio nos momentos de aflição e por me incentivarem a sempre ir além.

As minhas irmãs, Emanuele e Graciele, aos meus sobrinhos, Gabriel Hernán e Nívea Emanuele, por compreenderem minhas ausências, por serem colo e motivadores para a construção desta tese.

Ao meu amado esposo Diego, que esteve ao meu lado durante todo o processo de preparação e de seleção para o doutorado, compartilhando as emoções da minha aprovação e enfrentando comigo cada desafio superado e cada conquista alcançada. Meu grande interlocutor essencial também na condução da escrita da tese, força que me auxiliou, oferecendo suporte fundamental para manter minha concentração e serenidade. Obrigada.

À minha grande motivação para viver, meu filho Daniel Isaac, agradeço pelas manifestações de carinho e amor incondicional e por me ofertar, desde pequenino, o seu colo nos momentos em que eu mais precisei ser querida e entendida sem julgamentos.

Ao Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, meu orientador e grande incentivador nesse percurso de pesquisa e de aprendizados. Ter sido aceita como sua orientanda foi uma das maiores satisfações em meu caminho acadêmico. O Professor Waldecy é a conciliação entre competência e dialogismo que tem sempre em mente que o pesquisador é o resultado dos esforços diários de pessoas que são, primordialmente, humanas. Sou grata pelo encorajamento, pela compreensão e pelas interlocuções estabelecidas a fim de consumir este estudo.

Aos professores Dr. Alex Pizzio da Silva, Dr. Cleiton Silva Ferreira Milagres, Dr. Clóvis Ultramari e Dr. Ricardo Ojima, por aceitarem participar da banca de defesa. Aos professores Dr. Airton Cardoso Cançado e Dr. Thiago José Arruda de Oliveira por fazerem parte como suplentes.

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva e ao então vice-coordenador, Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado, pela confiança em meu trabalho e liberação para qualificação.

À Sônia Regina, bolsista do PPGDR, expresse minha gratidão pelas respostas às dúvidas e pelo suporte recebido, além da amizade incondicional.

Finalmente, agradeço aos colegas e amigos, em especial ao Igor Feitosa Lacorte Ayroza, Leonardo Andrade Carneiro, Flávio Ayres Marinho e Alessandra Czapski, com os quais compartilhei ansiedades e sonhos ao longo dos quatro anos de caminhada.

RESUMO

A internacionalização das universidades se apresenta como uma oportunidade para estabelecer parcerias e fomentar estudos que visam beneficiar regiões marcadas por disparidades socioeconômicas, a exemplo da Amazônia Legal. Nesse contexto, o foco desta tese é analisar a internacionalização dos Programas de Pós-graduação (PPG) da Amazônia Legal e sua relação com o desenvolvimento regional. A metodologia adotada se fundamenta em uma abordagem qualitativa-quantitativa de cunho interpretativista, utilizando-se de procedimentos investigativos embasados em documentos e nos currículos lattes dos docentes vinculados aos PPG da região amazônica, daqueles identificados com um perfil internacional e avaliados com notas 6 e 7 pela Capes. Nos estados desprovidos de PPG de nível internacional, foram selecionados aqueles com nota 5, por terem indicativos de transição nesse processo de internacionalização. Para a análise dos dados, orientou-se a partir de duas abordagens: Bakhtin (2016) e Sousa Santos (2007, 2016). Os resultados apontam que apenas 0,44% dos PPG da Amazônia Legal são considerados internacionalizados, o que pode estar relacionado às dificuldades em alcançar maior autonomia por seguir padrões exigidos pelas agências de fomento. Ainda os resultados deste estudo indicam que a maioria dos PPG analisados tem respondido aos desafios enfrentados na Amazônia Legal. Em particular, observa-se foco significativo em estudos estratégicos relacionados às questões ambientais e à biodiversidade endêmica da região. Essa constatação evidencia que os PPG internacionalizados têm conseguido articular de maneira coerente preocupações regionais às globais. A internacionalização não deve apenas seguir padrões do Norte Global, mas promover uma epistemologia do Sul que respeite a diversidade cultural e social como da região estudada. Conclui-se também que a responsividade dos PPG às demandas da internacionalização é evidente na elaboração de estratégias específicas e na busca por parcerias internacionais, publicações em revistas buscando o impacto global dos produtos técnico-científicos produzidos pelos colaboradores dos PPG, apesar das desigualdades socioeconômicas e científicas existentes na região da Amazônia Legal. Além disso, é notável que os PPG, principalmente os que estão em transição, gradativamente, estão buscando cumprir com o que é proposto pelas agências de fomento. Isso reflete uma postura responsiva ativa na adaptação às exigências de internacionalização, especialmente diante dos desafios enfrentados pela Amazônia Legal para superar desigualdades e obstáculos no desenvolvimento regional, visando reduzir as disparidades socioeconômicas em relação a outras regiões do país. Portanto, a internacionalização dos PPG na Amazônia Legal é um processo dinâmico, essencial para o progresso científico e acadêmico, impulsionado pela convergência e diversificação de conhecimentos e colaborações. Tanto a força centrípeta quanto a centrífuga desempenham papéis importantes nesse processo, para a promoção da qualidade, diversidade e do reconhecimento regional e global dos PPG.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Pós-graduação. Desigualdades. Responsividade. Forças centrípetas e centrífugas. Epistemologia do Sul.

ABSTRACT

The internationalization of universities emerges as an opportunity to establish partnerships and foster exchanges aimed at benefiting regions marked by socio-economic disparities, such as the Legal Amazon. In this context, the focus of this thesis is to analyze the internationalization of Postgraduate Programs (PPG) in the Legal Amazon and its relationship with regional development. The methodology adopted is based on a qualitative-quantitative interpretivist approach, using investigative procedures based on documents and the curriculum vitae of faculty members associated with the PPG in the Amazon region, those identified with an international profile, and evaluated with scores of 6 and 7 by Capes. In states lacking internationally rated PPG, those with a score of 5 were selected due to indicators of transition in this internationalization process. The treatment of collected data was guided by two approaches: Bakhtin (2016) and Sousa Santos (2007, 2016). The results indicate that only 0.44% of PPG in the Legal Amazon are considered internationalized, which may be related to difficulties in achieving greater autonomy by following standards required by funding agencies. Furthermore, the results of this study indicate that the majority of analyzed PPG have responded to the challenges faced in the Legal Amazon. In particular, a significant focus is observed on strategic studies related to environmental issues and the endemic biodiversity of the region. This finding demonstrates that internationalized PPG have been able to coherently articulate regional concerns with global ones. Internationalization should not only follow patterns from the Global North but also promote a Southern epistemology that respects cultural and social diversity as found in the studied region. It is also concluded that the responsiveness of PPG to the demands of internationalization is evident in the elaboration of specific strategies and in seeking international partnerships, as well as publications in journals aiming for global impact of the technical-scientific products produced by PPG collaborators, despite the socioeconomic and scientific inequalities existing in the Legal Amazon region. Moreover, it is notable that PPG, especially those in transition, are gradually seeking to comply with what is proposed by funding agencies. This reflects an active responsive posture in adapting to the demands of internationalization, especially in the face of challenges faced by the Legal Amazon to overcome inequalities and obstacles in regional development, aiming to reduce socioeconomic disparities compared to other regions of the country. Therefore, the internationalization of PPG in the Legal Amazon is a dynamic process, essential for scientific and academic progress, driven by the convergence and diversification of knowledge and collaborations. Both centripetal and centrifugal forces play important roles in this process, promoting quality, diversity, and regional and global recognition of PPG.

Key-words: Public policies. Postgraduate education. Inequalities. Responsiveness. Centripetal and centrifugal forces. Epistemology of the South.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Amazônia Legal
ABECS	Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
ABRALIC	Associação Brasileira de Literatura Comparada
ABGE	Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental
ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
ABEQUA	Associação Brasileira do Quaternário
ALAB	Associação de Linguística Aplicada do Brasil
ASLIPA	Associação de Professores de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Estado do Pará
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística
C&T	Ciência & Tecnologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CsF	Programa Ciência Sem Fronteiras
CTC-ES	Conselho Técnico Científico da Educação Superior
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDESAM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IES	Instituição de Ensino Superior
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
INCTBEB	Instituto Nacional de C&T de Biologia Estrutural e Bioimagem
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAEC	Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação
PLA	Português como Língua Adicional
PIB	Produto Interno Bruto
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudante Convênio de Pós-graduação
PNPG	Planos Nacionais de Pós-Graduação
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PrInt	Programa Institucional de Internacionalização

PPG	Programa de Pós-graduação
PPGDSTU	Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPGBAIP	Programa de Pós-graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários
PGECO	Programa de Pós-graduação em Ecologia
PPGF	Programa de Pós-graduação em Física
PPGG	Programa de Pós-graduação em Geologia e Geoquímica
PPGBM	Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular
PPGI	Programa de Pós-graduação em Informática
PPGL	Programa de Pós-graduação em Letras
PPGP	Programa de Pós-graduação em Psicologia
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBBiotec	Sociedade Brasileira de Biotecnologia
SBC	Sociedade Brasileira de Computação
SBEE	Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia
SOCINE	Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual
SBF	Sociedade Brasileira de Física
SBGEO	Sociedade Brasileira de Geologia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SPPC	Sociedade Piauiense de Psicologia Cognitiva e Comportamental
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UIO	Universidade de Oslo
USC	Universidade de Santiago de Compostela
USP	Universidade de São Paulo
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UWA	Universidade do Oeste da Austrália
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNCUYO	Universidade Nacional de Cuyo
HTLV	Vírus T-linfotrópico humano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia.....	21
REFERÊNCIAS	27
2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL	29
2.1 Introdução.....	29
2.2 Políticas públicas: aprofundando o conceito.....	31
2.3 Metodologia.....	36
2.4 Principais resultados da revisão sistemática.....	38
2.5 Considerações finais.....	46
REFERÊNCIAS	48
3. OS DISCURSOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS VOLTADOS ÀS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOB A ÓTICA DA CAPES	51
3.1 Introdução.....	51
3.2 Contribuições de Bakhtin para as práticas de internacionalização.....	53
3.3 Avaliação dos ppg pela capes.....	58
3.3.1 Análise do peso das notas de internacionalização das diferentes áreas do conhecimento.....	58
3.3.2 O que dizem as grandes áreas do conhecimento sobre internacionalização da pós- graduação?	62
3.4 Principais resultados e discussão	88
3.1 Considerações finais	94
REFERÊNCIAS	95
4 ESPECIFICIDADES DAS ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL	97
4.1 Introdução.....	97
4.2 A Amazônia Legal na perspectiva do desenvolvimento regional.....	103
4.3 A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional.....	112
4.4 Contribuições de boaventura souza santos para a Epistemologia do Sul.....	118
4.5 Análise dos dados dos PPG internacionalizados.....	120
4.6 Análise dos dados dos PPG com perfil internacional em transição.....	164
4.7 Principais resultados e discussão	188
4.8 Considerações finais.....	201
REFERÊNCIAS	203
5. CONCLUSÕES.....	208

1 INTRODUÇÃO

Durante minha vivência como secretária executiva de um Programa de Pós-graduação (PPG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pude observar a frequente mobilização em torno da internacionalização, especialmente durante o período de preenchimento e envio do Coleta, que é um componente integrante da Plataforma Sucupira, responsável por consolidar dados, como registros de matrícula, níveis de titulação e produções intelectuais, referentes aos PPG *stricto sensu* em todo o país. Tal prática visa fornecer suporte essencial ao processo de avaliação quadrienal conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no qual particularmente é relatado o que tem sido produzido na academia e as ações articuladas para promover a internacionalização. Essa realidade despertou o interesse em investigar mais a fundo o tema da internacionalização praticada na pós-graduação.

Dentre os fatos que acenaram para se estabelecer o desenvolvimento da pesquisa estão as recentes mudanças nas avaliações dos cursos de pós-graduação pela Capes, que coloca em evidência o fomento das ações de internacionalização como a constante busca por intercâmbios, a crescente demanda por publicações em língua estrangeira e a mobilização de redes de colaboração com instituições estrangeiras. Esses elementos são propícios para a criação e fortalecimento de parcerias técnico-científicas, e foram impulsionados, em grande parte, pelo aumento no financiamento por parte das agências de fomento à pesquisa nos últimos anos para redução das desigualdades regionais e sociais. Entretanto, por ora, verificou-se que não foi capaz de reverter a considerável concentração regional existente no país (SANTANA et al., 2019).

Motivada por essa realidade, decidi aprofundar meus estudos nesse campo. Em 2020, defendi dissertação no mestrado em Letras, investigando a relação entre a internacionalização e as práticas de letramento, o que possibilitou compreender melhor os impactos da internacionalização na área de estudos linguísticos, no contexto da pós-graduação da UFT. Os resultados apontaram que apesar de haver iniciativas de letramento acadêmico para promover a internacionalização na UFT, estas ainda são limitadas devido à então precária consistência em sua implementação, embora estejam alinhadas com as diretrizes da Capes, como a oferta de disciplinas e cursos de escrita acadêmica. Destacou-se, entre os PPG da UFT, predomínio do modelo das habilidades de estudo, que reflete a ênfase na compreensão da escrita e do letramento no ambiente acadêmico. No entanto, constatou-se um processo de

internacionalização mais voltado ao letramento autônomo, tendo em vista que foram identificadas, nas práticas acadêmicas, características da escrita padronizada (SOUSA, 2020).

Para prosseguir com os estudos nesta temática, no ano de 2022, decidi dar continuidade a minha pesquisa, porém, com um foco específico na internacionalização dos PPG da região da Amazônia Legal, explorando o tema na perspectiva do desenvolvimento regional. A Amazônia Legal, região que engloba nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, tem papel significativo na internacionalização das universidades do Brasil. A Amazônia Legal, com sua rica biodiversidade, heterogeneidade cultural e abundância de recursos naturais, é uma região que desperta interesse e curiosidade em pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo (GONÇALVES, 2012; SUDAM, 2023). Reconhecida pela sua importância ambiental para o Brasil e para o restante do mundo em múltiplos aspectos, a Amazônia convive de perto com significativas desigualdades. Desde a década de 1980, o olhar internacional para a Amazônia tem se modificado, com um crescente reconhecimento da questão ambiental como fator relevante, conforme demonstrado por Becker (2007). Entre 2019 e 2022, esse olhar mundial ganhou ainda mais intensidade, em parte devido ao antagonismo do governo brasileiro em relação à pauta ambiental durante esse período (SUDAM, 2023). Assim, a proposta desta tese perpassa sobre a internacionalização dos PPG da Amazônia Legal e como isso pode contribuir para o progresso acadêmico e científico da região, sob a ótica do desenvolvimento regional.

As universidades estão assumindo, de maneira ascendente, o papel de protagonistas no desenvolvimento regional, pois o Estado reconhece seu potencial para mitigar problemas e desigualdades em determinadas regiões, principalmente daquelas com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Acrescenta-se o fato de ser parte integrante do sistema de inovação ao transferir o conhecimento e a pesquisa para a sociedade, solucionando problemas e criando oportunidades (AUDY, 2017). A aproximação entre universidades e empresas na região amazônica, com vistas à proposição de ações de pesquisa e inovação, pode trazer benefícios para a população, potencializando a criação de soluções eficientes e inovadoras, e assim contribuindo para a promoção do desenvolvimento regional (SUDAM, 2023).

Cita-se como exemplo a importância de incorporar a extensão no currículo acadêmico, em razão de ampliar as possibilidades de inovações institucionais, dado a abertura de novas oportunidades. Essa integração, exemplificada pela influência direta na formulação de políticas públicas, destaca-se como um elemento crucial para o fomento da internacionalização nas universidades. A ação extensionista visa proporcionar, de forma imediata, um aprendizado tangível aos membros acadêmicos envolvidos, permitindo que

adquiram conhecimento prático e experiência com a comunidade. Isso os capacita a se tornarem agentes transformadores também no processo de promoção da internacionalização do ensino superior, conforme destacado por Floriano et al. (2017, p.11). Com isso, as universidades são impulsionadoras do desenvolvimento econômico e social, indo além de suas funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão (AUDY, 2017).

Para atender também às demandas regionais e promover a construção do conhecimento científico e tecnológico, a internacionalização tornou-se uma estratégia relevante adotada pelas universidades. Adicionalmente está com mais frequência na pauta da agenda política nacional, no intuito de ampliar a visibilidade dos PPG por meio das produções científicas de alto impacto, parcerias, mobilidade acadêmica e disseminação do conhecimento, além das fronteiras linguísticas (SOUSA, 2020).

As primeiras políticas públicas voltadas para a promoção da pós-graduação no Brasil surgiram na década de 1970, com o fortalecimento institucional por meio da mobilidade acadêmica dos docentes para o exterior. Essa abordagem fortaleceu os acordos de cooperação internacional, com vistas à qualificação dos colaboradores das universidades e dos profissionais ligados aos PPG (FEIJÓ, 2016).

A formulação de políticas públicas para a educação superior é influenciada pelas concepções e interesses políticos dos governos, pois cada um possui sua própria ideologia (SILVA, 2019). Nas universidades, os PPG são corresponsáveis pela formação de capital humano e pela geração de ideias complexas que impulsionam a ciência e a inovação. Ao transferirem o conhecimento técnico-científico para a sociedade, desempenham um papel essencial para a projeção internacional (BRENNAN; KING; LEBEAU, 2004). Assim, existe interesse por parte das universidades para que as atividades de pesquisa, ensino e extensão estejam alinhadas com as estratégias globais, de maneira a contribuir para a internacionalização da ciência, ao disseminar o conhecimento em outros idiomas e em publicações de impacto internacional (GOERGEN, 2012).

Nesta direção, a internacionalização é uma estratégia que impulsiona os sistemas de ensino superior e suas instituições, ao atender às demandas de educação em um mundo globalizado. No caso do Brasil, um país emergente, investir na internacionalização do ensino da pós-graduação é um passo crucial para sua inserção em políticas educacionais globais e para promover a cooperação entre instituições estrangeiras (LUCE; FAGUNDES; MEDIEL, 2016). Isso ocorre devido à associação entre globalização e competitividade na dimensão econômica, que passou a orientar o conceito de eficiência nos sistemas educacionais, com

vistas a incorporar distintos públicos dispostos a serem ajustados aos novos modelos e formatos educacionais (LAGE, 2015).

Por intermédio da internacionalização, as universidades têm a oportunidade de estabelecer parcerias e promover intercâmbios que beneficiem tanto regiões com aguçada desigualdade, como a região amazônica do Brasil, quanto à comunidade acadêmica global, o que pode impulsionar a pesquisa científica, a inovação e a busca por soluções para desafios específicos da Amazônia Legal, como a conservação ambiental, a valorização das comunidades tradicionais bem como o uso sustentável dos recursos naturais. É possível que haja implicação em maiores investimentos na região ao balizar as agências de fomento sobre o que necessitariam, em termos de promoção de ações no ensino superior, como via para potencializar ações de internacionalização da pós-graduação.

Estudiosos como Freire (2005) e Sousa Santos (2016) defendem a necessidade de dar visibilidade aos países em desenvolvimento, contrariando a lógica eurocêntrica dominante e posicionando-os também como referências universais, cada qual com suas particularidades. É importante mencionar que as universidades têm passado por mudanças organizacionais e estruturais para atender às demandas sociais, políticas e econômicas de seus contextos. A título de exemplo cita-se a cooperação Sul-Sul, proposta por Sousa Santos (2016), que se refere a uma forma de colaboração entre países em desenvolvimento ou regiões periféricas, com o objetivo de promover a solidariedade e a troca de conhecimentos e recursos. É uma forma de fortalecer as relações entre países do Sul Global, superando a dependência tradicional em relação aos países do Norte Global.

A participação dos PPG em redes de cooperação, tanto no ensino quanto na pesquisa, é uma estratégia que possibilita o aumento da inserção internacional das instituições de ensino superior, principalmente daquelas excluídas do processo de internacionalização. Em um estudo da Sudam (2023), enfatiza a importância de fortalecer a rede de cooperação e intercâmbio entre instituições de CT&I da região, para a promoção de ações de PD&I voltadas para a realidade amazônica. Embora a internacionalização da ciência e das universidades se dê por meio de distintas ações, como a difusão, colaboração e impacto internacional de seus produtos, é importante ressaltar que esses indicadores estão centrados em rankings de periódicos estrangeiros e na produção de documentos oficiais, principalmente em língua inglesa, por ser considerada a língua franca da ciência. Isto reforça a influência dos padrões dominantes na perpetuação da internacionalização do ensino superior (SANTIN; VANZ; STUMPF, 2015).

No Brasil, o aumento do número de cursos de pós-graduação nos últimos anos e a reestruturação da avaliação liderada pela Capes são fatores que contribuíram para o aumento da produção científica (SOUSA; FUZA, 2021). A Capes atribui significativo peso à produção acadêmica qualificada na avaliação dos PPG, comparando-os com os de desempenho internacional (SOARES, NOVA, 2017). Contudo, o desafio para a produção científica brasileira não se limita ao quantitativo de artigos publicados, mas também à veiculação desses artigos em periódicos de alto impacto e com inserção internacional (BORINI; FERREIRA, 2015).

Diante disso, os PPG precisam passar por mudanças organizacionais e estruturais que visem à qualidade e integração internacional, o que envolve esforços de diferentes atores, bem como planejamento estratégico para estimular a produção de materiais científicos em outros idiomas, projetos de cooperação, disciplinas ministradas em língua estrangeira, formação contínua, por meio de mobilidade no exterior e recebimento de professores, estudantes e pesquisadores estrangeiros. O financiamento e o apoio à pesquisa concedido pelas agências de fomento são fundamentais para o estabelecimento dos PPG em parâmetros internacionais, permitindo a mobilidade acadêmica e demais ações colaborativas (TOSTA; STALLIVIERI; TOSTA, 2016).

As agências de fomento têm relevância primordial na definição de estratégias de excelência para as universidades. No país, os principais financiamentos para a pós-graduação estão concentrados nos apoios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Capes desempenha papel fundamental como órgão avaliador dos PPG, por meio do monitoramento da qualidade auferida através das avaliações quadrienais e monitoramento anual, levando em consideração as especificidades de cada área do conhecimento. A dimensão da internacionalização é uma das variáveis avaliadas e diferencia os PPG de excelência com notas entre 6 e 7 dos demais (RAMOS, 2017). De acordo com Velloso (2004), a Capes tem um impacto significativo na pós-graduação brasileira, por meio de sua política de fomento aos PPG, no sistema de avaliação existente e nas concessões de bolsas.

O apoio financeiro fornecido pelas agências de fomento e o incentivo à pesquisa desempenha papel essencial na realização de uma gama de atividades que promovem a mobilidade acadêmica e outras ações colaborativas, que contribuem significativamente para propiciar aos PPG o estabelecimento em padrões internacionais. Um exemplo concreto desse apoio foi o lançamento do edital Capes Print em 2018, com a proposta de selecionar projetos focados na internacionalização de instituições de ensino superior que tinha como critério

possuir, no mínimo, quatro PPG recomendados na então última avaliação realizada pela Capes antes de ser lançado o edital. Este previa a implementação de ações ao longo de quatro anos, por meio da oferta de auxílio financeiro para missões de trabalho no exterior, recursos para a manutenção de projetos, bolsas tanto no exterior quanto no país. Entretanto, é fundamental destacar que nenhum dos projetos nesta chamada recebeu apoio para instituições sediadas na região amazônica, sendo favorecidas aquelas mais consolidadas em nível internacional no país (SOUSA; FUZA, 2021).

Para alcançar referência internacional, as universidades têm passado por reestruturações para atender às demandas sociais, políticas e econômicas, de acordo com o contexto em que estão inseridas. Contudo, é importante considerar que em regiões economicamente periféricas, os desafios são ainda maiores.

Os rankings acadêmicos têm se tornado cada vez mais influentes no âmbito universitário e são utilizados por gestores e formuladores de políticas (*policy makers*) no ensino superior para ajustar seus planejamentos, inclusive voltados as ações de internacionalização. Esses rankings são considerados como avaliação de reputação e prestígio entre as universidades, ainda que não reflitam diretamente a qualidade das instituições avaliadas. Além disso, eles têm influência na obtenção de financiamento público e privado e estimulam a competição entre as universidades. Essa influência dos rankings reforça o viés produtivista acadêmico e o instrumentalismo econômico que caracterizam a educação superior internacional contemporânea (VIEIRA; LIMA, 2016).

Uma possível explicação para os resultados insatisfatórios em relação às desigualdades regionais no Brasil está ligada ao fato de que as regiões economicamente periféricas enfrentam maiores desafios no campo científico e tecnológico. Um exemplo disso é a região Norte, que tem baixa representatividade em termos de doutores (5,7%), de produção científica (2,0%) e de patentes (2,1%) em comparação com outras regiões do país (RODRIGUES & RODRIGUES, 2013). Complementando, o estudo da Sudam (2023) analisou que indicadores como “Dispêndios em CT&I” em relação às receitas totais dos governos estaduais e de “Pedidos de Patentes”, a Amazônia Legal e a região Norte figuraram nas últimas posições nos respectivos rankings em relação às demais regiões brasileiras, evidenciando a urgência de avançar nessa temática na região. A falta de investimentos públicos em CT&I pode resultar na perda de oportunidades para a criação de novos produtos e tecnologias, além da dinamização da economia regional.

Dados como esses reforçam a ideia de que a região Norte tem dificuldades para atrair e fixar doutores ou pesquisadores qualificados. Para minimizar este gargalo, verifica-se que a

oferta de cursos de pós-graduação da Amazônia Legal está em crescimento, visto que no período de 2000 a 2015 aumentou de 2,7 % para 7,4%, comparando com os indicadores no âmbito brasileiro. Para dar continuidade a este crescimento é de suma importância que o ambiente institucional em que as universidades estão inseridas estimule pesquisas relacionadas às demandas regionais e a produção de artigos em periódicos científicos de alto impacto (RODRIGUES, 2017; SUDAM, 2023).

Deste modo, o objetivo desta tese é analisar a internacionalização dos Programas de Pós-graduação da Amazônia Legal e suas relações com o desenvolvimento regional. Dentre os objetivos específicos destacam-se:

- a) analisar as políticas públicas que promovem a internacionalização do ensino superior na região amazônica brasileira;
- b) analisar os discursos acadêmico-científicos das áreas do conhecimento da Capes sobre as estratégias de internacionalização adotadas pelos PPG;
- c) analisar as práticas de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal à luz do que se convencionou denominar epistemologia do Sul.

Assim, propõe-se elucidar o que está em vigor a partir do que é recomendado e requisitado pelas agências de fomento e trazer à luz os significados e as distintas possibilidades de potencializar a internacionalização. Para tanto, embora as experiências do Norte Global possam ser fontes de referência, é crucial adaptá-las às realidades epistêmicas e geopolíticas do Sul. A ideia é desafiar a visão exclusivamente cogitativa e, com isso, buscar alternativas que considerem as nuances específicas do contexto do Sul, sem desconsiderar as boas práticas do Norte. Essa abordagem visa desmitificar a noção de que o que funciona em uma região deve ser aplicado de forma idêntica em outra, reconhecendo as singularidades de cada contexto. Nesse sentido, serão utilizadas neste estudo as abordagens teóricas de Bakhtin (2016) e Sousa Santos (2007, 2016).

As contribuições de Bakhtin (2016) para a compreensão das dimensões linguísticas nos documentos oficiais das agências de fomento são fundamentais. Bakhtin destaca a importância da linguagem como um fenômeno social, influenciado por diferentes vozes e perspectivas. Ao aplicar sua teoria, é possível analisar como as escolhas linguísticas nos documentos refletem poder, ideologia e dinâmicas sociais, oferecendo insights sobre as intenções subjacentes das agências de fomento. Além disso, a abordagem de Bakhtin (2016) pode revelar como as vozes diversas interagem nos documentos, proporcionando uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas na internacionalização dos PPG, na Amazônia Legal. Identificar as forças centrífugas (que dispersam) e centrípetas (que

convergem) nesse contexto, também contribuirá para mapear os impulsionadores e as limitações do processo de internacionalização.

Sousa Santos (2007, 2016), por sua vez, oferece uma perspectiva crítica e emancipatória, destacando a importância de reconhecer e valorizar o conhecimento local. Sua abordagem sobre a epistemologia do Sul Global pode complementar a análise, fornecendo insights sobre como os PPG na Amazônia Legal podem incorporar saberes locais em suas estratégias de internacionalização, de forma a promover uma abordagem mais inclusiva e contextualizada.

A ‘epistemologia do Sul’ propõe uma reflexão sobre o conhecimento produzido nas regiões historicamente marginalizadas e colonizadas, desafiando as perspectivas hegemônicas do Norte global. O conceito destaca a necessidade de reconhecer e valorizar diferentes formas de conhecimento, incluindo aquelas que emergem das experiências e dos saberes locais (SOUSA SANTOS, 2007).

Ao aplicar essa perspectiva à análise das assimetrias na internacionalização, é possível analisar como as relações coloniais e as desigualdades globais influenciam o acesso e a participação das instituições do Norte, no cenário internacional. Essa abordagem crítica busca reparar os danos históricos e promover uma internacionalização mais equitativa, considerando as realidades específicas da Amazônia Legal e combatendo as discriminações que podem impedir seu pleno desenvolvimento no contexto internacional.

Diante dessa realidade, algumas questões foram elaboradas, como forma de nortear o estudo empreendido: Como a internacionalização ocorre nos PPG da Amazônia Legal e quais são suas especificidades em relação a outras regiões brasileiras? Quais são as demandas das agências de fomento para os PPG da região? O que as grandes áreas do conhecimento têm apregoado para a promoção da internacionalização da pós-graduação? Essas indagações ajudam a construir o problema de pesquisa: *Entender em que medida as estratégias utilizadas pelos PPG da Amazônia Legal são consideradas como responsivas ao receberem demandas de ações de internacionalização, buscando se adequar gradualmente aos requisitos propostos pelas agências de fomento, mesmo enfrentando dificuldades, devido as particularidades da região e do que é apregoado por cada área do conhecimento.* A partir dessas discussões, essa tese contribuirá para compreender a dinâmica da internacionalização dos Programas de Pós-graduação da Amazônia Legal, ao levar em consideração suas particularidades regionais, e explorar estratégias e perspectivas que podem contribuir para seu desenvolvimento regional e para a superação das desigualdades.

Neste contexto, e também dado o quantitativo limitado de PPG da Amazônia Legal com conceito 6 ou 7 na avaliação quadrienal da Capes, a hipótese desta tese é que estes PPG adotam uma atitude de responsividade ativa ao receberem demandas de ações de internacionalização, ao buscarem se adequar aos requisitos propostos, mesmo ao enfrentar maiores desafios no processo de internacionalização em comparação com os PPG de regiões mais consolidadas no país.

A tese está organizada em cinco capítulos que serão organizados em três artigos científicos (Capítulos 2 ao 4). O capítulo 1, Introdução, contextualiza o tema da internacionalização da pós-graduação no Brasil e na Amazônia Legal, além de apresentar os objetivos, questões orientadoras e o problema de pesquisa proposto. Neste capítulo, são apresentadas também duas subseções, uma descreve o procedimento metodológico adotado e outra contextualiza a Amazônia Legal sob a ótica do desenvolvimento regional.

O segundo capítulo realiza uma análise por meio de revisão sistemática das políticas públicas que visam promover a internacionalização do ensino superior na região amazônica brasileira.

O terceiro capítulo se dedica à análise dos discursos acadêmico-científicos relacionados às práticas de internacionalização dos PPG na perspectiva da Capes, com a utilização os relatórios da última avaliação quadrienal da pós-graduação brasileira e os conceitos de forças centrífugas e centrípetas que operam nesse contexto, tomando como base as contribuições de Bakhtin (2016).

No quarto capítulo, são apresentadas as contribuições de Boaventura Santos (2016, 2019), ao serem analisadas as práticas de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal e sua relação com o conceito de epistemologia do Sul.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as principais conclusões obtidas a partir da pesquisa realizada nesta tese.

1.1 Metodologia

A pesquisa proposta aborda as práticas e perspectivas de internacionalização da pós-graduação na região da Amazônia Legal no Brasil. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa-quantitativa de cunho interpretativista, e utilizou-se de procedimentos investigativos baseados em documentos e currículo lattes dos docentes vinculados aos PPG da região amazônica identificados com perfil internacional, com notas 6 e 7 emitidas pela Capes. Nos estados que não continham PPG de nível internacional, foram selecionados os com nota

5, considerados em transição. Esta escolha metodológica permite uma compreensão mais abrangente do panorama da internacionalização na região amazônica, ao identificar tanto os programas que já alcançaram reconhecimento internacional quanto aqueles que estão em busca dessa legitimação. Dessa forma, a inclusão dos programas com nota 5 enriquece a análise desta tese ao oferecer insights sobre os desafios e estratégias adotadas por programas em diferentes estágios de internacionalização, além de conferir maior representatividade do que tem sido feito pelos PPG que ainda não estão no patamar de internacionalização.

Ao adotar um método misto, a pesquisa permite a coleta de dados de forma simultânea ou distinta, complementando-se conforme a necessidade de informações para atender ao objetivo principal da investigação (CRESWELL, 2010). A combinação de elementos da abordagem quantitativa e qualitativa tem como propósito ampliar e aprofundar o entendimento e as explicações do estudo de forma mais abrangente.

A abordagem interpretativista atribui ao processo metodológico a capacidade de gerar significados a partir da pluralidade de vozes que compõem o mundo social. Isso significa considerar, na análise dos dados, as questões relacionadas a poder, ideologia, história e subjetividade. Dessa forma, os pesquisadores podem compreender o mundo social, a partir de vários significados construído pelos indivíduos (MOITA LOPES, 1994).

Do conjunto de Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal existem 10 que possuem notas entre 6 e 7, os quais são considerados de excelência e com maior impacto internacional, conforme é apregoadado pela Capes. Parte-se do pressuposto que são esses os PPG que são referências a se internacionalizarem e, por isso, foram selecionados nesta pesquisa.

Dos 448 Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Amazônia Legal (Quadro 1), apenas 0,448% (10) alcançaram o status de internacionalização, conforme definido pela Capes (Quadro 2), os quais estão concentrados em apenas três estados desta região, principalmente de origem do estado do Pará (70%). Para abranger os demais seis estados da Amazônia Legal, foi selecionado um PPG de cada estado com nota 5 e buscou-se selecionar uma diversidade de áreas de conhecimento para melhor representatividade da amostra da pesquisa (Quadro 3). No Tocantins foram selecionados mais de um PPG, tendo em vista que corresponde ao estado de origem da doutoranda que ora propõem esta pesquisa e da instituição em que atua, circunstância que desperta o interesse em conhecer a realidade estadual.

Quadro 1 - Relação do quantitativo de PPG da Amazônia Legal reconhecidos pela Capes

Estado	Quantitativo
Acre	15
Amapá	12
Amazonas	70
Maranhão	68
Mato Grosso	68
Pará	152
Rondônia	19
Roraima	14
Tocantins	30

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Quadro 2 - Relação dos PPG da Amazônia Legal com perfil de internacionalização

Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Nome do Programa	Nível	Nota
Universidade Federal do Pará – UFPA	Astronomia / Física	Física	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Ciências Biológicas I	Genética e Biologia Molecular	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Ciências Biológicas III	Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Linguística e Literatura	Letras: Linguística e Teoria Literária	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Psicologia	Psicologia	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Geociências	Geologia e Geoquímica	M/D	7
Universidade Federal do Pará – UFPA	Interdisciplinar	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	M/D	7
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Ciência da Computação	Informática	M/D	6
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA	Biodiversidade	Biologia (Ecologia)	M/D	7
Universidade Federal do Maranhão	Serviço Social	Políticas Públicas	M/D	6

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Quadro 3 - Relação dos PPG da Amazônia Legal com perfil de internacionalização em transição

Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Nome do Programa	Nível	Nota
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Desenvolvimento Regional	M/D	5
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Ciências Ambientais	Ciências do Ambiente	M/D	5
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Produção Vegetal	Ciências Agrárias	M/D	5
Universidade Federal do Mato Grosso – UFTM	Medicina Veterinária	Ciências Veterinárias	M/D	5
Universidade Federal do Amapá- UNIFAP	Biodiversidade	Biodiversidade Tropical	M/D	5
Universidade Federal do Acre – UFAC	Linguística e Literatura	Letras: Linguagem e Identidade	M/D	5
Universidade Estadual de Roraima – UER	Ensino	Ensino de Ciências	M/D	5

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Para responder aos objetivos propostos nesta pesquisa e obter uma compreensão mais abrangente dos temas em questão, serão utilizados procedimentos investigativos baseados em análise de dados secundários. Os principais documentos analisados no estudo incluem:

1. Relatório de avaliação das áreas de conhecimento da Capes: Esses relatórios fornecem uma visão geral sobre as áreas de conhecimento e suas respectivas tendências e características no período de 2017 a 2020. A Capes realiza a cada quatro anos avaliações periódicas dos PPG, fornecendo informações detalhadas sobre sua qualidade, desempenho e características específicas. Esses relatórios podem revelar aspectos relevantes da internacionalização dos PPG na Amazônia Legal, destacando suas particularidades em comparação com outras regiões brasileiras. Dessa forma, podem oferecer insights sobre a internacionalização da pós-graduação de acordo com o que é apregoado por cada área do conhecimento. Os dados foram coletados em junho de 2023 quando foram liberados os relatórios pela Capes.

2. Currículo Lattes dos docentes efetivos dos PPG selecionados: O Currículo Lattes é uma plataforma amplamente utilizada no Brasil para a criação de perfis acadêmicos. Ao analisar os currículos dos docentes efetivos dos PPG internacionalizados, é possível identificar suas áreas de expertise, participação em redes internacionais, publicações em periódicos internacionais, bolsistas produtividade dentre outras informações relevantes para compreender a contribuição dos PPG para a internacionalização do ensino superior. A coleta

de dados ocorreu no mês de agosto de 2023, abrangendo um mapeamento extenso que envolveu um total de 365 currículos lattes. Este levantamento representou uma abordagem abrangente, permitindo uma análise robusta das informações disponíveis naquele período específico, como pode ser visualizado nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Relação do quantitativo de currículos analisados dos PPG internacionalizados da Amazônia Legal

Nome dos PPG	Quantitativo
Física	20
Genética e Biologia Molecular	23
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	21
Letras: Linguística e Teoria Literária	23
Psicologia	27
Geologia e Geoquímica	24
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	23
Informática	34
Biologia (Ecologia)	35
Políticas Públicas	31
Total	261

Fonte: Plataforma Lattes, CNPq (2023).

Quadro 5 - Relação do quantitativo de currículos analisados dos PPG em via de internacionalização da Amazônia Legal

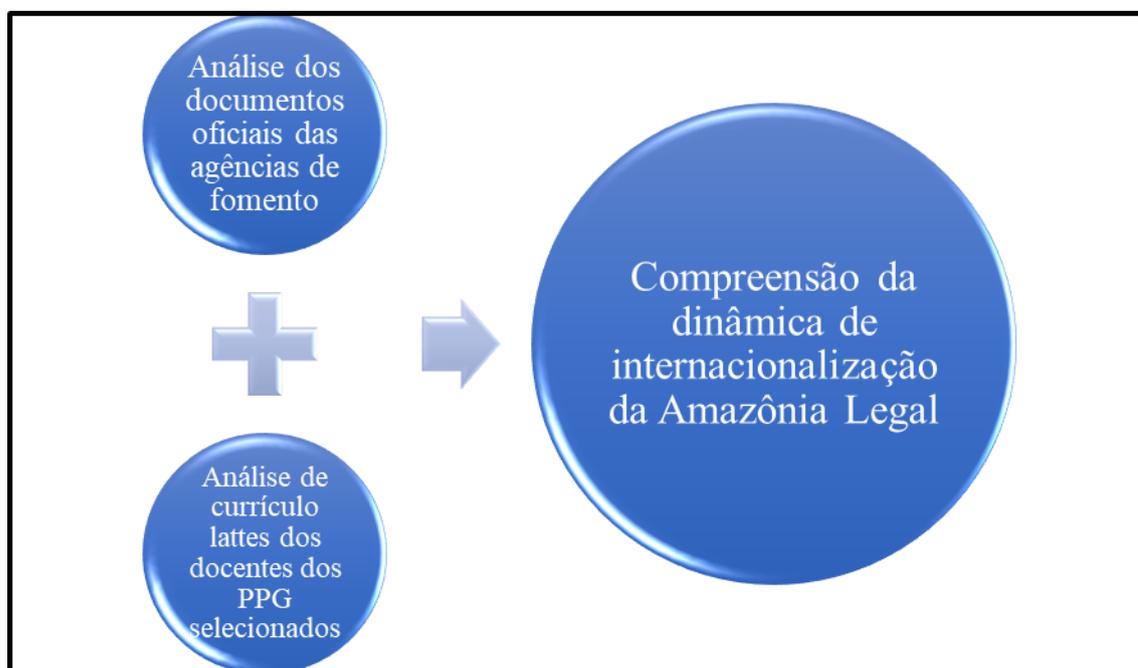
Nome dos PPG	Quantitativo
Desenvolvimento Regional	16
Ciências do Ambiente	16
Ciências Agrárias	14
Ciências Veterinárias	14
Biodiversidade Tropical	14
Letras: Linguagem e Identidade	18
Ensino de Ciências	12
Total	

Fonte: Plataforma Lattes, CNPq (2023).

Em consonância com a abordagem proposta por Ludke e André (1986), há um estímulo ao emprego da técnica de análise de dados secundários. Essa abordagem se revela vantajosa, pois possibilita uma ampliação na compreensão dos objetos empíricos, contextualizando-os de acordo com suas particularidades. Cada documento carrega consigo uma identidade singular, e ao analisá-los de forma conjunta, abre-se espaço para estabelecer

diálogos e enriquecer a análise da pesquisa. As etapas condutoras da investigação, podem ser melhor visualizadas através do esquema elaborado na Figura 1.

Figura 1 - Síntese das etapas de coleta de dados da tese



Fonte: Elaborada pela autora.

A fim de organizar os dados coletados foram elaborados tabelas, quadros e figuras (nuvem de palavras) para facilitar a visualização e estabelecer conexões analíticas entre os elementos da pesquisa e a leitura que embasou o estudo.

Os documentos oficiais das grandes áreas da Capes foram analisados, examinando os gêneros presentes nos enunciados provenientes das agências de fomento. A proposta foi verificar como as diretrizes de internacionalização são descentralizadas e como influenciam os PPG ao promoverem ações para se adequar aos parâmetros exigidos. Os relatórios da última avaliação da Capes possibilitaram realizar comparações entre as áreas do conhecimento e suas respectivas orientações para a internacionalização.

Em um segundo momento, foram analisados os currículos Lattes dos docentes permanentes dos PPG selecionados, com vista a identificar se a produção acadêmica atende aos requisitos das agências de fomento, no que diz respeito à promoção da internacionalização. Foram considerados indicadores como parecerista ad hoc e publicações em revistas internacionais de alto impacto e de língua estrangeira, participação em redes de colaboração com pesquisadores estrangeiros, organização de eventos técnico-científicos de

caráter internacional, bem como o quantitativo de bolsas de produtividade em pesquisa concedidas aos docentes dos PPG.

REFERÊNCIAS

- AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v.31, n.90, p.75-87, 2017.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.
- FLORIANO, M. D. P; MATTA, I. B; MONTEBLANCO, F. L; ZULIANI A. L. B. Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 16, n. 2, 2017.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012. 177p.
- LAGE, T. S. R. **Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2015.
- LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA**, v.10, n.2, p. 329-338, 1994.
- SANTANA, J. R; TEIXEIRA, A. L. S; RAPINI, M. S; ESPERIDIÃO, F. Financiamento público à inovação no Brasil: contribuição para uma distribuição regional mais equilibrada? **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 52, p.355-387, 2019.
- PLATAFORMA SUCUPIRA. **Programa de Governança Colaborativa de Informações da Pós-Graduação (GoPG)**. 2024. Disponível em: <<https://sucupira-beta.capes.gov.br/sucupira4/>>. Acesso em 10 jan. 2024.
- SOUSA, M. S. C; FUZA, A. F. Os discursos acadêmico-científicos voltados à internacionalização dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v.26, e260019, 2021.
- SOUSA, M. S. C. **Práticas de letramento e o processo de internacionalização de programas de pós-graduação**. Dissertação (Mestrado em Letras). 129p. Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2020.
- SOUSA SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, v.18, n.43, p.24-56, 2016.
- SOUSA SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, p.3-46, 2007.
- SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024 -2027**. Belém: SUDAM, 2023.

THEIS, I. M; BUTZKE, L; SANTOS, N. A. G. Contradições do desenvolvimento regional no Brasil: formação do território e inserção internacional. **Desenvolvimento em Questão**, n.20, v.58, p. 1-16, 2022.

VELLOSO, J. A Pós-Graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 517, 2004.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

2.1 Introdução

A internacionalização da educação superior envolve diversas expectativas e possibilidades para as instituições de ensino. Refere-se a uma estratégia adotada pelas universidades para atender às exigências dos processos de globalização. Nesse sentido, destaca-se a implementação de medidas governamentais, com o objetivo de aprimorar a participação do Brasil na construção do conhecimento científico e tecnológico. As universidades desempenham um papel crucial nesse processo, uma vez que promovem intervenções para adaptar suas estruturas internas e aproveitar ao máximo os incentivos governamentais e das agências de fomento nacionais e internacionais (TOSTA; STALLIVIERI; TOSTA, 2016).

As primeiras políticas públicas voltadas para a promoção da pós-graduação no Brasil surgiram na década de 1970, quando foi iniciado o fortalecimento institucional desse nível de ensino, por meio de ações de mobilidade acadêmica dos professores para o exterior. Nesse período, houve o fortalecimento dos acordos de cooperação internacional com o objetivo de qualificar os colaboradores das universidades e, conseqüentemente, os profissionais ligados aos PPG (FEIJO, 2016).

A história da pós-graduação no Brasil está intrinsecamente ligada à criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme documentado nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), como indicado no Quadro 1. Isso demonstra que a política da Capes foi evoluindo ao longo do tempo, e a internacionalização gradualmente se tornou um elemento crucial para a busca da excelência nas instituições de ensino superior.

Quadro 1 - Síntese dos Planos Nacionais de Pós-Graduação e suas ênfases.

Plano	Período	Ênfase
I PNPG	1975 a 1979	Formação de especialistas para o sistema universitário e para os setores industrial e público.
II PNPG	1982 a 1985	Aperfeiçoamento da qualidade da formação em nível de pós-graduação.
III PNPG	1986 a 1989	Importância estratégica da pós-graduação para a autonomia nacional.

IV PNPG	Não promulgado	Diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação.
V PNPG	2005 a 2010	Minoração das assimetrias regionais, aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação e impacto da pós-graduação na sociedade e no setor produtivo.
VI PNPG	2011 a 2020	Melhoria da qualidade da Educação Básica, formação de recursos humanos para os setores considerados estratégicos, busca da internacionalização e da cooperação internacional da pesquisa e dos programas de pós-graduação, estímulo ao financiamento da pós-graduação.

Fonte: Adaptado de Cabral et al. (2020).

De forma geral, observa-se que a formulação de políticas públicas para a educação superior é influenciada pela concepção que os governos têm sobre a relação entre universidade, Estado e sociedade, uma vez que possuem suas próprias ideologias e interesses políticos (SILVA, 2019).

Os setores da pós-graduação desempenham atribuições fundamentais na capacitação de recursos humanos qualificados e na produção de ideias complexas que impulsionam os avanços científicos e inovadores. Além disso, desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento técnico-científico para benefício da sociedade em geral (BRENNAN, KING; LEBEAU, 2004). Afinal, como acentua Goergen (2012), as atividades de pesquisa, ensino e extensão devem estar alinhadas com as estratégias globais, uma vez que essas ações podem contribuir efetivamente para o processo de internacionalização da universidade, disseminando o conhecimento em outras línguas, por intermédio de publicações de impacto internacional, por exemplo.

Dessa forma, a internacionalização se configura como um recurso que impulsiona os sistemas de educação superior (e suas instituições) a atenderem às demandas por educação no mundo globalizado. Ao considerar que o Brasil é um país emergente, investir na internacionalização do ensino superior é uma etapa crucial para sua inserção em políticas educacionais globais e processos de intercooperação entre instituições estrangeiras (LUCE; FAGUNDES; MEDIEL, 2016).

No contexto brasileiro, a região amazônica é economicamente periférica e apresenta desigualdades ainda maiores no campo científico e tecnológico. Verifica-se que apenas 5,7% dos doutores do país estão presentes nessa região, assim como apenas 2,0% da produção científica e 2,1% das patentes depositadas (RODRIGUES; RODRIGUES, 2013). Esses dados reforçam a ideia de que a região enfrenta dificuldades para atrair e reter doutores e pesquisadores qualificados, o que limita o processo de internacionalização do ensino superior.

Apesar dos déficits do ensino superior nessa região brasileira, observa-se um crescimento na oferta de cursos de pós-graduação na Amazônia Legal. Entre 2000 e 2015, essa oferta aumentou de 2,7% para 7,4%, em relação ao panorama nacional. Para dar continuidade a esse crescimento, é necessário que o ambiente institucional que envolve o meio acadêmico, estimule pesquisas relacionadas às demandas e especificidades regionais e a produção de artigos em periódicos científicos de alto impacto (RODRIGUES, 2017).

Diante da escassez de estudos sobre a dinâmica do ensino superior na região amazônica (RODRIGUES, 2017) e, principalmente, sua relação com a internacionalização, a hipótese levantada nesse estudo é que o acesso às políticas públicas pelas universidades pode reduzir as assimetrias e, com isso, aprimorar a internacionalização do ensino superior na região amazônica brasileira.

Nesse contexto, busca-se analisar, as políticas públicas que promovem a internacionalização do ensino superior na região amazônica brasileira, por meio da revisão sistemática da literatura¹.

2.2 Políticas públicas: aprofundando o conceito

Diferentes estratégias estão sendo desenvolvidas no Brasil com o objetivo de promover a internacionalização das instituições de ensino superior. Entre essas estratégias, com o apoio de políticas públicas, destacam-se a mobilidade de estudantes e professores para realizar o curso no exterior, e a expansão de parcerias por meio do credenciamento de instituições no exterior (KNIGHT, 2003).

Nos últimos anos, as políticas de mobilidade acadêmica com foco na internacionalização do ensino superior brasileiro têm recebido importante impulso por parte do governo federal. A ideia central tem sido apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados, mediante concessão de cotas de bolsas para programas de doutorado

¹ Uma revisão sistemática de literatura é uma forma de pesquisa que vai além da simples revisão de literatura encontrada em trabalhos acadêmicos. Ela segue protocolos específicos e busca trazer uma lógica para um amplo conjunto de documentos. Este tipo de pesquisa requer uma abordagem metodológica rigorosa, incluindo a delimitação clara da questão de pesquisa, a seleção cuidadosa das bases de dados relevantes, a formulação de uma estratégia de busca detalhada, a seleção criteriosa dos documentos a serem incluídos na análise e a sistematização dos resultados obtidos (GALVÃO; RICARTE, 2020).

no exterior, às instituições de ensino superior que possuem cursos de doutorado reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019).

Dentre as ações governamentais implementadas, destaca-se a criação, em 2011, do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que substituiu o antigo Doutorado Sanduíche Balcão. Além disso, foi criado o Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), com o objetivo de ampliar o número de cotas concedidas às instituições de ensino superior, agilizando assim o processo de implementação das bolsas de estágio doutoral no exterior (CAPES, 2019).

Em 2011, outra iniciativa de relevância foi o lançamento do Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), uma colaboração entre os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC). O CsF, financiado pela Capes e pelo CNPq, teve como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia, inovação e competitividade brasileira. Isso seria alcançado por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional de pesquisadores. O programa foi planejado para ser executado entre 2011 e 2014 e contemplou dezoito áreas estratégicas definidas pelo governo federal, para as quais foram destinadas mais de 100.000 (cem mil) bolsas para estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros realizarem mobilidade acadêmica internacional. O CsF representou um investimento total de cerca de R\$10 bilhões dos recursos públicos, sendo considerado uma iniciativa ousada no contexto das políticas públicas de internacionalização (ARCHANJO, 2015). Em 2017, o programa passou por reformulações e começou a ter foco na pós-graduação, visto que anteriormente privilegiava o intercâmbio de alunos da graduação.

Ao final do ciclo dessa política, em 2016, o governo federal avaliou que o CsF “foi capaz de aumentar a visibilidade internacional da educação superior brasileira (...) [e] lançou bases mais sólidas para a inserção de universidades e outras instituições brasileiras em programas de cooperação internacional na área de pesquisa” (BRASIL, 2015, p. 61).

Contudo, ao analisar a mobilidade de doutorandos, por meio do programa de doutorado sanduíche, autores como Torres, Silva e Gomes (2016) identificaram particularidades em diferentes etapas dessa mobilidade acadêmica. Na primeira etapa, que antecedia o intercâmbio, ocorria um maior envolvimento por parte do estudante, assim como a necessidade de custear o processo, caso aplicável. Isso já pode ser um obstáculo para a adesão dos estudantes ao programa, já que o orientador, como apoio, apenas intermediava o contato com o orientador de destino. Observou-se também a necessidade de planejamento das atividades durante o período de doutorado sanduíche, uma vez que não havia obrigatoriedade em cursar disciplinas, desde que todos os conteúdos obrigatórios do PPG de origem tivessem

sido concluídos. Ocasionalmente a possibilidade de transformação do propósito inicial, em uma viagem turística, devido à falta de uma programação efetiva que contribuísse para a pesquisa. Assim, com as adequações necessárias sendo realizadas, verificou-se que ao concluir as atividades do período de sanduíche, ocorreu um salto qualitativo, por intermédio das produções e desempenho dos doutorandos, advindo da vivência e das experiências em instituições de excelência. Especialmente os estudantes que optaram por participar de grupos de pesquisa e realizar as disciplinas como ouvintes, visto que tiveram a oportunidade de adquirir amplo conhecimento e aprimorar sua formação acadêmica e profissional, como apontado pelos autores mencionados.

As considerações do estudo desenvolvido por Torres, Silva e Gomes (2016) revelaram uma desconexão entre o referencial dessa política e o ocorrido na prática. Ou seja, o doutorado sanduíche, apesar de ser uma política voltada para a mobilidade acadêmica, com o objetivo de internacionalizar os programas de pós-graduação e suas instituições, ainda necessitava passar por ajustes. Dessa forma, o doutorado sanduíche se mostrou benéfico para o doutorando, embora nem sempre cumpriu fidedignamente seu propósito acadêmico. O infortúnio residiu na falta de estratégias das instituições de ensino superior, de incentivo as práticas que fortaleçam a conexão entre as mesmas e promovam a complementação do conhecimento, por meio de projetos de pesquisa, desenvolvimento & inovação (PD&I) conjuntos, de reforço as linhas de pesquisa dos PPG. De toda maneira, verificou-se que essas estratégias são utilizadas pelos estudantes que buscam sua própria internacionalização, independente do cumprimento do planejamento proposto pelo PPG de origem.

Nesse contexto, é importante destacar que, atualmente a internacionalização é uma das prioridades das universidades brasileiras. Contudo, nem sempre o governo e nem as instituições de ensino estão ponderando as ameaças existentes por trás dos benefícios. Ou seja, ao se priorizar apenas algumas ações de internacionalização, como a mobilidade acadêmica ou o incentivo ao uso da língua inglesa, deixa-se de direcionar atenção para políticas que promovam a divulgação do conhecimento produzido no exterior, bem como viabilizar a integração dos estrangeiros que chegam às universidades brasileiras (NÓBREGA, 2016).

De toda forma, é evidente que as políticas nacionais de internacionalização têm impulsionado a projeção científica do Brasil no cenário internacional, especialmente considerando o status de país emergente, o que aumenta sua visibilidade. Isto também contribui para o aumento da qualidade do ensino superior e promove a cooperação técnico-científica e intercâmbio de conhecimentos entre instituições de diferentes países.

As questões sociais relacionadas aos direitos garantidos pelo Estado para população excluída, em países capitalistas que enfrentava altos níveis de desigualdade e vulnerabilidade, ganharam mais relevância a partir do século XX. Atribui-se a esse fato o processo de industrialização e modernização dos meios de produção que provocaram impactos sociais negativos na sociedade em geral (ESPING-ANDERSEN, 1991; ARRETCHE, 1995).

Embora já existissem algumas experiências que buscavam minimizar os problemas enfrentados por determinados grupos excluídos da sociedade, o fenômeno do “*welfare state*”, também conhecido como estado de bem-estar social ganhou destaque e se institucionalizou somente após os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Foi no contexto desses eventos, que transformou completamente a dinâmica da sociedade, que as políticas públicas surgiram, com destaque para as políticas sociais que se tornaram universais, buscando enfrentar os inúmeros problemas enfrentados pelos indivíduos em áreas como aposentadoria, habitação, educação, saúde, dentre outras (ESPING-ANDERSEN, 1991; ARRETCHE, 1995).

É fundamental compreender as políticas públicas como um processo de solução de problemas, especialmente aqueles relacionados à desigualdade, exclusão, repressão, insegurança, discriminação e/ou pobreza de grupos de indivíduos estabelecidos. Isso leva o Estado a intervir para atender e modificar determinadas situações. Nesse sentido, as políticas públicas constituem conjunto de ações intencionais e causais do Estado que têm como propósito alcançar objetivos de interesse público, isto é, resolver problemas e melhorar a situação da sociedade. Para isso, é necessária uma ampla interação entre o Estado e a sociedade, já que a política é pública e não apenas governamental (AGUILAR, 2010).

Nesse contexto, segundo Méndez (2010), a definição de política pública está relacionada a um problema que pode ser amenizado ao ser considerado um conceito mais amplo, abrangendo elementos destacados pela literatura, nos quais quase todas as definições incluem ação governamental voltada para o cumprimento de determinados objetivos. Vale ressaltar que tanto a intervenção quanto a falta de intervenção do governo para resolver determinado problema são casos de políticas públicas.

A disciplina de políticas públicas foi influenciada pelas ideias de Lasswell e surgiu nos Estados Unidos, no século XX, como uma forma de compreender como as decisões do Estado são tomadas, se o conhecimento orienta a deliberação decisória e em que medida. De maneira geral, as políticas públicas são consideradas multidisciplinares e interdisciplinares e estão inseridas no âmbito das ciências políticas (*policy sciences*). Logo, para identificar a adequação causal das políticas públicas, é necessário compreender seus propósitos, como a

efetividade da direção estatal, que só é possível por meio da adoção do conhecimento científico.

O aprofundamento do estudo das políticas públicas pela comunidade acadêmica baseia-se não na legitimidade política do governante ou em sua institucionalidade, mas na inteligência e eficácia de suas decisões. Isso requer que os governantes tenham conhecimento para alcançar resultados e benefícios sociais, mais do que apenas legitimidade. Dessa forma, é uma demanda justa da sociedade que os governos ajam de maneira impecavelmente pública e comprovadamente eficaz, e esse é o objetivo fundamental da análise, formulação e implementação das políticas públicas. Neste intento, as ações do Estado precisam ter uma dupla dimensão: política e técnica, ou seja, um componente normativo e outro técnico-científico (AGUILAR, 2010).

Para que uma política pública seja efetivamente implementada, é necessário analisar seu ciclo de operação, que envolve ações anteriores e posteriores à sua formulação, abrangendo cinco estágios: (1) A ‘definição da agenda’ que é um processo social e político no qual uma situação na vida social é qualificada e reconhecida como um problema público. Isso requer que o Estado busque soluções por meio da formulação de políticas públicas. Assim, com base nos temas prioritários da agenda pública, o Estado mobiliza recursos e formula políticas para responder às demandas da sociedade; (2) A ‘definição do problema’ público envolve a identificação dos elementos distintivos e socialmente prejudiciais, bem como suas causas e efeitos, a fim de embasar a formulação da política pública; (3) A ‘construção de opções’ (ou tomada de decisão) que é necessária para resolver o problema público e planejar ações consideradas apropriadas para a realidade social em questão; (4) O processo de ‘implementação’ da política que envolve o planejamento das ações de comunicação para informar, explicar, esclarecer, justificar e defender a política pública, definida pelos formuladores de políticas e para alcançar o público interessado no assunto; (5) Por último, ocorre a ‘avaliação’ da política pública, com o objetivo de obter um panorama da política em andamento, seu grau de institucionalização, identificar o que precisa ser corrigido em termos técnicos e melhorar sua operacionalização. Dessa forma, são feitas as alterações necessárias na política e inicia-se um novo ciclo (AGUILAR, 2010).

Ao analisar as políticas públicas, Majone (2010) faz uma crítica aos erros que ocorrem no progresso econômico e que poderiam ser evitados se considerassem evidências óbvias, ideias e conceitos básicos. As imprecisões nas análises de políticas estão vinculadas à visão convencional, que se origina de uma perspectiva inapropriada sobre políticas e análises de

políticas, as quais devem ser encaradas como assessorias aos formuladores de políticas públicas para atingir a fase de tomada de decisões.

É importante ressaltar a participação direta dos cidadãos na elaboração de políticas públicas. Sem dúvida, nesse cenário, ocorre um aprimoramento no design, na implementação e nos resultados. No entanto, é importante considerar que, em certos casos, a participação direta da sociedade civil pode não ser desejável ou viável em sua totalidade. De modo geral, as políticas públicas podem ser categorizadas como *top-down* (elaboradas de cima para baixo) ou *bottom-up* (originadas a partir de demandas de baixo para cima) (SÁENZ, 2010).

De qualquer forma, para que as políticas públicas possam progredir, é fundamental que sejam avaliadas ao longo de seu ciclo de vida, a fim de subsidiar as decisões dos gestores públicos e de *policy makers* para garantir a transparência dos recursos disponibilizados e a qualidade dos serviços prestados à sociedade (OLIVEIRA, 2012). A avaliação contínua permite identificar sucessos e desafios, bem como ajustar e aprimorar as políticas em vigor.

Em resumo, as políticas públicas constituem importante instrumento para enfrentar os desafios sociais e promover a melhoria das condições de vida da população. Elas envolvem um conjunto de ações intencionais e causais dos entes federais, estaduais e municipais, orientadas para resolver problemas e alcançar objetivos de interesse público. Para que sejam eficazes, as políticas públicas devem ser embasadas em conhecimento científico, considerar a participação da sociedade civil e passar por um ciclo de formulação, implementação e avaliação contínua. A busca pela eficácia e eficiência nas ações governamentais é fundamental para garantir o bem-estar social e aprimorar o funcionamento do Estado.

2.3 Metodologia

Para a condução metodológica deste estudo, desenvolveu-se um protocolo de coleta de dados. Inicialmente, foi conduzido um levantamento sistemático da literatura utilizando a plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) para o acesso aos artigos mapeados. Optou-se pela plataforma Google Acadêmico devido à sua natureza de base de dados aberta, que proporciona maior acessibilidade à sociedade e, por conseguinte, uma ampla disponibilidade de conteúdo técnico-científico.

As palavras-chave (*strings*) utilizadas na busca foram: ‘ensino superior’ ou ‘pós-graduação’ e ‘políticas públicas’ e ‘internacionalização’ e ‘Amazônia Legal’. Dentre os resultados obtidos, foram selecionados apenas os trabalhos que representavam estudos de caso relacionados aos estados da região da Amazônia Legal, no período de 2011 a 2022.

Em 10 de janeiro de 2023, efetuou-se o levantamento, identificando 65 resultados. Após a aplicação de filtros, a leitura dos resumos e a exclusão de documentos duplicados com foco na proposta deste estudo, apenas nove trabalhos foram selecionados para análise, conforme o mapeamento de estudos por estados (Quadro 2). A maioria dos estudos encontrados tinha foco em questões que abrangiam o contexto nacional como um todo, não sendo o objeto empírico proposto para esta pesquisa. Além disso, não foram encontrados trabalhos específicos referentes aos estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Esses dados vão de encontro ao que relatou Rodrigues (2017) sobre a escassez de estudos sobre a internacionalização do ensino superior na região amazônica.

Quadro 2 - Lista de trabalhos mapeados

Referência	Estado analisado
ALENCAR, T. R. S. Ensino de português como língua adicional na universidade federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização. Revista X , Curitiba, v. 13, n.1, p. 323-350, 2018.	Amapá
DIEL, J. O; BAMPI, A. C; NICOLETTI, G. T; FAZIO, M. C. Internacionalização: o caso da universidade do estado de Mato Grosso – Unemat- Brasil e a Universidade Nacional De Cuyo – Uncuyo – Argentina. In: Anais do XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária . Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.	Mato Grosso
CHAGAS, E. L. T; SALAZAR, D. M; NETO, J. P. Q. A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM. Educação Profissional e Tecnológica em Revista , v. 4, p.190-214, 2020.	Maranhão
ALMEIDA, S.M.C. Do Maranhão para o mundo e vice-versa: Ciência sem Fronteiras como política de internacionalização do IFMA . 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luiz/MA, 2016.	Maranhão
MOREIRA, H. V; SILVA, H. P. O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), a Experiência da Casa Brasil-África e a Internacionalização na Universidade Federal do Pará. In: Freire et al. (Org.). Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul . Cidade da Praia: Editora Uni-CV, 2017, v. 1, p. 245-268.	Pará
MILHOMEM, R. B. B. Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras no Tocantins: limites, desafios e potencialidades . 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2016.	Tocantins
LAGE, T. S. R. Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras . Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.	Tocantins
SOUSA, M. S. C; RODRIGUES, W; CANÇADO, A. Os rankings acadêmicos e suas relações com os ODS: estudo de caso na Universidade Federal do Tocantins. Colóquio , v. 19 n. 1, 2022.	Tocantins
SANTOS, B. L. S. Desenvolvimento da internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015) . 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.	Roraima

Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, é importante ressaltar que a escolha dessa região com características singulares, se justifica pela proposta de melhor entendimento da relação entre políticas públicas e internacionalização do ensino superior, no contexto da realidade dos estados que compõem a Amazônia Legal. Essa abordagem permite compreender como as políticas implementadas pelos governos mencionados afetaram a internacionalização dos programas de pós-graduação nessa região, como pode ser verificado com mais detalhes nas próximas seções.

2.4 Principais resultados da revisão sistemática

No contexto do estado do Amapá, um estudo realizado por Alencar (2018) analisou as ações de políticas de ensino de Português como Língua Adicional (PLA) na Universidade Federal do Amapá (Unifap) e como essas ações foram concebidas como parte da construção de políticas de internacionalização. O autor destaca que, apesar das iniciativas locais para promover o ensino do PLA, o apoio das instâncias superiores é ainda limitado.

É ressaltado que a internacionalização não deve ser apenas voltada para métricas e rankings, mas também deve promover o desenvolvimento formativo e resistir a abordagens mercadológicas. No entanto, os resultados demonstraram que as ações de PLA se concentraram principalmente na atividade extensionista, com a aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros, não abrangendo grupos minoritários, como surdos, indígenas ou migrantes (refugiados ou com visto humanitário) que fazem parte da realidade do estado. Além disso, observou-se que essas ações foram recentes e exigiram um esforço maior dos agentes sociais locais, que muitas vezes não encontraram o apoio necessário. As ações realizadas foram mais articuladas na esfera horizontal, dentro da própria instituição, do que na vertical, envolvendo agências de fomento, o governo e demais instituições de ensino e pesquisa.

O estudo revelou ainda uma concepção convencional de internacionalização, focada principalmente na mobilidade estudantil e no ensino de línguas estrangeiras. A complexidade da implementação de políticas de internacionalização foi destacada, assim como, a necessidade de diálogo entre a esfera horizontal e a vertical, para promover a inserção e a cidadania de todos os envolvidos no processo de internacionalização, das instituições de ensino superior.

No estado de Mato Grosso, um estudo de caso realizado por Diel et al. (2019) analisou o processo de internacionalização entre a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e

a Universidade Nacional de Cuyo (Uncuyo), localizada em Mendoza, Argentina. Com o objetivo de ampliar o conhecimento e adquirir novas habilidades para atender às demandas globais e contemporâneas, essas duas instituições têm intensificado suas ações de colaboração desde o ano de 2007.

A Unemat e a Uncuyo têm a expectativa de estabelecer um consórcio de universidades para o desenvolvimento de programas de internacionalização, incluindo a implementação de certificações compartilhadas, a criação de observatórios de gestão da internacionalização e a publicação de revistas científicas internacionais. Além disso, o intercâmbio acadêmico de alunos, professores e técnicos, bem como a realização de missões institucionais de estudos, encontros e participações em eventos, são atividades que visam promover a troca de conhecimento e a colaboração entre as instituições. A permuta de oferta de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação, tanto presencialmente quanto virtualmente, também é esperada, trazendo benefícios mútuos para ambas as instituições de ensino.

A Uncuyo possui uma vasta experiência em internacionalização e desenvolve projetos como a “internacionalização em casa” para garantir oportunidades equitativas aos estudantes. Por sua vez, a Unemat busca oferecer um ensino superior diferenciado, em várias regiões do Mato Grosso e está investindo na estruturação do seu Escritório de Relações Internacionais. Ambas as universidades têm como objetivo fortalecer a política de internacionalização e aprimorar suas atividades acadêmicas, em benefício da comunidade universitária.

Em suma, a parceria entre a Unemat e a Uncuyo representa um esforço conjunto para impulsionar a internacionalização e aprimorar as práticas acadêmicas, buscando ampliar as oportunidades educacionais e fortalecer as relações entre as instituições de ensino.

No estado do Tocantins, foram realizados três estudos relevantes, sendo um sobre rankings acadêmicos e dois sobre o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). O estudo de Lage (2015) concentrou-se na análise do CsF na região norte do Brasil, com ênfase nas peculiaridades da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e na percepção dos beneficiários e gestores dessa política pública. O estudo destacou que a região norte apresenta características únicas, como sua biodiversidade e desafios de desenvolvimento, enfrentando limitações em infraestrutura educacional e interação entre universidades e empresas. Além disso, a baixa densidade populacional e o isolamento geográfico dificultam o acesso a oportunidades de internacionalização.

A implementação do CsF teve um papel significativo na internacionalização da UFT, proporcionando maior mobilidade acadêmica internacional e benefícios para os alunos de baixa renda. Mas, durante o processo, surgiram desafios, como a falta de proficiência em

idiomas estrangeiros e a necessidade de aprimorar o suporte e o acompanhamento dos estudantes durante sua estadia no exterior.

Tanto os beneficiários quanto os gestores destacaram as potencialidades do CsF, incluindo o enriquecimento cultural, o desenvolvimento pessoal e a ampliação da visão de mundo. Os alunos relataram ganhos em independência, crescimento pessoal e aprimoramento de habilidades como respeito, tolerância e organização. Por ora, é importante ressaltar que o programa apresentou fragilidades que merecem atenção especial, especialmente no que diz respeito à proficiência em línguas estrangeiras. Além disso, é necessário abordar o baixo número de bolsistas contemplados na modalidade de pós-graduação, tanto na UFT quanto nas outras universidades federais da região norte do país.

É essencial enfrentar essas fragilidades, em particular a dificuldade com a língua estrangeira, que se mostrou um obstáculo para a participação e o sucesso dos estudantes no programa. Aprimorar a preparação dos alunos antes de sua ida ao exterior, oferecer treinamento, monitoramento e acompanhamento adequados durante sua experiência, assim como garantir um retorno mais efetivo e aproveitamento de disciplinas, após a conclusão do CsF, são aspectos que requerem atenção e melhorias.

Em resumo, o CsF teve um impacto significativo na UFT, trazendo benefícios aos alunos e contribuindo para a internacionalização da instituição. Por outro lado, é necessário enfrentar os desafios e fragilidades identificados, como a falta de proficiência em idiomas estrangeiros, a fim de aprimorar o programa e garantir uma implementação mais eficaz e equitativa.

Por sua vez, o estudo de Milhomem (2016) buscou compreender o Programa Ciência sem Fronteiras no estado do Tocantins, focando na modalidade de graduação sanduíche. O estudo identificou contribuições e limitações decorrentes da implementação do programa, além de propor recomendações para melhorias. A análise dos editais do CsF revelou avanços e melhorias ao longo do tempo. Porém, os participantes destacaram diversas limitações, como problemas de comunicação entre agências de fomento e bolsistas, ausência de diálogo entre gestores nacionais e coordenadores institucionais, falta de participação dos gestores locais no planejamento nacional, insuficiente preparação e acompanhamento adequados dos bolsistas, dentre outros desafios.

Apesar das limitações, os participantes relataram que a experiência no CsF vai além da formação acadêmica, abrangendo também o desenvolvimento pessoal e profissional, além de contribuições científicas para a sociedade. Embora existam desafios a ser enfrentados, a

implementação das recomendações pode contribuir para a melhoria do programa, que desempenha um papel importante na formação dos estudantes brasileiros.

Em relação aos rankings acadêmicos, Sousa et al. (2022) destacaram a importância da proliferação desses rankings como forma de avaliar a qualidade do ensino, mas ressaltaram a necessidade de considerar métricas alternativas que analisem o desempenho das universidades, em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De qualquer forma, afastando-se das métricas tradicionais de produtividade, surgiu o Times Higher Education Impact Rankings, que avalia o desempenho das universidades em relação as metas dos ODS, oferecendo uma alternativa de avaliação para as universidades menos tradicionais, que recebem menores recursos ou estão localizadas em regiões pouco desenvolvidas e mais desiguais. Contudo, mesmo com a introdução desse ranking fundamentado nas metas dos ODS, as universidades da região Norte do Brasil permanecem à margem, enfrentando desafios para canalizar todos os esforços na promoção de ações alinhadas ao desenvolvimento regional. Isso é especialmente evidente diante das significativas disparidades socioeconômicas e tecnológicas que caracterizam a região.

Ainda assim, a UFT está em processo de inclusão em alguns rankings acadêmicos, incluindo o *Times Higher Education Impact Rankings*. Sua recente inclusão nesse ranking dos ODS pode proporcionar resultados mais promissores do que em outras classificações acadêmicas. Isso se deve à implementação de ações que promovem a inclusão de indígenas e quilombolas em suas políticas de ações afirmativas educacionais, por exemplo. Essas ações refletem uma forma de reduzir as assimetrias entre as universidades brasileiras e impulsionar a erradicação da pobreza, que é o princípio orientador da agenda 2030 da ONU, com foco na sustentabilidade. Portanto, é necessário promover ações que melhorem as condições de vida da população, especialmente em regiões com aguçada desigualdade, o que pode ter um impacto significativo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No contexto do Maranhão, foram mapeados dois estudos que tiveram como foco analisar a realidade dos Institutos Federais e sua relação com o processo de internacionalização. No campo da educação profissional e tecnológica, a internacionalização tem o potencial de superar a histórica dualidade entre educação geral e ensino profissional, buscando uma formação ampliada do indivíduo em suas diversas dimensões. Foi observado que entre os anos de 2011 e 2016 ocorreu o auge da internacionalização nos Institutos Federais, com a criação de Assessorias de Relações Internacionais e Centros de Línguas (ALMEIDA, 2016; CHAGAS, SALAZAR; NETO, 2020).

Um dos estudos mapeados, conduzido por Chagas, Salazar e Neto (2020), analisou a internacionalização da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). No IFAM, foram promovidos seminários de sensibilização para ações de internacionalização, além da aplicação de testes de proficiência, com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica, nos editais de mobilidade internacional. A maior participação ocorreu no CsF. Todavia, os autores destacam que essa experiência também revelou as vulnerabilidades do país em desenvolvimento, como a ausência de políticas linguísticas voltadas para o estudo de línguas estrangeiras, naquele momento. A reflexão dos autores é que quando se conhece outra cultura, estrutura de ensino, língua e abordagem educacional, é mais provável que o indivíduo seja capaz de mudar sua própria realidade e a da sociedade. Ao oficializar diretrizes para a internacionalização da educação profissional no IFAM, verificou-se que essas diretrizes contribuíram para a formação humana dos estudantes beneficiários.

No entanto, é imperativo refletir se as políticas de internacionalização implementadas no IFAM efetivamente promovem a formação humana integral dos estudantes. Em outras palavras, é fundamental verificar se as diretrizes estabelecidas nas normativas se concretizam na vivência daqueles que participam das ações de internacionalização. Este questionamento é relevante e demanda investigações adicionais, especialmente ao considerar a perspectiva dos alunos, intercambistas e demais envolvidos no processo. Essas pesquisas adicionais visariam avaliar se a internacionalização da educação profissional e tecnológica abrange, de fato, a formação integral do indivíduo, alinhada aos princípios da educação politécnica.

Outro estudo mapeado foi o de Almeida (2016) que teve como objetivo analisar os aspectos políticos, científicos e formativos do Programa Ciência sem Fronteiras no IFMA, nos anos de 2012 a 2015. Foi constatado que, nesse período, houve uma intensificação do processo de internacionalização institucional, por meio do CsF, mas de forma desorganizada. Em relação aos estudantes beneficiários, as principais contribuições foram de ordem pessoal, cultural e linguística. Contudo, os desafios para a internacionalização do IFMA estão relacionados à dependência de iniciativas governamentais, à priorização de convênios com países do eixo Norte, aos altos custos da mobilidade acadêmica, aos baixos níveis de proficiência em línguas estrangeiras dos servidores e estudantes, às dificuldades para atrair pesquisadores e, principalmente, à forma passiva e desarticulada como a internacionalização ainda ocorre.

A cooperação internacional é vista como um instrumento fundamental para resolver problemas econômicos, sociais, culturais e também humanitários. No estado do Pará, os

autores Moreira e Silva (2017) analisaram a situação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) no cenário geral da Universidade Federal do Pará (UFPA), com vistas ao processo de acolhimento e acompanhamento dos alunos africanos na universidade, a partir da experiência da Casa Brasil-África. O PEC-G é considerado o maior instrumento de internacionalização da UFPA ao receber uma parcela significativa de alunos estrangeiros. Esta iniciativa contribui para a redução das desigualdades sociais, além de ser um instrumento em potencial de influência da educação, ciência e cultura brasileira em âmbito global.

A região amazônica tem despertado grande interesse internacional, atraindo estudantes e pesquisadores de diversos países. A UFPA recebeu um quantitativo significativo de estudantes estrangeiros, principalmente provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da África. Estes são predominantemente homens jovens, cujos pais possuem alto nível de escolaridade, porém baixa renda e muitos dependentes. Eles buscam principalmente cursos na área da saúde e tecnologia e dependem do apoio institucional para garantir o próprio sustento e sucesso acadêmico. No entanto, do mesmo modo que outros grupos de estudantes, como quilombolas, indígenas e minorias sociais, os estrangeiros supracitados enfrentam a falta de políticas de acompanhamento e diversas formas de discriminação durante sua estadia no país.

O intercâmbio acadêmico é considerado um dos aspectos fundamentais da cooperação internacional, todavia, lidar com a internacionalização vai além das políticas de circulação de pessoas e cooperação entre países. Também envolve as relações sociais, identitárias e culturais dos indivíduos e suas famílias, que podem enfrentar desafios, como isolamento, discriminação e conflitos (MOREIRA; SILVA, 2017).

No contexto do PEC-G/UFPA, de acordo com Moreira e Silva (2017), havia a necessidade de uma avaliação geral para verificar se o programa estava atingindo os objetivos de formar profissionais qualificados para atender às necessidades de seus países de origem.

A universidade tem o papel de promover uma formação humanista que minimize a exclusão e reduza as desigualdades. No entanto, há desafios a serem superados, como a necessidade de melhorar o acolhimento institucional, fornecer suporte adequado aos estudantes estrangeiros, combater a xenofobia e o racismo cultural e institucional, além de garantir a institucionalização e a infraestrutura adequada para a Casa Brasil-África. Com isso, é necessário que a universidade adote ações de recepção, acolhimento, orientação e acompanhamento, para que os estudantes estrangeiros possam alcançar seus objetivos acadêmicos e contribuir para a produção de conhecimento, com promoção de uma sociedade

global mais inclusiva e respeitosa para com a diversidade humana (MOREIRA; SILVA, 2017).

Em Roraima, Santos (2017) investigou a internacionalização da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e identificou um padrão de desenvolvimento externo, reativo e passivo, com uma grande dependência de programas e convênios internacionais propostos por instituições parceiras. Além disso, foram observadas lacunas institucionais significativas, no que se refere à recepção de estrangeiros e ao envio da comunidade acadêmica ao exterior. A pesquisa ressalta a importância de aprofundar os debates sobre a internacionalização das universidades brasileiras, visando compreender o fenômeno, seu conceito e características, respondendo a questionamentos como ‘por que internacionalizar?’ e ‘para quem internacionalizar?’.

A internacionalização das universidades oferece oportunidades para integração, cooperação técnico-científica e intercâmbio cultural entre diferentes povos e saberes, além de criar um ambiente institucional e acadêmico mais globalizado. Contudo, a UFRR ainda enfrenta desafios para direcionar adequadamente seus esforços e promover uma internacionalização efetiva, especialmente devido à escassez de recursos e à limitada capacidade política e administrativa. Os resultados da pesquisa também destacam as estratégias de internacionalização adotadas pela UFRR, como a cooperação entre professores de diferentes instituições de ensino superior e a mobilidade acadêmica por meio de convênios internacionais. Essas estratégias ainda são limitadas e dependem da participação de outras instituições estrangeiras. Além disso, a pesquisa identificou a necessidade de fortalecer as políticas de internacionalização nas fronteiras vizinhas, como Venezuela e Guiana, e de aprimorar a infraestrutura e os serviços de apoio aos estudantes estrangeiros. Em resumo, o estudo revelou que a UFRR enfrenta desafios na internacionalização, mas também oferece sugestões para aprimorar sua estratégia e melhorar a gestão administrativa, buscando uma internacionalização mais efetiva e alinhada às necessidades da instituição.

Os estudos de Lage (2015); Alencar (2018) e Diel et al. (2019) analisados nesta revisão sistemática destacam a necessidade de desenvolver políticas de internacionalização específicas para a região amazônica, considerando sua distância geográfica dos centros de poder econômico e político. Essa realidade impõe restrições à execução de iniciativas voltadas para a internacionalização do ensino superior, dado que a região se encontra à margem das políticas públicas, como apontado pelos supracitados autores analisados neste estudo. Com isso, comparar essa região com outras apenas por meio de métricas seria inadequado, uma vez

que isso reflete uma perspectiva global que enxerga a internacionalização principalmente como um meio mercadológico. Segundo Almeida (2016, p.7),

[...] as políticas para a educação superior, nem de longe, se fazem neutras ou unilaterais. Ao contrário, em tempos de intensa globalização, elas se pautam na defesa da hegemonia de áreas do conhecimento de aplicabilidade lucrativa, da acessibilidade massificada, da expansão precarizada e da internacionalização subordinada aos países desenvolvidos.

Um exemplo da disparidade no financiamento de políticas de internacionalização no ensino superior entre as regiões brasileiras é o caso do CsF, no qual a região Sudeste recebeu um maior número de bolsas em comparação com a região Norte. Até o ano de 2015, apenas 7,77% das bolsas disponibilizadas foram destinadas à região Norte, o que não condiz com sua extensão territorial (LAGE, 2015).

O CsF foi considerado a política pública mais estudada no contexto da internacionalização do ensino superior brasileiro (LAGE, 2015; MILHOMEM, 2016). Apesar das críticas recebidas, houve avanços significativos propiciados pela mesma. Pode-se inferir que essa política foi a que mais contribuiu para a internacionalização das instituições de ensino. O programa foi criado em 2011 pelo governo de Dilma Roussef com o objetivo de incentivar a formação acadêmica no exterior, mediante a concessão de bolsas de estudo, para que os alunos pudessem participar de projetos científicos em universidades de excelência.

Em conclusão, a internacionalização nos estados da região da Amazônia Legal apresenta desafios e disparidades significativas em relação a outras regiões do Brasil. A distância geográfica dos centros de poder econômico e político cria uma situação de marginalização, resultando em menores oportunidades de desenvolvimento de ações efetivas de internacionalização no ensino superior. O fomento financeiro, exemplificado pelo caso do CsF, destaca uma disparidade marcante, onde a região Norte recebeu uma quantidade significativamente menor de bolsas em comparação com a região Sudeste. Contudo, diante desses desafios, é crucial elaborar e implementar políticas que fomentem a internacionalização nas instituições de ensino da região amazônica. Isso não apenas visa superar as limitações estruturais, mas também procura identificar estratégias que contemplem a diversidade cultural, promovam o desenvolvimento e incentivem a cooperação internacional. Essa abordagem visa garantir uma participação ativa e equitativa no panorama global de educação superior. Dessa forma, será possível não só promover a inclusão, o intercâmbio de conhecimentos e a formação integral dos estudantes, especialmente os de baixa renda, mas também contribuir para o desenvolvimento regional e a construção de uma

sociedade globalmente justa e colaborativa. No entanto, é fundamental explorar e considerar diversas abordagens para alcançar esses objetivos.

2.5 Considerações finais

Ao analisar os estudos sobre a internacionalização do ensino superior na região amazônica, fica evidente a escassez de pesquisas nesse contexto, destacando a necessidade premente de investimentos adicionais em investigações, para impulsionar a internacionalização na região. Esta lacuna de estudos ressalta a urgência de ampliar pesquisas que possam embasar as decisões dos gestores públicos e dos *policy makers*, na formulação ou ajustes de políticas públicas. É crucial enfrentar as especificidades desta região, marcada pela exclusão socioeconômica e científica em comparação a outras regiões do Brasil, principalmente o Sul e o Sudeste.

Essa realidade demanda medidas precisas e específicas que possibilitem o desenvolvimento de ações eficazes, levando em consideração o ambiente competitivo em que a educação superior brasileira está inserida, especialmente no que se refere à internacionalização. Assim, é imperativo avaliar criticamente como as políticas públicas existentes impactam de fato a promoção da internacionalização nas universidades da região amazônica. Apesar da importância das políticas públicas, é evidente que a efetividade delas pode ser comprometida por desafios estruturais, como a falta de profissionais capacitados para liderar os PPG. Esse descompasso entre as políticas e a realidade da infraestrutura das universidades pode ser um fator limitante para o alcance dos objetivos propostos. Infere-se, neste estudo, que o acesso às políticas públicas pelas universidades pode reduzir as assimetrias na região amazônica brasileira e, com isso, potencializar a internacionalização do ensino superior regional.

No entanto, é importante destacar que a efetividade das políticas de internacionalização depende de uma série de fatores, como a infraestrutura das instituições de ensino, o apoio financeiro adequado, a qualificação dos docentes e pesquisadores, bem como a capacitação dos envolvidos nos processos de convênios e relações internacionais da universidade, a integração das atividades de internacionalização ao currículo acadêmico, o reconhecimento e a valorização das experiências internacionais na carreira dos profissionais, dentre outras variáveis. Essas lacunas revelam que as políticas públicas, por si só, ainda não estão adequadas à realidade da Amazônia Legal; pois o desafio reside também na implementação eficaz dessas políticas.

Além disso, é necessário considerar as desigualdades regionais e socioeconômicas presentes no país, como forma de garantir que as oportunidades de internacionalização sejam acessíveis aos beneficiários de diferentes origens e regiões, evitando a concentração de recursos e benefícios em determinadas áreas geográficas ou instituições.

É preciso também desenvolver estratégias para lidar com os desafios e obstáculos enfrentados pelos estudantes e pesquisadores, durante o período em que estiverem fora do país de origem, como as dificuldades com o idioma, a adaptação a uma nova cultura, a ausência de suporte emocional e a falta de reconhecimento acadêmico das atividades realizadas no exterior, cita-se como exemplo o caso do CsF.

O então Programa Ciência sem Fronteiras representou uma política pública inovadora no cenário brasileiro, que impulsionou a internacionalização do ensino superior no país. É considerado a principal iniciativa nesse âmbito, tendo contribuído para o enriquecimento cultural e aquisição de conhecimentos por parte de seus beneficiários. Destaca-se o expressivo número de bolsas oferecidas para a mobilidade internacional. No entanto, observou-se grande discrepância entre as regiões brasileiras, no que diz respeito à distribuição dessas bolsas, com predominância de universidades da região Sudeste em comparação com os demais estados. Outro empecilho identificado foi o baixo nível de proficiência linguística, que eliminou a possibilidade de inclusão no programa dos estudantes com menor renda e sem acesso a cursos de idiomas. A partir desta realidade, é fundamental aprimorar as ações do CsF para que seus objetivos sejam efetivamente alcançados, levando em consideração a realidade que permeia os estudantes e suas regiões de origem.

Diante disso, é substancial que as políticas nacionais de internacionalização sejam constantemente revisadas e aprimoradas, levando em consideração as necessidades e demandas das instituições de ensino superior, dos estudantes, dos pesquisadores e da sociedade como um todo, especialmente considerando as recentes mudanças nas avaliações dos Programas de Pós-graduação pela Capes e as demandas advindas do processo de globalização. Certamente, a internacionalização do ensino superior brasileiro não deve ser encarada apenas como uma meta a ser atingida, mas sim como um processo contínuo em busca da excelência acadêmica. Esse caminho deve considerar também a riqueza da diversidade cultural e priorizar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, possibilitando a exploração dos benefícios e das oportunidades que a internacionalização pode oferecer.

Portanto, os estudos analisados revelam que a internacionalização no contexto da região da Amazônia Legal apresenta desafios significativos, devido à distância geográfica dos

centros de poder, resultando em disparidades no financiamento e na implementação de políticas de internacionalização. As pesquisas ressaltam a necessidade de desenvolver estratégias específicas para a região, considerando suas características e realidades locais. A título de exemplo cita-se a cooperação internacional entre universidades de países vizinhos e a elaboração de políticas públicas específicas que atendam a região. Além disso, é fundamental promover uma internacionalização que vá além dos rankings que se baseiam em métricas, mas busque primordialmente o desenvolvimento formativo dos estudantes e resista a interesses quando forem unicamente mercadológicos. É importante também considerar a inclusão dos grupos minoritários e marginalizados, garantindo a equidade no acesso às oportunidades de internacionalização, ao considerar o contexto da Amazônia. Para alcançar esses objetivos, é necessário fortalecer a cooperação entre instituições de ensino, agências de fomento e governos, bem como investir em infraestrutura, capacitação e suporte adequados para os atores partícipes do processo de internacionalização. Esta deve ser concebida como um processo abrangente e transformador, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, V. L. F. **Política Pública**. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- ALENCAR, T. R. S. Ensino de português como língua adicional na universidade federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização. **Revista X**, Curitiba, v. 13, n.1, p. 323-350, 2018.
- ALMEIDA, S.M.C. **Do Maranhão para o mundo e vice-versa: Ciência sem Fronteiras como política de internacionalização do IFMA**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luiz/MA, 2016.
- ARCHANJO, R. Globalização e Multilinguismo no Brasil: Competência Linguística e o Programa Ciência Sem Fronteiras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 621-656, 2015.
- ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas**. São Paulo: BIB, 1995.
- BORGES, G. R; AMAL, M. Internacionalização de cursos stricto Sensu: uma investigação sobre a distância psíquica e as práticas adotadas. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 260-281, 2016.
- BRENNAN, J; KING, R; LEBEAU, Y. **The role of universities in the transformation of societies**. London: Association of Commonwealth Universities and The Open University, 2004.
- BRASIL. **Programa Ciência Sem Fronteiras**. Brasília: Senado Federal, 2015.

CABRAL, T. L. O.; SILVA, F. C.; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A. A Capes e suas sete décadas: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 36, p. 1–22, 2020.

CAPES. **Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)**. 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-externo/programa-de-doutorado-sanduic>> 20140he-noexterno-pdse>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

CHAGAS, E. L. T; SALAZAR, D. M; NETO, J. P. Q. A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº especial, p.190-214, 2020.

DIEL, J. O; BAMPI, A. C; NICOLETTI, G. T; FAZIO, M. C. **Internacionalização: o caso da universidade do estado de Mato Grosso – Unemat- Brasil e a Universidade Nacional De Cuyo – Uncuyo – Argentina**. In: **Anais do XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.

FEIJO, R. N. Processos de internacionalização das ciências sociais no Brasil: dos intercâmbios transnacionais às políticas da Capes para a pós-graduação. **Anais do XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria – CIGU**. Arequipa-Peru, 2016.

KNIGHT, J. **Updating the definition of internationalization**. *International Higher Education*, v. 33, n. 3, pp. 2-3, 2003.

GALVÃO, M. C. B; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, 2020.

GOERGEN, P. L. A internacionalização dos programas de pós-graduação. **Espaço Pedagógico**, v. 19, p. 247-257, 2012.

LAGE, T. S. R. **Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise do Programa Ciência sem Fronteiras**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2015.

LUCE, M. M; FAGUNDES, C. V; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016.

MAJONE, G. Los usos del análisis de políticas. In: AGUILAR, V. L. F. (Org). **Política Pública**. México: Siglo XXI Editores, 2010, p.94-114

MÉNDEZ, J. L. La política pública como variable dependiente: hacia un análisis más integral de las políticas públicas. In: AGUILAR, V. L. F. (Org). **Política Pública**. México: Siglo XXI Editores, 2010, p. 115-150.

MILHOMEM, R. B. B. **Implementação do Programa Ciência sem Fronteiras no Tocantins: limites, desafios e potencialidades**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2016.

MOREIRA, H. V; SILVA, H. P. O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), a Experiência da Casa Brasil-África e a Internacionalização na Universidade Federal do Pará. In: Jacqueline Cunha da Serra Freire; Bartolomeu Lopes Varela; José Augusto Pacheco; Marcelo Galvão-Baptista. (Org.). **Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul**. Cidade da Praia: Editora Uni-CV, 2017, v. 1, p. 245-268.

NÓBREGA, M. H. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016.

OLIVEIRA, M. E.R. **Avaliação do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, como uma política pública de fomento a disseminação do conhecimento científico**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SÁENZ, R. C. Políticas públicas: más allá del pluralismo y la participación ciudadana. In: AGUILAR, V. L. F. (Org). **Política Pública**. México: Siglo XXI Editores, 2010, p.151-172.

SILVA, M. A. R. Introdução. In: SILVA, M. A. R; SANTUARIO, A. A. (orgs). **Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento: desafios e dimensões contemporâneas no Brasil e no México**. Palmas: EDUFT, 2019.

TORRES, A. A. G; SILVA, C. M. M; GOMES, J. S. Mobilidade de doutorandos para o Sanduíche: internacionalização da IES ou do doutorando? **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 9, n. 4, p. 274-291, Edição Especial, 2016.

TOSTA, H. T; STALLIVIERI, L; TOSTA, K. C. B. T. A internacionalização da educação superior: descrição do processo em curso na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Sinergia**, Rio Grande, v.20, n.2, p.35-46, 2016.

RODRIGUES, W. Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência da pós-graduação na Amazônia Legal brasileira. RBPG. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 14, p. 01-23, 2017.

RODRIGUES, W; RODRIGUES, E. Análise da ambiência institucional de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal. **Amazônia**, v.9, p. 135-150, 2013.

STEIN, S.; ANDREOTTI, V. Cash, competition or charity: international students and the global imaginary. **Higher Education**, v. 1, n. 72, p. 225-239, 2015.

SANTOS, B. L. S. **Desenvolvimento da internacionalização da Universidade Federal de Roraima (2009-2015)**. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

SOUSA, M. S. C; RODRIGUES, W; CANÇADO, A. Os rankings acadêmicos e suas relações com os ODS: estudo de caso na Universidade Federal do Tocantins. **Colóquio**, v. 19 n. 1, 2022.

3. OS DISCURSOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS VOLTADOS ÀS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOB A ÓTICA DA CAPES

3.8 Introdução

A discussão acerca da internacionalização do ensino na pós-graduação assume uma posição central nas universidades, visando conquistar proeminência científica. Contudo, surge uma indagação pertinente: os Programas de Pós-graduação (PPG) estão verdadeiramente preparados para se internacionalizarem de acordo com as demandas estabelecidas pelas agências de fomento? Essa inquietação ganha relevância considerando as críticas já existentes, que apontam para um direcionamento especial das universidades para o mercado em detrimento de aspectos cruciais relacionados ao comprometimento com a formação profissional. É possível explorar essa temática com base em literatura crítica que discute a tendência das universidades em se voltarem intensamente para o mercado, negligenciando questões fundamentais na formação dos estudantes e na missão educacional.

Autores como Miranda, Guedes e Balbino (2021), ao abordarem essa perspectiva crítica, oferecem insights valiosos para problematizar as questões de internacionalização no contexto dos PPG. Esta abordagem permitiria uma discussão robusta, destacando como a busca por projeção científica pode, em alguns casos, desviar o foco das instituições de ensino superior das suas responsabilidades essenciais no desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

As instituições de fomento discutem iniciativas propulsoras que estabelecem estratégias de excelência para as universidades. No Brasil, a qualidade dos Programas de Pós-graduação é regulada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio de avaliações quadrienais monitoradas anualmente, sendo a última realizada no período de 2017 a 2020, de acordo com os critérios de cada área do conhecimento. A Avaliação quadrienal faz parte do processo de permanência do PPG e é conduzida em 49 áreas de avaliação, conforme o número vigente em 2020. Essa avaliação segue uma sistemática e um conjunto de critérios básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) (CAPES, 2023). Com isso, uma das dimensões avaliadas, que diferencia os Programas de Pós-graduação com conceitos excelentes (seis e sete) dos muito bons (conceito cinco), é justamente o seu desempenho e perfil internacional (RAMOS, 2017).

Para atingir esse perfil internacional, as universidades estão se reestruturando de acordo com os contextos social, político e econômico em que estão inseridas. A participação dos Programas de Pós-graduação em redes de cooperação, no âmbito do ensino e da pesquisa, é uma das estratégias que ampliam a inserção internacional da universidade. Com esse propósito, são estabelecidos acordos de cooperação internacional com centros de ensino e pesquisa de excelência, proporcionando mobilidade acadêmica, aumento no número de projetos com as instituições parceiras, capacitação, trocas de conhecimento, intercâmbios, organização e participação em eventos. Além da consolidação de trabalhos técnico-científicos com parceiros estrangeiros, para potencializar o impacto científico das publicações da universidade. A mobilidade acadêmica contribui de forma significativa para a diversidade cultural, linguística e conhecimento das diferentes áreas de produção do conhecimento. Destaca-se aqui a importância do domínio da língua inglesa, que é global e predominante no meio científico. Com isso, a influência no aumento dos conceitos dos PPG nas avaliações feitas pela Capes, também se deve às produções advindas de periódicos classificados nos estratos A (1-4) do Qualis² Capes, que são aqueles que possuem o maior impacto e reconhecimento científico no âmbito internacional.

Com isso, torna-se necessária a implementação de mudanças organizacionais e estruturais nos Programas de Pós-graduação, visando alcançar a qualidade internacional. Isso envolve esforços de diferentes atores, como o planejamento estratégico para estimular a produção de material científico em outros idiomas, a elaboração de projetos de cooperação, a oferta de disciplinas em língua estrangeira, a promoção da formação continuada, por meio da mobilidade no exterior e a recepção de docentes, discentes e pesquisadores estrangeiros, capacitados para inserção nas linhas de pesquisa oferecidas pelos cursos (SOUSA, 2020).

² O Qualis Capes consiste em um conjunto de procedimentos adotados pela Capes para classificar a qualidade da produção intelectual dos PPG, levando em consideração a publicação de artigos por docentes vinculados às Instituições de Ensino Superior brasileiras, em periódicos científicos. Esse processo foi desenvolvido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e se baseia nas informações fornecidas pelas próprias instituições de ensino superior. Como resultado, é disponibilizada uma lista que classifica os veículos de divulgação utilizados pelos programas de pós-graduação. A estratificação da qualidade dessa produção ocorre de maneira indireta, considerando diversos critérios e indicadores. No ano de 2019, foi introduzida uma nova metodologia para o Qualis Periódicos, que é utilizado nas áreas de avaliação. Essa nova abordagem tem como objetivo estabelecer critérios mais objetivos, a fim de permitir uma comparação mais equilibrada entre as diferentes áreas de avaliação, levando em consideração também a dimensão da internacionalização. Com essa atualização, busca-se aprimorar o processo de avaliação, garantindo uma análise mais precisa e justa da qualidade dos periódicos utilizados pelos PPG (SOUSA, 2020).

Neste intento, o objetivo deste capítulo é analisar os discursos acadêmico-científicos voltados às práticas de internacionalização dos Programas de Pós-graduação sob a ótica da Capes por meio dos relatórios da última avaliação quadrienal da pós-graduação brasileira. A ideia é entender o que as grandes áreas do conhecimento compreendem por internacionalização dos PPG e o que é recomendado para atingir este perfil de internacionalização. A avaliação atual da Capes destaca a importância da internacionalização para todos os PPG, reconhecendo-a como uma das dimensões do Impacto na Sociedade. Esse enfoque ressalta a necessidade dos Programas estabelecerem uma presença global, promovendo colaborações internacionais, intercâmbios acadêmicos e a divulgação de suas pesquisas em âmbito internacional. A internacionalização é vista como um fator crucial para ampliar o alcance e o impacto das atividades dos PPG, contribuindo para o avanço científico, a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento da sociedade como um todo, de acordo com os resultados obtidos e apresentados nas próximas seções divididas em grandes áreas do conhecimento (CAPES, 2023).

Para isso, este estudo utilizará do referencial teórico do autor Bakhtin (2016) como aporte teórico no intuito de compreender as dimensões linguísticas presentes nos documentos oficiais das agências de fomento, bem como dos elementos que influenciam a internacionalização dos PPG da Amazônia Legal. Especificamente pretende-se identificar, com base na obra de Bakhtin (2016), as forças centrífugas e centrípetas que atuam nesse contexto, permitindo uma análise aprofundada do tema em questão, a partir dos relatórios de avaliação da pós-graduação emitido pelas áreas do conhecimento da Capes referente ao período de 2017 a 2020, encontrado em Capes (2023).

3.2 Contribuições de Bakhtin para as práticas de internacionalização

O referencial analítico que norteou esta seção foi baseado em Bakhtin (2016) que trata sobre a influência dos aspectos sociais que envolvem as práticas de produção científica no contexto acadêmico, ao dar ênfase nas forças centrípetas e centrífugas, como uma forma de analisar as materialidades linguísticas, presentes nos documentos oficiais das agências de fomento e nos elementos que contribuem para a internacionalização dos PPG. Essa análise busca identificar as forças que atuam nos enunciados e as variáveis que influenciam o processo de internacionalização. Sendo necessário considerar alguns elementos, como a promoção de eventos acadêmico-científicos, mobilidade acadêmica, oferta de disciplinas em diferentes línguas, cursos de línguas estrangeiras, convênios técnico-científicos e publicação

em revistas científicas de alto impacto, dentre outros aspectos. Com essa abordagem, é possível compreender as forças presentes nas práticas dos PPG e suas implicações no processo de internacionalização, pois se considera que o ambiente social e as práticas de letramento são elementos constituintes dos enunciados produzidos cientificamente que contribuem para a internacionalização do ensino superior (FUZA, 2015).

De acordo com Bakhtin (2016), os gêneros do discurso são materializados por intermédio de diálogo cotidiano. A linguagem e os processos discursivos são considerados fundamentais na construção de sentidos. Os estudos Bakhtinianos destacam a importância dos gêneros discursivos, que vão além dos gêneros textuais, abrangendo aspectos temáticos, composicionais e estilísticos.

Nesta direção, Bakhtin (1995) sustenta que a linguagem não representa uma simples manifestação do pensamento, muito menos um meio capaz de transmitir uma mensagem do receptor ao destinatário, mas sim uma forma de interação social, que se concretiza por meio do diálogo interpessoal, do trabalho coletivo, ocorrendo em diferentes situações e formas de comunicação. Assim, a língua possui um caráter social, contendo em seu bojo ideologias, vivências cotidianas e conjunturas históricas.

Nesta direção, as palavras ditas pelos indivíduos são impregnadas de um estoque social de signos disponíveis, logo não é possível dizer que os indivíduos recebem a língua pronta para ser usada, mas é organizada no momento da enunciação, influenciada pela situação social imediata e o meio social mais amplo. Nas palavras do próprio Bakhtin (1995, p.121), “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior, está situado no meio social que envolve o indivíduo”. A interação verbal “constitui assim a realidade fundamental da língua” (Bakhtin, 1995, p.123), que se concretiza quando ocorre a comunicação, pois é neste momento que a linguagem atinge sua verdadeira função, realizado por intermédio das enunciações. Não somente mediante o diálogo face a face, mas concretizada por todo tipo de comunicação presente no contexto sócio-histórico e que permite a interação verbal entre os indivíduos.

É crucial salientar que, segundo Bakhtin (2016), a interação ocorre no encontro entre o exterior e o interior, o coletivo e o individual, assim como o linguístico e o extralinguístico. Essas situações propiciam a emergência de significações mediadas por processos comunicativos sociais.

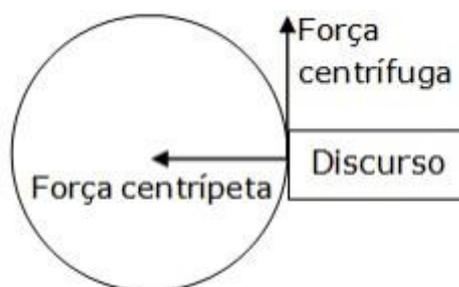
A diversidade dos gêneros discursivos é ilimitada, uma vez que as possibilidades são inesgotáveis nas diversas formas encontradas nas atividades humanas. Adicionalmente, em cada domínio dessas atividades, “o repertório de gêneros discursivos é integral, crescendo e se

diferenciando à medida que um campo específico se desenvolve e complexifica” (BAKHTIN, 2016, p. 262).

No entanto, o autor adverte contra a minimização da heterogeneidade dos gêneros discursivos e das dificuldades relacionadas à definição da natureza geral do enunciado. O ponto fundamental é observar a diferença entre os gêneros discursivos primários (diálogo oral: linguagem familiar, cotidiana, filosófica, dos círculos etc.) e os secundários (científicos, ideológicos, literários etc.). Essa diferenciação não se limita apenas a uma questão funcional, mas também está relacionada à complexidade e à diversidade de propósitos comunicativos e formas de expressão presentes em cada tipo de gênero.

Segundo Alves Filho (2010), os gêneros do discurso são compostos e conduzidos pela estabilidade e pela mudança, representando as forças centrípetas e centrífugas, respectivamente. Assim, um gênero se estrutura em uma dinâmica equilibrada entre essas duas forças, estabelecendo um polo centrípeto e outro centrífugo (Figura 1).

Figura 1 – Forças centrípetas e centrífugas nos gêneros do discurso.



Fonte: Cunha (2021).

A força centrípeta, conforme a definição conceitual, envolve a unificação e a centralização das ideologias verbais atribuídas ao sistema da língua e à enunciação monológica. Em contrapartida, a força centrífuga se destaca pela instabilidade, relativização e maleabilidade, procurando a diversificação e a separação entre elementos, impulsionando o dinamismo e sujeita a eventos potenciais e fatos históricos (BAKHTIN, 2002).

Para que seja possível empregar os conceitos de força centrípeta e centrífuga, em relação a internacionalização dos programas de pós-graduação e os esforços despendidos nessa direção, é preciso entender a proposta de institucionalização da Capes. O trecho na sequência contém os objetivos propostos pela Capes e estabelecidos aos PPG.

Considerando o ambiente direcionado das nações, **crecientemente competitivo**, mais comercial e fortemente voltado para os interesses internos, aliados à qualificação de pessoal de alto nível, internacionalizar a Pós-Graduação Stricto Sensu (PG/SS) no Brasil, possui múltiplos objetivos.

- Evoluir da simples mobilidade acadêmica para o desenvolvimento de projetos cooperativos em âmbito internacional, de conhecimento diplomático, de **universidades de classe mundial** e de acesso (ou aquisição) a **bases tecnológicas mais sofisticadas**, encurtando o caminho para o desenvolvimento econômico nacional;

- Ampliar as possibilidades de envolvimento e de financiamento internacional de pesquisas, as possibilidades de publicação, citação e as de patenteamento internacional de produtos, ideias e desenhos;

- Integrar atividades de internacionalização institucionais fragmentadas e desconexas e orientar investimentos e esforços de internacionalização, de forma integrada e compreensiva, visando à construção e reforço de competências centrais da instituição.

Entende-se por Internacionalização Institucional em nível de PG/SS a incorporação de padrões internacionais de excelência em educação, pesquisa e extensão e sua integração nas rotinas básicas da IES, visando sua **assertividade institucional no cenário global** (HOLLNAGEL, MACCARI, RODRIGUE, 2020, p.7, grifo nosso)

Os objetivos apresentados possibilitam compreender uma visão de internacionalização direcionada a determinação dos imperativos mercantis, de crescente competitividade, dentro das exigências impostas pela globalização. Além disso, destaca-se a importância de se estabelecer parcerias com universidades de renome internacional, reconhecidas pela excelência em âmbito global.

A narrativa empregada acima pela Capes permite inferir que a necessidade de adequações dos programas de pós-graduação para promoção de ações de internacionalização, deve ser condizente com as exigências pautadas em um padrão de excelência de países desenvolvidos. O que ocorre fora dessa proposta tem pouco ou nenhum reconhecimento e, por isso, não encontram espaços de perpetuação.

Assim, no campo da internacionalização dos PPG, a circulação das vozes está sujeita ao poder, conforme explicado por Bakhtin (2002, 2016), ao tratar das forças centrípetas e centrífugas. As agências de fomento, no contexto da internacionalização dos PPG, estabelecem parâmetros e diretrizes para a produção acadêmico-científica, como acima demonstrada. Embora os PPG estejam subdivididos em grandes áreas do conhecimento, as diretrizes das agências de fomento, como a Capes e o CNPq, influenciam do mesmo modo todas as áreas (FIORIN, 2006).

Nesse contexto, conforme destacado por Fuza (2015), existe uma tendência à homogeneização das produções acadêmicas, uma vez que as práticas de escrita estão sujeitas a modelos e padrões estabelecidos pelas agências de fomento, independentemente da área de conhecimento. Bakhtin (2002) enfatiza que a verdade única emerge da união de vozes, o que muitas vezes resulta na homogeneização da produção.

As instituições de ensino superior e os PPG que não atendem aos critérios de internacionalização frequentemente enfrentam desafios para obter classificações mais elevadas nas avaliações quadrienais conduzidas pela Capes. Essas avaliações são baseadas em uma escala de 3 a 7, na qual os programas que se aproximam da pontuação máxima, ou seja, 7, recebem maior reconhecimento e recursos financeiros, sobretudo em bolsas de estudo, o que proporciona mais oportunidades de avançar em suas atividades. No entanto, ir na contramão, significa desprestígio dos programas e não contemplação de financiamento demandado para as pesquisas.

De acordo com Bakhtin (2002) existe um processo histórico de estabelecimento de uma linguagem única, universal, um discurso dominante, as denominadas forças centrípetas da língua, que inevitavelmente se opõe ao discurso diversificado. O autor enfatiza não existir forças centrípetas sem a ação da força centrífuga, em um esforço contínuo de descentralização e desunificação das vozes dominantes.

Deste modo, a homogeneização das produções dos PPG, em conformidade com os requisitos das agências de fomento, ocorre por meio de editais de fomento que visam atender aos padrões de internacionalização. Por sua vez, os PPG adotam uma atitude responsiva, ao receberem demandas de ações de internacionalização, provenientes tanto das agências de fomento quanto das pró-reitorias de pós-graduação às quais estão subordinados. Essa atitude responsiva consiste também na busca à gradual adequação ao que é solicitado pelas instâncias as quais são subordinados, de acordo com à realidade em que estão inseridos.

Consequentemente, é vital criar um espaço onde as forças centrífugas possam se manifestar, permitindo uma dispersão e uma plasticidade que possibilitem a expressão de novas vozes. Como observado por Bakhtin (2002, p. 82), “ao lado das forças centrípetas, há o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua”. Assim, a enunciação que faz parte de uma “língua única” também pertence, simultaneamente, ao plurilinguismo social e histórico, refletindo o contexto do momento, do grupo social, do gênero, da tendência, entre outros.

Bakhtin (2016) esclarece essa dinâmica ao abordar sobre responsividade. Ele argumenta que a responsividade não se limita apenas à resposta linguística em si, mas reside no fato de que todo enunciado é suscetível a uma resposta, mesmo que não seja expressa

linguisticamente. Isso ocorre porque, sempre que há uma comunicação, ela é dirigida a alguém, seja para o interlocutor ou para o próprio emissor. Assim, a responsividade é um elemento essencial do dialogismo que facilita a interação social, uma vez que as relações entre enunciações implicam em um retorno do outro.

3.3 Avaliação dos PPG pela Capes

Esta seção se divide em duas partes distintas. A primeira aborda a análise do impacto das avaliações de internacionalização, destacando o peso atribuído às notas nas áreas do conhecimento pela Capes em relação à última avaliação dos programas de pós-graduação. Em seguida, a segunda parte se dedica à análise dos discursos acadêmico-científicos que permeiam as grandes áreas do conhecimento em relação ao que é apregoado e incentivado para que os PPG se internacionalizem.

3.3.1 Análise do peso das notas de internacionalização das diferentes áreas do conhecimento

Com o objetivo de simplificar o processo de avaliação, as 49 áreas de avaliação da Capes são organizadas em dois níveis: colégios e grandes áreas, levando em consideração critérios de afinidade, entre as áreas.

No primeiro nível, temos os colégios, que agrupam as áreas de avaliação de acordo com suas similaridades. Essa divisão em colégios facilita a organização e a gestão das atividades de avaliação.

No segundo nível, temos as grandes áreas, que representam uma categorização mais ampla das áreas de avaliação. As grandes áreas englobam um conjunto de áreas relacionadas, permitindo uma compreensão mais abrangente e estratégica dos campos de conhecimento. Essa organização em colégios e grandes áreas permite uma análise mais eficiente e comparativa das diferentes áreas de conhecimento. Também auxilia no direcionamento das políticas de fomento e no estabelecimento de critérios adequados para a avaliação e financiamento dos programas de pós-graduação.

A cada quadriênio, a Capes avalia a qualidade dos cursos de pós-graduação por meio de uma ficha de avaliação. Nela contém variáveis divididas em três quesitos: 1 – Programa; 2 – Formação e, 3 - Impacto na Sociedade, cada uma com peso 100.

O quesito “Impacto na Sociedade” está dividido em três itens de avaliação: 1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; 2. Impacto econômico, social e cultural do programa; 3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa, sendo este último o que realmente interessa na tese. É importante ressaltar que, cada área do conhecimento tem sua própria pontuação nesses quesitos. Neste sentido, foi analisado o peso que cada área atribuiu ao quesito “Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa” no decorrer da avaliação dos cursos de pós-graduação no período de 2017-2020. Elucida-se aqui que cada PPG se enquadra numa área de avaliação que está abarcada por uma grande área que é pertencente a um colégio específico, como está apresentado na sequência, no Quadro 1.

Quadro 1 - Peso da nota de internacionalização de acordo com as áreas da Capes

Colégios	Grandes áreas	Área	Peso %	
Ciências da vida	Ciências Agrárias	Ciência de Alimentos	30	
		Ciências Agrárias I	30	
		Medicina Veterinária	30	
		Zotecnia/Recursos pesqueiros	40	
	Ciências Biológicas	Biodiversidade	30	
		Ciências Biológicas I	40	
		Ciências Biológicas II	40	
		Ciências Biológicas III	35	
	Ciências da Saúde	Educação Física	30	
		Enfermagem	30	
		Farmácia	35	
		Medicina I	20	
		Medicina II	20	
		Medicina III	30	
		Nutrição	30	
		Odontologia	30	
		Saúde Coletiva	30	
	Humanidades	Ciências Humanas	Antropologia / Arqueologia	30
			Ciência Política e Relações Internacionais	20
			Ciências da Religião e Teologia	30
Educação			35	
Filosofia			35	
Geografia			25	
História			30	
Psicologia			60	
Sociologia			25	

	Ciências Sociais Aplicadas	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	20
		Arquitetura, Urbanismo e Design	30
		Comunicação e Informação	30
		Direito	50
		Economia	25
		Planejamento Urbano e Regional / Demografia	50
		Serviço Social	20
	Linguística, Letras e Artes	Artes	30
		Linguística e Literatura	35
	Ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinares	Ciências exatas e da Terra	Astronomia / Física
Ciência da Computação			45
Geociências			50
Matemática / Probabilidade e Estatística			30
Química			35
Engenharias		Engenharias I	30
		Engenharias II	40
		Engenharias III	30
		Engenharias IV	35
Multidisciplinar		Biotecnologia	40
		Ciências Ambientais	30
		Ensino	20
		Interdisciplinar	25
		Materiais	25

Fonte: adaptado da Capes (2023).

Ao analisar a avaliação da internacionalização na pós-graduação, observa-se uma tendência de homogeneização nos pesos atribuídos às diferentes áreas dentro da grande área “Ciências Agrárias”. Nesse contexto, a maioria das áreas alcançou uma pontuação de 30%, com exceção de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, que se destacou ao atingir 40%. Esse panorama indica uma relativa uniformidade nos esforços de internacionalização entre as subáreas em questão.

No âmbito das Ciências Biológicas, a análise revela uma variação mais significativa nos pesos atribuídos à internacionalização. A subárea de Biodiversidade obteve o menor indicador, com 30%, enquanto Ciências Biológicas I e II se destacaram com a pontuação máxima de 40%. Essa discrepância sugere uma diversidade de estratégias e ênfases adotadas

pelos PPG nesse campo, possivelmente refletindo diferentes necessidades e oportunidades de internacionalização.

Ao olhar as Ciências da Saúde, observa-se uma notável disparidade nas pontuações de internacionalização entre as áreas. No caso de Medicina I e II apresentaram a menor ênfase nesse quesito, registrando apenas 20% de pontuação. Em contrapartida, a área de Farmácia destacou-se ao atribuir uma pontuação mais elevada, atingindo 35%. Esse contraste levanta questões sobre as prioridades estratégicas e a abordagem adotada por cada área no sentido de promover uma presença mais globalizada e colaborativa em suas atividades de pesquisa e formação acadêmica.

A análise das notas revela uma considerável variação na pontuação atribuída à grande área de Ciências Humanas, que abrange um espectro de 20% a 60%. Nesse contexto, destaca-se positivamente a área de Psicologia, alcançando uma pontuação máxima de 60%. No entanto, chama atenção a baixa pontuação atribuída às áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, registrando apenas 20% de aproveitamento. Este cenário suscita reflexões sobre os desafios específicos enfrentados pela área de Relações Internacionais no que tange à sua internacionalização no âmbito da pós-graduação, uma vez que seria em sua própria natureza uma área que tivesse maior incentivo as práticas de internacionalização. Isto indica a necessidade de uma análise mais aprofundada para identificar possíveis estratégias de aprimoramento desta área do conhecimento.

Na grande área das Ciências Sociais os destaques são para o Direito e para o Planejamento Urbano e Regional/Demografia que direcionam o peso de 50%, enquanto as áreas do Serviço Social e da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo apenas 20%.

Ao analisar a grande área de Linguística, Letras e Artes, percebe-se uma distribuição distinta nos percentuais de internacionalização atribuídos às suas subáreas. Linguística e Literatura apresentam pontuação consistente de 35%, enquanto Artes recebe uma pontuação ligeiramente inferior, alcançando 30%.

No que diz respeito às Ciências Exatas, a diversidade de abordagens se mantém. A variação nas pontuações varia de 30% a 50%, evidenciando diferentes níveis de ênfase na internacionalização. Notavelmente, as áreas de Astronomia/Física e Matemática/Probabilidade e Estatística optaram por uma abordagem mais moderada, concedendo 30% de pontuação. Em contrapartida, a área de Geociências prioriza significativamente a internacionalização, atribuindo 50% de peso a esse critério. Essa

diversidade de perspectivas destaca a complexidade na formulação de estratégias de internacionalização que atendam às particularidades de cada campo do conhecimento.

Ao direcionar a análise para a grande área de Engenharias, percebe-se uma oscilação mais contida nos percentuais de internacionalização, variando apenas 10% entre o máximo e o mínimo. Engenharias I e III atingem uma pontuação de 30%, enquanto Engenharias II se destaca com uma pontuação um pouco mais elevada, atingindo 40%. Essa relativa uniformidade sugere uma abordagem mais equilibrada na promoção da internacionalização dentro dessa grande área específica.

Por fim, no âmbito da grande área multidisciplinar, a Biotecnologia emerge como líder ao conquistar 40% de pontuação, indicando um forte compromisso com a internacionalização. Em contrapartida, as áreas Interdisciplinar e Materiais apresentam uma pontuação inferior, registrando 25%. Essa disparidade sublinha a diversidade de estratégias adotadas pelas áreas multidisciplinares para fortalecer sua presença e colaboração em nível internacional.

Dessa forma, a análise dos dados sobre a internacionalização na pós-graduação não apenas evidencia variações expressivas nas abordagens adotadas por diferentes áreas, mas também suscita reflexões sobre os fatores que moldam essas estratégias e como podem ser otimizadas para fortalecer a presença internacional e a colaboração acadêmica em diversas áreas, sendo o destaque para a área “Psicologia” com peso de 60% para os critérios de internacionalização em relação aos demais propostos na avaliação da Capes, enquanto as áreas “Medicina I e II”, “Ciência Política e Relações Internacionais”, “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, “Serviço sócia” e “Ensino”, incentivam em 20% as práticas de internacionalização.

3.3.2 O que dizem as grandes áreas do conhecimento sobre internacionalização da pós-graduação?

Nesta seção, tem como proposta realizar uma análise mais aprofundada, buscando compreender os discursos acadêmico-científicos que permeiam as grandes áreas do conhecimento em relação ao que é apregoado e incentivado para que os PPG se internacionalizem. Ao examinar as nuances específicas de cada grande área, o objetivo é desvelar padrões, identificar desafios e reconhecer oportunidades que permeiam a promoção da internacionalização no ensino superior.

Ao partir das análises anteriores, em que foram exploradas o peso com que cada grande área do conhecimento pontua no quesito internacionalização. Propõe-se investigar

como as áreas do conhecimento delineiam estratégias distintas para fortalecer a presença global de seus programas de pós-graduação, ao se considerar fatores como a natureza da pesquisa, a interdisciplinaridade e as demandas específicas de cada campo do conhecimento.

Ao entender o que as grandes áreas do conhecimento relatam sobre a internacionalização é um passo crucial para a construção de um quadro compreensivo que possa contribuir não apenas para o avanço do conhecimento, mas também para o fortalecimento da presença internacional dos programas de pós-graduação em diversas áreas do saber.

Ciências Agrárias

A internacionalização dos Programas de Pós-graduação da grande área de Ciências Agrárias é um desafio a ser cumprido pelas áreas de Ciências Agrárias I, Ciências dos Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Essas áreas reconhecem que a internacionalização contribui para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, a colaboração em projetos conjuntos e a formação de recursos humanos qualificados.

A internacionalização dos programas de pós-graduação no Brasil é um conceito que possui várias interpretações e formas de avaliação. Na última avaliação quadrienal, a maioria das áreas, incluindo Ciências Agrárias I, considerou que a mobilidade acadêmica de estudantes e professores, redes internacionais, convênios, associações, projetos, criação de novos programas acadêmicos, publicações de alto impacto no exterior e pesquisas conjuntas eram elementos suficientes para caracterizar a internacionalização. Algumas poucas áreas entendiam a internacionalização como a oferta de educação e conhecimento a outros países, seja por meio de escritórios internacionais ou outras formas de representação e procedimentos.

Contudo, aparentemente nenhuma área reconheceu a importância da internacionalização interna, ou seja, a necessidade dos PPG se adaptarem a uma dimensão internacional, intercultural e global dentro do currículo e do processo de ensino-aprendizagem. Os conceitos mais amplos e atuais de internacionalização destacam essa inclusão, reconhecendo a importância de preparar os estudantes para atuarem em um contexto globalizado, com sensibilidade intercultural e conhecimentos que transcendam as fronteiras nacionais, indo a o encontro do que é apregoado por Knight (2003).

É necessário que os PPG compreendam e adotem essa perspectiva mais abrangente de internacionalização, buscando incorporar a dimensão internacional em seu currículo e metodologia de ensino. Isso implica em promover uma educação intercultural, que valorize a diversidade de perspectivas e experiências, e preparar os estudantes para enfrentarem desafios globais e colaborarem de forma efetiva em contextos internacionais.

A fim de implementar as ações propostas, a área pretende criar um grupo de trabalho responsável pelo planejamento e execução das iniciativas. Essas ações serão direcionadas aos PPG que atendam aos requisitos e condições necessárias para receber às demandas estabelecidas. Por meio do desenvolvimento da competência internacional, acumulação de capital científico e internacionalização dos currículos, juntamente com estratégias, políticas e governança adequadas, busca-se reverter o fluxo do conhecimento. Esse processo visa converter essa reversão em benefícios abrangentes em diversos aspectos e áreas.

Na área de Ciências dos Alimentos, a internacionalização dos programas de pós-graduação é entendida como o estabelecimento de parcerias internacionais, a mobilidade acadêmica de docentes e discentes, a oferta de disciplinas em outros idiomas, a participação em redes internacionais, a captação de recursos estrangeiros e a publicação em periódicos científicos de renome internacional. Além disso, é valorizada a participação dos docentes em eventos científicos internacionais e a cooperação em projetos de grande impacto.

Na Medicina Veterinária, a internacionalização é concebida como um conjunto de ações estrategicamente planejadas que têm como objetivo melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa, promovendo a reciprocidade no processo de construção do conhecimento. Essas ações visam criar um ambiente propício para a colaboração e o intercâmbio de ideias entre diferentes instituições e países, enriquecendo assim a formação acadêmica e impulsionando avanços significativos na produção científica.

A internacionalização é incentivada por meio de parcerias com grupos internacionais, formação de redes de pesquisa, intercâmbios entre docentes e discentes, e publicações conjuntas. A existência de programas de intercâmbio internacional é vista como uma oportunidade de formação de alunos e docentes em ambientes com tradição e tecnologias avançadas, além de possibilitar a colaboração em pesquisas de ponta. A área destaca a importância do fluxo inverso de alunos e pesquisadores, e incentiva o desenvolvimento de planos estratégicos de internacionalização, a criação de escritórios de relações internacionais e a definição de parcerias estratégicas com instituições estrangeiras.

A dimensão internacional é agora uma parte integral das atividades de ensino e pesquisa científica, e a pós-graduação desempenha um papel fundamental nesse contexto. A

internacionalização é uma das dimensões observadas nos processos de avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes, diferenciando os programas consolidados daqueles que ainda estão em processo de consolidação. No entanto, a internacionalização de um programa de pós-graduação não se trata de uma ação isolada, mas sim de um conjunto de ações que criam um ambiente propício para a colaboração e intercâmbio em nível internacional.

Na área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros, a internacionalização é compreendida como um conjunto de ações que culminam em um ambiente internacional. Isso inclui a participação em comitês, sociedades e programas internacionais, colaborações internacionais em publicações e docência, intercâmbios e convênios de cooperação, cooperação e fomento de instituições internacionais, presença de membros estrangeiros nos programas, participação em eventos internacionais, entre outras ações. A área reconhece que a internacionalização contribui para a consolidação dos programas de pós-graduação e diferencia os programas de qualidade reconhecida.

Em resumo, as áreas do conhecimento de ciências agrárias entendem que a internacionalização dos PPG é um processo que envolve a mobilidade acadêmica, parcerias internacionais, publicações em periódicos de renome, intercâmbio de conhecimentos e formação de recursos humanos qualificados. Além disso, a internacionalização é vista como uma oportunidade de promover a colaboração em pesquisa, a inclusão de uma dimensão internacional no currículo e o reconhecimento internacional dos programas. Cada área tem suas especificidades e abordagens para alcançar a internacionalização, mas todas reconhecem sua importância para o avanço científico e tecnológico nas ciências agrárias.

Ciências Biológicas

A internacionalização dos PPG na grande área de Ciências Biológicas é compreendida como um processo fundamental para o enriquecimento e aprimoramento dos programas, assim como para a formação dos estudantes e o incentivo à produção científica de alta qualidade. Em todas as áreas, a internacionalização é percebida como um meio para promover a inserção internacional dos PPG, a colaboração científica com instituições estrangeiras e o reconhecimento internacional dos trabalhos realizados.

Na área de Biodiversidade, a internacionalização é definida a partir da inserção internacional em três elementos principais: a produção científica de qualidade e de alto impacto; a atividade docente e a formação dos estudantes; além da consolidação dos

programas como centros de formação para estudantes estrangeiros e como locais adequados para o desenvolvimento de pesquisas em parceria internacional. Para mensurar a internacionalização, a área utiliza ferramentas analíticas e indicadores do SciVal³, que fornecem informações sobre colaboração internacional, citações por publicação e o impacto da produção intelectual dos PPG. A área também realiza comparações com programas de excelência em universidades estrangeiras, evidenciando o reconhecido grau de excelência em escala global.

Na área de Ciências Biológicas I, a internacionalização é considerada um aspecto importante que afeta diretamente a qualidade da produção e a formação dos estudantes. Ela é definida em dois níveis: a inserção internacional, relacionada à qualidade científica do programa, que é avaliada por meio dos periódicos utilizados nas publicações e do reconhecimento internacional mediante citações; e a internacionalização dos PPG em si, que envolve a participação ativa dos docentes em atividades como revisores de artigos, editoria de periódicos internacionais, organização de eventos científicos, participação em bancas e comitês de avaliação, financiamento internacional de projetos e colaboração com grupos do exterior.

Na esfera das Ciências Biológicas II, a internacionalização é percebida como uma forma de impulsionar continuamente o aprimoramento dos PPG e dos pesquisadores que o constitui, sendo concebido não como um objetivo final, mas como um instrumento para esse aprimoramento contínuo. A coerência das ações de inserção internacional com as linhas de pesquisa acrescida dos projetos propostos é considerada na avaliação, assim como a qualidade da produção intelectual e o reconhecimento desta pelos pares, por meio de citações.

Na área de Ciências Biológicas III, a internacionalização é incentivada e definida por meio da inserção internacional e das ações que promovem o desenvolvimento desse processo nos PPG. A coerência das ações de inserção internacional com as linhas de pesquisa e projetos propostos é considerada, assim como a qualidade da produção intelectual e o

³ A plataforma SciVal, desenvolvida pela Editora Elsevier, oferece uma ampla gama de métricas para avaliar a produção científica. De acordo com a base de dados bibliográfica Scopus, o SciVal permite visualizar o desempenho da produção acadêmica de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação. Por meio dessa plataforma, é possível realizar comparações entre o desempenho acadêmico de centros de pesquisa no Brasil e em todo o mundo, utilizando dados confiáveis e abrangentes disponíveis na Scopus. O SciVal é uma ferramenta valiosa para analisar e monitorar a produção científica e avaliar o impacto da pesquisa em diferentes áreas do conhecimento.

reconhecimento pelos pares por meio de citações. A qualificação internacional é avaliada pela participação dos pesquisadores em atividades como parecerista de artigos, editoria de periódicos, organização de eventos científicos, participação em bancas examinadoras e obtenção de financiamento internacional. As ações que caracterizam a internacionalização incluem a mobilidade de docentes e estudantes, o oferecimento de disciplinas e cursos no exterior e a participação em projetos conjuntos e cotutela de teses.

As áreas de Biodiversidade, Ciências Biológicas I, Ciências Biológicas II e Ciências Biológicas III têm em comum o reconhecimento da internacionalização como um aspecto importante para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica em seus respectivos campos. Elas compartilham a compreensão de que a integração internacional e a colaboração com pesquisadores estrangeiros são elementos cruciais para aprimorar a qualidade da produção científica, contribuir para a formação de estudantes e impulsionar o avanço do conhecimento.

Ciências da Saúde

As áreas das Ciências da Saúde reconhecem a importância da internacionalização dos PPG como estratégia para consolidar sua qualidade e excelência. Ela é vista como um indicador fundamental da formação acadêmica e da produção científica, além de ser considerada instrumento essencial para o crescimento, o desenvolvimento da saúde brasileira, bem como para o alcance da visibilidade no cenário global.

Nas áreas de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, a internacionalização dos PPG emerge como uma estratégia imperativa para solidificar a qualidade e a excelência nesses domínios acadêmicos. Este processo abraça tríplice perspectiva, delineada pelos seguintes pilares: o desdobramento de ações meticulosamente planejadas para a inserção internacional, a execução efetiva dessas iniciativas, e a análise de indicadores que atestem o reconhecimento internacional.

A internacionalização, como concebida nesses contextos acadêmicos específicos, transcende a mera expansão geográfica. Ela representa um compromisso deliberado para com a promoção da colaboração transnacional, a interculturalidade e a busca incessante pela excelência em padrões internacionais de pesquisa e prática. No âmbito do planejamento estratégico, as ações de inserção internacional são meticulosamente elaboradas para facilitar parcerias com instituições de renome global, promover a mobilidade de estudantes e docentes, e participar também, de eventos científicos de relevância internacional.

A concretização dessas ações, por sua vez, engloba desde a participação ativa em projetos de pesquisa colaborativos até a oferta de disciplinas ministradas por renomados especialistas internacionais. Essa dinâmica multifacetada propicia uma imersão profunda nos avanços científicos globais, que fomenta a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores e profissionais de distintas origens.

No que tange aos indicadores de reconhecimento internacional, estes não se restringem meramente a métricas quantitativas. Além do aumento de parcerias internacionais e da presença em eventos científicos de projeção global, a avaliação crítica de publicações em periódicos internacionais de impacto e a contribuição para avanços científicos de relevância global são ações fundamentais no processo de internacionalização. A obtenção do reconhecimento internacional não é apenas um reflexo de quantidade, mas também de qualidade e impacto substancial nas respectivas áreas de conhecimento.

Na área de Enfermagem, a internacionalização é percebida como um instrumento para contribuir com o desenvolvimento de tecnologias e inovação nos cuidados de enfermagem. Isso é realizado por meio de colaborações em pesquisa, projetos conjuntos, captação de recursos internacionais e estratégias de mobilidade, como estágios de pesquisa no exterior, bem como visitas técnicas.

Diversas ações são incentivadas para promover a internacionalização em Enfermagem, como participação em cursos e eventos internacionais, acordos de cotutela, dupla titulação, coorientação de mestrado e doutorado, recebimento de professores e alunos estrangeiros, além de participação em programas institucionais e atividades editoriais internacionais.

A avaliação da internacionalização em Enfermagem valoriza a contribuição efetiva para o ensino, pesquisa e resolução de problemas globais, visando a excelência na formação de profissionais e na produção de conhecimento com impacto direto na saúde e cuidados à população.

Na área de Farmácia, a internacionalização dos programas é dividida em duas dimensões principais: a inserção internacional dos docentes permanentes e a implementação de mecanismos de internacionalização pelos programas.

A inserção internacional dos docentes é avaliada considerando a qualidade dos periódicos científicos nos quais publicam seus trabalhos, reconhecimento pelos pares, participação em projetos científicos internacionais e contribuições como revisores ad hoc e editores de periódicos indexados internacionalmente.

A área de Farmácia incentiva a criação de mecanismos de internacionalização, incluindo convênios com instituições estrangeiras para mobilidade acadêmica, intercâmbios

bilaterais, procedimentos para diplomação em cotutela e oferta de disciplinas em língua inglesa, envolvendo a participação de professores estrangeiros.

Para contextualização, a Ciência Médica, segundo informações da Capes está dividida em três áreas: Medicina I, Medicina II e Medicina III, conforme detalha o Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das áreas de avaliação e sub-áreas da grande área Medicina

Área de avaliação	Sub-áreas
Medicina I	Cancerologia
	Cardiologia
	Clínica médica
	Dermatologia
	Endocrinologia
	Gastroenterologia
	Medicina
	Nefrologia
	Pneumologia
Medicina II	Alergologia e imunologia clínica
	Anatomia patológica e patologia clínica
	Doenças infecciosas e parasitárias
	Hematologia
	Neurologia
	Pediatria
	Psiquiatria
	Radiologia médica
	Reumatologia
	Saúde materno-infantil
Medicina III	Anestesiologia
	Cirurgia
	Cirurgia experimental
	Cirurgia otorrinolaringologia
	Cirurgia plástica e restauradora
	Cirurgia urológica
	Ginecologia e obstetrícia
	Oftalmologia
	Ortopedia

Na área de Medicina I, a internacionalização é considerada uma necessidade primária e um dos maiores desafios do ensino superior. Ela abrange tanto a formação de profissionais e cidadãos inseridos na comunidade global quanto as atividades desenvolvidas nos PPG para esse fim. A internacionalização das atividades dos PPG é vista como um indicador fundamental da qualidade da produção e da formação discente.

A internacionalização envolve ações e políticas que visam promover a inserção internacional dos programas, proporcionando oportunidades para que docentes e discentes se

envolvam em atividades de caráter global. Isso pode incluir a realização de pesquisas em parceria com instituições estrangeiras, a publicação de trabalhos científicos em periódicos internacionais de qualidade, a colaboração em eventos científicos internacionais, o intercâmbio de docentes e estudantes com instituições estrangeiras, entre outras atividades. Por intermédio da internacionalização, busca-se formar profissionais e pesquisadores capazes de lidar com questões globais de saúde, contribuir para o avanço científico internacional e promover a troca de conhecimentos e experiências com diferentes culturas e sistemas de saúde.

Na área de Medicina II, a internacionalização é entendida como um processo que promove a exposição dos docentes e discentes a um ambiente mais diversificado e crítico de formação científica, além de melhorar a qualidade da produção científica e promover parcerias externas para abordar questões científicas mais amplas e complexas.

A internacionalização abrange duas dimensões centrais: a integração dos PPG em instituições universitárias estrangeiras e as iniciativas voltadas para sua expansão global. A inserção internacional baseia-se na excelência científica do programa, avaliada, por exemplo, pela qualidade das publicações em periódicos e pelo reconhecimento internacional dos professores e estudantes, refletido em citações em trabalhos acadêmicos. Além das publicações, a internacionalização também é evidenciada pela participação dos docentes em revisões ad hoc de artigos e edição de periódicos internacionais, convites para eventos científicos de relevância, presença em bancas e comitês de avaliação no exterior, obtenção de financiamento internacional, realização de projetos colaborativos e orientação conjunta de teses, entre outras atividades. Além disso, é valorizada a realização de ações que atraiam alunos estrangeiros e professores de instituições estrangeiras para participarem de disciplinas, cursos e outras atividades dos programas. Essas iniciativas de intercâmbio não apenas enriquecem a formação dos estudantes diretamente envolvidos, mas também têm um impacto positivo nas atividades dos docentes.

Na área de Medicina III, a internacionalização é entendida como um processo fundamental para o crescimento e consolidação da ciência médica brasileira, no cenário mundial. A internacionalização visa o compartilhamento de conhecimento e o aprofundamento crítico, com o objetivo de impactar o desenvolvimento de novas soluções em pesquisas médicas de interesse comum. Nessa área, observa-se uma forte ação de colaboração e integração internacional em várias categorias, tais como: pesquisa e publicação conjunta em âmbito internacional, incluindo a participação em projetos multicêntricos internacionais; mobilidade de docentes e discentes dos programas de pós-graduação para o exterior, bem

como a vinda de docentes estrangeiros para esses programas; dupla diplomação por meio de cotutelas internacionais; participação de docentes e discentes em eventos internacionais, incluindo exposições de aulas e estudos, bem como a organização de eventos; participação de docentes no corpo editorial de revistas internacionais; obtenção de financiamento internacional para projetos.

Essa intensa internacionalização reflete as características próprias da área, assim como os focos de pesquisa clínico/cirúrgico, em pontos específicos internacionais. Esse processo é observado tanto na produção bibliográfica científica quanto na área técnica/tecnológica e de inovação.

Na área de Nutrição, a internacionalização dos PPG é entendida como um processo que estimula e aprimora a inserção dos programas em um contexto global. A qualidade da produção intelectual é considerada um aspecto fundamental nesse processo, incluindo a qualidade dos produtos resultantes das dissertações e teses, bem como o meio de divulgação desses produtos e sua relevância e utilidade como produtos técnicos. O reconhecimento internacional pelos pares é um indicador importante, nesse sentido.

As ações de internacionalização no campo da Nutrição muitas das vezes envolvem a mobilidade de docentes e discentes para atividades científicas no exterior, o oferecimento de disciplinas e cursos em âmbito internacional, e a atração de docentes e discentes estrangeiros. Além disso, indicadores como publicações em veículos de alto impacto, produção intelectual em colaboração com pesquisadores estrangeiros, intercâmbios e convênios internacionais, premiações internacionais, estágios de doutorado sanduíche em instituições estrangeiras, participação em eventos científicos internacionais, dentre outros, também são considerados na avaliação do grau de internacionalização dos PPG.

A valorização da inserção social internacional na área de Nutrição não se limita apenas à atração de estudantes de países menos desenvolvidos. Também se manifesta na colaboração em projetos de pesquisa conjuntos, cujo objetivo é promover o desenvolvimento técnico-científico e resolver problemas de interesse mútuo.

Na área de Odontologia, a internacionalização é considerada uma ação de extrema importância, tendo em vista o protagonismo do Brasil, nesse domínio do conhecimento. Estratégias de internacionalização incluem o envolvimento e a cooperação com instituições estrangeiras, intercâmbios efetivos, projetos colaborativos de pesquisa e inovação tecnológica, mobilidade de docentes e discentes, participação em redes de pesquisa internacionais e publicações conjuntas com pesquisadores estrangeiros. Além disso, programas oficiais de cooperação internacional, estágios sanduíche, participação em eventos científicos no exterior,

atuação de docentes em editorias de periódicos internacionais, e liderança em organizações e comitês científicos internacionais são ações que contribuem para a internacionalização dos PPG, em Odontologia.

No campo de atuação de Saúde Coletiva, a internacionalização dos PPG é considerada uma meta importante. A ideia é aumentar o grau de internacionalização dos programas, equiparando-os aos de excelência em todo o mundo. Além disso, o processo de internacionalização deve incluir a cooperação com países que possuam menor nível de maturidade na área de pós-graduação. Essa cooperação tem como objetivo compartilhar experiências e competências técnico-científicas, contribuindo para o desenvolvimento mútuo.

Em síntese, a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação nas ciências da saúde implica em iniciativas deliberadas e eficazes para integração global, métricas de cooperação e projeção internacional, bem como aprimoramento da formação acadêmica e científica de professores e alunos, o estabelecimento de parcerias internacionais e impacto relevante na abordagem de desafios de saúde globais.

Ciências Humanas

Nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Relações Internacionais e Ciências da Religião, a internacionalização corresponde ao conjunto de atividades, intercâmbios e produtos acadêmico-científicos desenvolvidos entre instituições acadêmicas brasileiras e estrangeiras. Ela é vista como um fator importante para o desenvolvimento intelectual de professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos.

Na área de Antropologia e Arqueologia, a internacionalização inclui a publicação de artigos em periódicos e livros internacionais, apresentação de produtos audiovisuais em espaços internacionais, participação em eventos em outros países, realização de pesquisas de campo em contextos internacionais, a coprodução de pesquisas e copublicações com pesquisadores de outras regiões do mundo e a construção de redes de pesquisadores. Além disso, a área valoriza também parcerias entre os países do Sul e a participação em programas de cooperação internacional, como estágios pós-doutorais no exterior, orientação de doutorados sanduíches e defesa de teses desenvolvidas em cotutela com instituições estrangeiras.

Na área de Ciência Política e Relações Internacionais, a internacionalização preconiza o aumento da produção intelectual publicada em periódicos internacionais e a realização de intercâmbios e parcerias com instituições estrangeiras. A área reconhece que um dos desafios

é aumentar o impacto intelectual e a representatividade dos periódicos brasileiros na base de dados Scopus. Assim, a internacionalização é alcançada por meio de redes e parcerias com centros de referência estrangeiros, intercâmbios com financiamento recíproco, participação em orientação e bancas no exterior, produção intelectual em cooperação com membros estrangeiros, participação em projetos de cooperação internacional, dentre outras atividades. A área reconhece a importância da cooperação internacional, e estimula o estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento.

Na área da Educação, a internacionalização é reconhecida como um meio eficaz de enriquecer o conhecimento da comunidade acadêmica brasileira sobre a produção científica global. Isso inclui a incorporação de ideias provenientes do exterior e a disseminação dos resultados das pesquisas realizadas no Brasil. Esse processo abrange a publicação em periódicos internacionais, a utilização de idiomas estrangeiros, intercâmbios de professores e estudantes, além da colaboração em projetos e redes de pesquisa com instituições estrangeiras. É crucial ressaltar que a internacionalização deve ser um critério avaliativo em todos os programas de pós-graduação, e que o reconhecimento da produção intelectual e das atividades internacionais na área educacional deve ser incentivado.

Na área da Filosofia, a internacionalização é vista como um objetivo fundamental nos PPG, visando estabelecer conexões com o mundo globalizado para além das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O propósito da internacionalização na filosofia não se limita apenas a uma compreensão mais profunda dos temas tradicionais da disciplina e dos problemas contemporâneos da sociedade. Envolve também abordar e propor soluções para questões globais como direitos humanos, sustentabilidade e os desafios ético-morais a partir da inserção de novas tecnologias digitais.

Nesse sentido, os PPG em filosofia têm se empenhado em criar condições que facilitem a mobilidade e a integração internacional tanto de seus estudantes de pós-graduação, especialmente doutorandos que realizam estágios no exterior, quanto de alunos e pesquisadores de outros países. Esse esforço inclui a capacitação do corpo docente dos PPG, aprimorando seus métodos de ensino e gestão para se envolverem de maneira eficaz nesse processo de internacionalização.

As estratégias de internacionalização na filosofia abrangem a avaliação quantitativa do número de alunos enviados para o exterior, a recepção de estudantes estrangeiros de instituições renomadas, programas de cooperação internacional e a formação de redes de pesquisa e pós-graduação internacionais. Além disso, a internacionalização na filosofia vai além das parcerias com instituições de língua inglesa, pois também inclui colaborações com

países da América Latina e países de língua alemã e francesa em que a filosofia é uma área de grande interesse.

Os níveis de internacionalização dos PPG em filosofia podem ser identificados em três aspectos: institucional, grupo/individual e discente. No nível institucional, ocorrem parcerias entre universidades brasileiras e estrangeiras. No nível grupo/individual, há interações entre grupos de pesquisa e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Quanto ao aspecto discente, a internacionalização se manifesta por meio da realização de estágios em instituições estrangeiras, participação em eventos internacionais e publicação em periódicos internacionais.

Na área de Geografia, a internacionalização é considerada como uma meta fundamental, e busca estabelecer parcerias mais paritárias entre instituições brasileiras e estrangeiras. Nas décadas anteriores, a internacionalização na Geografia era caracterizada por ações unilaterais, com profissionais estrangeiros que vinham ao Brasil para oferecer suas expertises nas instituições brasileiras, enquanto os brasileiros buscavam complementar sua formação em instituições estrangeiras. No entanto, essa relação assimétrica vem sendo substituída gradualmente por parcerias mais equilibradas, que envolvem convênios, projetos de pesquisa e publicações em conjunto, missões de profissionais brasileiros em instituições estrangeiras, acolhimento de professores e pesquisadores estrangeiros, participação em eventos internacionais, dentre outras atividades colaborativas entre instituições da América Latina, África e Ásia.

As instituições de ensino superior brasileiras têm reconhecido a importância da internacionalização e têm promovido estratégias para reestruturar seus programas com esse objetivo. No entanto, ainda existem assimetrias entre os PPG de Geografia com notas 7 e 6, em relação aos de notas 4 e 3, além de assimetrias regionais, com maior potencial de internacionalização nas regiões Sul e Sudeste e menor nos estados da região Norte.

Para fomentar a internacionalização, destaca-se o Programa Institucional de Internacionalização, também conhecido como Capes Print, foi criado para desenvolver e implementar a internacionalização nas instituições de ensino superior brasileiras e em seus respectivos PPG. Essa reestruturação para a internacionalização também envolve a abertura para atividades em língua estrangeira, como websites e páginas dos programas em duas línguas estrangeiras, cursos, publicações, processos seletivos, bem como a criação de uma cultura de inovação aberta para além dos limites da universidade e da língua portuguesa.

Na área de História, as principais ações de internacionalização recomendadas pela agência de fomento são a participação dos docentes permanentes em programas e projetos de

pesquisa em rede com instituições internacionais, publicação de artigos, livros ou capítulos no exterior em língua estrangeira, realização de palestras e conferências no exterior, atuação de docentes como professores visitantes em instituições estrangeiras e o estímulo de discentes em cotutela e intercâmbio estrangeiro no programa. Essas ações visam promover a colaboração internacional e a circulação do conhecimento histórico entre pesquisadores e instituições de diferentes países.

A internacionalização na área da Psicologia envolve a busca por parcerias, intercâmbios e colaborações científicas entre instituições e pesquisadores do Brasil e do exterior. Essa internacionalização é considerada uma prioridade, pois, de acordo com os indicadores da avaliação quadrienal dos PPG pela Capes, a Psicologia é a área que mais valoriza e pontua ações de internacionalização, em relação ao impacto dos programas de pós-graduação, representando 60% do peso total.

Os esforços de internacionalização na Psicologia visam ampliar as trocas científicas, aumentar a visibilidade da ciência brasileira e promover avanços na produção científica. Essa internacionalização é mais expressiva em algumas subáreas, como Psicologia Experimental, Processos Básicos, Psicobiologia, Neurociências e Comportamento, em que a produção em periódicos estrangeiros pode representar uma porcentagem significativa.

A internacionalização na Psicologia é avaliada em três níveis: produção científica, interações acadêmico-científicas e institucionalização da internacionalização. No nível da produção científica, são considerados indicadores: a proporção de publicações em periódicos estrangeiros de qualidade, o grau de colaboração internacional e o impacto internacional da produção. Nas interações acadêmico-científicas, são avaliados aspectos como a participação de docentes em comitês editoriais de periódicos estrangeiros, palestras e estágios no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, participação em eventos internacionais, dentre outros. Já a institucionalização da internacionalização envolve a formalização de convênios internacionais, captação de recursos de agências de fomento internacionais, projetos de pesquisa com instituições estrangeiras, premiações internacionais, entre outros.

A internacionalização na Psicologia é avaliada em todos os programas em funcionamento, mas há uma ênfase maior nos programas de nota 6 e 7. Os programas que alcançam essas notas são avaliados de forma mais criteriosa quanto à internacionalização, considerando seu desempenho em relação a centros internacionais de excelência na área. A produção científica internacionalizada na Psicologia brasileira tem se destacado, com um aumento significativo no número de documentos publicados em periódicos estrangeiros. A colaboração internacional, por meio de coautorias entre pesquisadores de diferentes países,

também é um indicador importante. Além dos artigos em periódicos, a internacionalização na Psicologia inclui também a publicação de livros e capítulos em países estrangeiros.

Na área de Sociologia, a internacionalização é compreendida levando em consideração o contexto de formação da disciplina no Brasil. A consolidação dessa área de pesquisa se deu pela incorporação das tendências internacionais da disciplina. A sociologia no país evoluiu a partir da tradução e adaptação de teorias e métodos dos principais centros internacionais para o estudo de processos nacionais. Isso culminou em uma conexão teórica e metodológica robusta entre a produção nacional e internacional. Tradicionalmente, a pesquisa sociológica no Brasil concentrou-se em temas associados à comunidade nacional e ao Estado-Nação. Essa priorização de questões nacionais, aliada à estrutura geopolítica da sociologia internacional, molda o perfil predominante de internacionalização na área. A participação em congressos, acordos e programas de visita a centros internacionais é mais proeminente do que a publicação de resultados de pesquisa em periódicos internacionais. A presença de pesquisadores brasileiros apresentando trabalhos no Congresso Mundial de Sociologia tem crescido e se consolidado. O número de participantes aumentou ao longo dos anos, e o Brasil se destaca como um dos países com maior presença nesse evento. Além da participação em congressos, a internacionalização na área de Sociologia ocorre por meio de convênios e projetos conjuntos, com instituições em diferentes continentes, bem como programas de Pós-Doutorado e Estágio Sênior no exterior para pesquisadores brasileiros. As publicações de pesquisadores também têm aumentado a presença internacional do programa. No entanto, é importante considerar que as produções voltadas para temas nacionais têm como público principal o de língua portuguesa. Versões em língua estrangeira têm menos leitores no Brasil, especialmente em cursos de graduação e entre a comunidade mais ampla interessada em pesquisas sociológicas e ciências sociais. Além disso, pesquisas com foco em questões e temas nacionais enfrentam maior dificuldade em serem publicadas em editoras e periódicos de renome internacional.

No atual período avaliativo, além das formas já consolidadas de internacionalização, mostra-se maior valorização de projetos internacionais de pesquisa que resultem em publicações no exterior com a colaboração de pesquisadores de PPG no Brasil, como livros e artigos. Também será reconhecida a atuação dos docentes em cursos, bancas e comissões de avaliação internacionais.

Em todas as áreas analisadas das Ciências Humanas, a internacionalização é vista como um fator de distinção para programas de excelência e requer planejamento adequado, priorização de investimentos e recursos financeiros. A produção intelectual em colaboração

com pesquisadores estrangeiros, participação em eventos internacionais, atração de estudantes estrangeiros e o desenvolvimento de parcerias internacionais são considerados indicadores de internacionalização de grande relevância.

Ciências Sociais Aplicadas

Na esfera das Ciências Sociais Aplicadas, há uma visão compartilhada sobre como os PPG devem se internacionalizar. A internacionalização é vista como um processo de ampliação das fronteiras da pesquisa, expansão do conhecimento e experiência profissional, aumento da visibilidade da produção intelectual e estabelecimento de projetos e colaborações internacionais.

Em Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, a internacionalização da pós-graduação é vista como fundamental para sua valorização e desenvolvimento. Isso implica na participação ativa de professores e alunos em redes acadêmicas internacionais, juntamente com o aumento da publicação em revistas especializadas de âmbito global. Embora o quantitativo de artigos publicados por autores brasileiros em periódicos internacionais tenha aumentado significativamente nos últimos anos, é importante destacar a necessidade de aprimorar a qualidade e o impacto da produção científica.

No que diz respeito a área de Arquitetura, Urbanismo e Design, a internacionalização é um fator essencial para o reconhecimento e visibilidade dos programas e da área como um todo. Ações como intercâmbios, atividades com professores visitantes estrangeiros, recepção de estudantes e professores de outros países, formação de redes de pesquisa e publicações conjuntas em periódicos internacionais são valorizadas. Isso se deve ao fato de que o Brasil apresenta um bom posicionamento no ranking de produção científica, porém, muitas vezes, com um impacto limitado devido às barreiras linguísticas, especialmente o uso predominante do português.

A cooperação internacional também é destacada como uma forma de aprimorar as ações no estudo e desenvolvimento de propostas de planejamento físico-territorial. No entanto, para efetivar ações concretas de apoio e socialização dos ganhos possíveis, é necessária a formalização das relações internacionais, que muitas vezes já existem há muitos anos, mas ainda não foram formalizadas. Ações de orientação para o estabelecimento de convênios devem primar pela agilidade e desburocratização, além de promover atividades de

ensino, pesquisa e produção intelectual que demandem menor custo e/ou possuam maior facilidade operacional.

Embora os Estados Unidos e a Europa sejam os principais destinos de bolsistas de pós-graduação desta área no exterior, há um potencial ainda pouco explorado em ações envolvendo países da América Latina. A proximidade geográfica e de idioma, juntamente com o compartilhamento de determinados contextos econômicos, sociais e culturais, podem facilitar ações bilaterais de internacionalização com esses países, tendo em vista que o incremento da produção em língua espanhola e inglesa também é destacado para ampliar o alcance das publicações nacionais.

A internacionalização, nesse contexto, é vista como um meio para superar essas limitações e aumentar a visibilidade das pesquisas e dos PPG. Isso é considerado crucial para aspirar à excelência e alcançar conceitos elevados na avaliação dos programas. Desta forma, as perspectivas de internacionalização nesta área envolvem o fortalecimento da construção do conhecimento por meio de parcerias com diversos grupos de pesquisa, além do estabelecimento de missões, workshops, colóquios, seminários, dentro outros tipos de eventos em conjunto. Para isso, a interdisciplinaridade e o intercâmbio de pesquisadores e ideias são considerados essenciais para promover o crescimento da reflexão desta área em ações globalizantes, como missões técnicas, doutorados sanduíches e pós-doutorados.

É ressaltada a importância das ações institucionais de apoio à internacionalização, como o Edital Capes PrInt/2018 e similares. No entanto, é necessário realizar adequações para evitar a ênfase e o reforço de assimetrias regionais. Diversificar as instituições participantes bem como os parceiros é fundamental para promover uma internacionalização mais abrangente e equitativa.

Na área de Comunicação e Informação, a internacionalização dos PPG envolve a interação com pesquisadores de outros países, o desenvolvimento de projetos colaborativos, parcerias para publicação conjunta, mobilidade de docentes e discentes, além da participação em eventos internacionais. Os PPG desta área devem planejar e disponibilizar recursos por meio de editais internos para viabilizar a realização de diversas atividades no exterior, como estágios de curta, média e longa duração para docentes e discentes, pós-doutorado, doutorado em cotutela e dupla titulação e doutorado sanduíche. Além disso, é importante que os sites ou páginas dos programas estejam disponíveis em pelo menos três idiomas (Português, inglês e espanhol) para facilitar o acesso e a comunicação com candidatos estrangeiros. Da mesma forma, os editais de seleção para programas de doutorado, mestrado, pós-doutorado e outros

devem ser elaborados nessas línguas, a fim de possibilitar a participação de candidatos estrangeiros nos processos seletivos.

O campo do Direito, assim como outras esferas de conhecimento, tem experimentado um processo de internacionalização, influenciado pelas características distintas de sua produção científica e pelo diálogo acadêmico, centrados em questões internas. Ela tem sido impulsionada pela mobilidade acadêmica, que inclui o deslocamento de professores e estudantes para períodos no exterior, assim como a vinda de docentes e pesquisadores estrangeiros. Além disso, são consideradas importantes a publicação em revistas estrangeiras, a celebração de acordos de cooperação acadêmica, o estabelecimento de redes internacionais de pesquisa e a participação em projetos e publicações conjuntas.

Nos últimos anos, a internacionalização nessa área tem observado uma mudança no perfil geográfico de destino, com um notável aumento de iniciativas envolvendo países do Mercosul e da África, além das relações tradicionais estabelecidas com países europeus e os Estados Unidos.

Na área de Economia, a valorização de métricas consistentes e o apoio financeiro têm impulsionado o processo de internacionalização. No entanto, é destacada a necessidade de garantir financiamento para sustentar essa dinâmica de internacionalização. Esta foi uma das áreas que menos relatou os critérios para a internacionalização dos PPG e o que foi feito.

Na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, a internacionalização ainda se apresenta como um desafio. Embora existam avanços na capacitação em centros acadêmicos estrangeiros, a atração de pesquisadores para os PPG é ainda limitada, e a internacionalização não ocorre de maneira estratégica e coesa. Destaca-se a importância de estabelecer parcerias com instituições internacionais, tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para a formação de redes internacionais.

Nota-se que entre os PPG avaliados, alguns são de áreas que possuem maior vocação para a internacionalização do que outras, enquanto outros PPG têm um perfil mais voltado para uma forte integração regional (especialmente os programas profissionais), o que justifica a redução dos esforços de internacionalização. Esse fato também pode resultar em uma maior valorização de publicações e periódicos com foco nacional ou regional, refletindo o perfil científico e acadêmico dos PPG desta área.

A internacionalização da área se fundamenta no princípio de que o estabelecimento de parcerias com instituições internacionais é essencial para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa. No entanto, essa importância é igualmente significativa em relação às instituições nacionais, especialmente aquelas que ainda precisam internalizar o

conhecimento científico e acadêmico. Existem algumas especificidades desejáveis para a internacionalização, incluindo a definição de grandes zonas geográficas prioritárias com base no interesse de cada PPG e a valorização das redes de cooperação com países do chamado Sul Global. Tais diretrizes visam fortalecer a internacionalização, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre instituições e pesquisadores de diferentes partes do mundo, desde que estejam vinculadas ao cotidiano do PPG e se relacionem com a sociedade local, regional e nacional.

Portanto, em todas as áreas das Ciências Sociais Aplicadas, além da publicação em periódicos internacionais, a internacionalização também é observada em outras dimensões relevantes, como atração de estudantes e docentes estrangeiros por meio da mobilidade, captação de recursos, cooperação em projetos, formação de redes de pesquisa, além da participação em eventos científicos internacionais. A internacionalização é vista como um meio de enriquecer a experiência acadêmica e contribuir para o desenvolvimento da produção científica e a formação de profissionais capacitados.

Linguística, Letras e Artes

A internacionalização dos PPG em Linguística, Letras e Artes é reconhecida como um processo crucial para o avanço acadêmico e científico. No entanto, é importante notar que cada uma dessas áreas apresenta suas próprias particularidades e orientações em relação à internacionalização. Na área de Artes, houve avanços significativos nos últimos anos, como o aumento da produção científica e artística divulgada em periódicos internacionais, a ampliação de parcerias com instituições estrangeiras e a presença de professores visitantes, projetos financiados por agências internacionais, dentre outras ações.

O êxito da internacionalização dos PPG em Artes depende, em primeiro lugar, da expansão de um diálogo qualificado entre a área e outros campos de conhecimento, dentro de sua instituição de ensino. Além disso, requer o aumento de parcerias, acordos, convênios e projetos de cooperação com instituições internacionais de excelência, de modo a garantir resultados de alto impacto desenvolvido em colaboração como, por exemplo, publicações, eventos, missões de trabalho no exterior, viabilização de recursos materiais e financeiros, e mobilidade recíproca de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. É esperado que a maior visibilidade, impacto e circulação da produção artístico-científica da área de Artes, contribuam para a consolidação da inserção internacional dos PPG na dinâmica global de intercâmbios. Esses diálogos podem ser estabelecidos com instituições e países reconhecidos

por sua qualificação internacional, como universidades europeias ou norte-americanas, ou buscar parcerias numa abordagem contra hegemônica, conforme sugerido por Boaventura de Sousa Santos, visando impacto estratégico e/ou emancipatório no desenvolvimento da pós-graduação em Artes.

Na área de Linguística e Literatura, a internacionalização dos PPG também é considerada um processo em estágio avançado. A participação internacional da produção de conhecimento é vista como uma forma ativa de cooperação com instituições e centros de pesquisa no exterior, com base em paridade, reciprocidade e diálogo entre pares. Os PPG devem realizar ações de cooperação internacional como, por exemplo, estágios de pós-doutorado, participação em conferências no exterior, orientação de alunos estrangeiros, publicação de trabalhos em coautoria com pesquisadores estrangeiros, entre outras atividades. Além disso, é importante acolher professores, pesquisadores e alunos estrangeiros nos programas, promover a realização de projetos de pesquisa e intercâmbios com instituições no exterior e oferecer disciplinas em outras línguas.

A área também considera a possibilidade de internacionalização, com instituições e centros de pesquisa no exterior que estejam em processo de estabelecimento e consolidação da pós-graduação, buscando uma efetiva colaboração com eles.

Em ambas as áreas da grande área de Linguística, Letras e Artes, a internacionalização dos PPG deve ocorrer de forma gradual, levando em consideração o amadurecimento e a consolidação de cada programa. É necessário investir na criação de parcerias, convênios e projetos de cooperação, assim como promover a circulação de conhecimento e o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A oferta de disciplinas em outras línguas, a publicação em periódicos internacionais e a realização de eventos científicos internacionais também são ações complementares que contribuem para a internacionalização dos PPG.

Ciências Exatas e da Terra

A área de Astronomia/Física entende a internacionalização dos PPG como um elemento intrínseco ao seu desenvolvimento. A participação em colaborações internacionais e a publicação em revistas internacionais são características fundamentais da área. Os pesquisadores brasileiros participam ativamente de grandes projetos internacionais e são convidados para palestras, coordenação de sessões e eventos, e atuam em comitês organizadores de conferências internacionais. Além disso, conferências importantes foram coordenadas por físicos e astrônomos brasileiros. Esses eventos demonstram o

reconhecimento e a expertise dos pesquisadores brasileiros na área. Essa rede colaborativa tem se tornado uma força motriz que impulsiona avanços científicos e promove intercâmbio e cooperação entre cientistas de diferentes países.

No entanto, a internacionalização da área deve ser estendida a todos os PPG, atraindo mais estudantes, pós-doutores e pesquisadores estrangeiros. Para isso, é necessário criar um ambiente propício à internacionalização, como aulas e defesas em língua inglesa, e estimular a participação de docentes estrangeiros em bancas de defesa por meio de videoconferência.

É esperado que a pós-graduação em Astronomia e Física no Brasil seja impulsionada pelo processo de internacionalização, seguindo uma abordagem bilateral. Isso significa que deve haver um fluxo de estudantes e pesquisadores brasileiros que vão para o exterior, ao mesmo tempo em que instituições brasileiras recebem estudantes e pesquisadores estrangeiros. Atualmente, a maioria dos estudantes estrangeiros que ingressam nos PPG da área vem de países da América Latina, enquanto a presença de estudantes europeus e asiáticos ainda é limitada. É importante aumentar a atratividade dos programas para estudantes desses países, o que pode ser alcançado por meio de uma pesquisa competitiva em nível global. Além disso, é necessário aprimorar a estrutura de acolhimento para estrangeiros, pois muitas instituições enfrentam desafios na contratação de funcionários bilíngues, na disponibilização de acomodações temporárias para recém-chegados e na prestação de assistência nos procedimentos de obtenção de vistos, dentre outros aspectos. Melhorar esses aspectos contribuirá para tornar as instituições brasileiras mais atraentes e acolhedoras para estudantes e pesquisadores estrangeiros.

Na área de Ciência da Computação, a internacionalização dos PPG tem sido fortalecida por meio de seminários com pesquisadores internacionais, para a obtenção de uma visão externa internacional sobre os PPG com notas entre 6 e 7, que proporcionam uma visão externa sobre os programas e emitem recomendações para a expansão da internacionalização. Os comitês internacionais enfatizam a presença de pesquisadores brasileiros como protagonistas globais e destacam a importância da liderança em pesquisas de ponta e redes de colaboração internacional. Indicadores como reconhecimento internacional de trabalhos publicados, participação em projetos e eventos internacionais, publicações conjuntas com pesquisadores estrangeiros e participação em comitês editoriais e organização de eventos são considerados para avaliar a inserção internacional dos programas.

Incentivam ainda que os PPG se alinhem aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de estabelecer uma conexão com os centros de pesquisa internacionais. Esses objetivos são uma diretriz para ação

até 2030, abordando áreas de extrema importância para a humanidade e o planeta. O alinhamento com esses objetivos é essencial, pois sem ele, existe o risco de a pesquisa brasileira se afastar dos principais centros de pesquisa mundiais. Ao aderir aos ODS, os PPG demonstram seu compromisso em abordar questões globais urgentes e contribuir para soluções inovadoras e sustentáveis. Isso fortalece a colaboração e promove a relevância da pesquisa brasileira no cenário internacional.

Na área de Geociências, a internacionalização é considerada uma necessidade para todos os programas, independentemente do nível de consolidação. A inserção internacional e a visibilidade dos PPG são avaliadas por indicadores como liderança nacional na formação de recursos humanos, publicações em periódicos internacionais de alto impacto, participação em comitês editoriais, colaborações e convênios internacionais, presença de alunos e pesquisadores estrangeiros, participação em eventos científicos internacionais, dentre outros. O alinhamento dos programas com os ODS da ONU também é destacado como importante.

Os conceitos de internacionalização e visibilidade dos programas são abrangentes, abarcando diversas estratégias para alcançá-los, além de um conjunto significativo de indicadores que os definem. Programas que atingem as notas 6 ou 7 cumpriram uma parte substancial desse conjunto de indicadores propostos pelo Comitê da área.

Na área de Matemática, Probabilidade e Estatística, ações de internacionalização é considerada um fator crucial no desenvolvimento dos programas. A internacionalização abrange dois níveis distintos: a inserção internacional e as ações voltadas para a atuação e visibilidade dos programas em âmbito internacional. A área valoriza a inserção internacional dos programas por meio de colaborações com centros de excelência, mobilidade de estudantes e pesquisadores, orientações em cotutela, participação em eventos científicos internacionais, liderança em pesquisas de ponta, prêmios e distinções internacionais, entre outros indicadores. A disponibilização de conteúdos em inglês nas páginas dos programas e o estímulo ao uso de recursos virtuais na cooperação internacional são medidas sugeridas para fortalecer a internacionalização.

Na área de Química, a internacionalização é vista como um processo contínuo e intermitente, que deve ser ampliado e estendido a todos os PPG, incluindo os consolidados e com perfil internacional.

Nas últimas avaliações, a área adotou critérios qualitativos para avaliar a internacionalização da área. Esses critérios incluem o número de artigos publicados no estrato A1, em periódicos de alto impacto, levando em consideração a participação de estudantes de pós-graduação em relação ao corpo docente permanente. Além disso, são consideradas as

publicações em colaboração com pesquisadores de instituições estrangeiras, o índice “h2” do programa, a indicação de artigos de revisão e artigos originais com participação dos discentes mais citados, a realização de seminários e cursos em instituições no exterior e em eventos científicos internacionais, a participação em comitês de eventos científicos e o trabalho como editores de periódicos internacionais. Também é levado em conta o quantitativo de estudantes enviados ao exterior para programas de intercâmbio e missões de curta duração, a recepção de alunos de instituições estrangeiras de destaque para estágios e programas de intercâmbio, bem como a participação em programas de cooperação internacional. Isto permite analisar as características de internacionalização passiva e ativa.

Uma sugestão da área é a implementação de recursos virtuais na cooperação internacional e o incentivo a oferta de disciplinas ministradas por pesquisadores internacionais, por meio do uso de ferramentas de informática. Disciplinas online que conte com a participação de docentes de instituições brasileiras e estrangeiras possibilitam não apenas compartilhar ambientes diversificados e promover o intercâmbio de conhecimentos entre os estudantes de pós-graduação, mas também permitem que os docentes aumentem sua produção acadêmica, se tornando referências e melhorando, assim, a visibilidade institucional.

A internacionalização é considerada essencial para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Astronomia/Física, Ciência da Computação, Geociências, Matemática/Probabilidade/Estatística e Química. A participação em colaborações internacionais, a publicação em revistas internacionais e a realização de eventos científicos internacionais são características importantes nessas áreas. A busca por uma maior internacionalização inclui a atração de estudantes, pesquisadores e pós-doutores estrangeiros, assim como o estímulo à oferta de disciplinas ministradas por docentes internacionais e o alinhamento com a agenda 2030 da ONU. A implementação de recursos virtuais na cooperação internacional e o aprimoramento da estrutura de acolhimento para estrangeiros, também são aspectos relevantes a serem considerados. O fortalecimento da internacionalização contribui para o avanço científico, o intercâmbio de conhecimentos e a visibilidade institucional.

Engenharias

As áreas de Engenharias I, II, III e IV compreendem a importância da internacionalização dos PPG como um elemento fundamental para o avanço científico, a consolidação dos grupos de pesquisa e a inserção da ciência brasileira no cenário global

(Quadro 3). Embora haja diferenças específicas entre as áreas, todas reconhecem que a internacionalização deve ser buscada de forma abrangente, independentemente da nota de avaliação do programa.

Quadro 3 – Classificação das áreas de avaliação e subáreas da grande área Engenharias

Área de avaliação	Subárea
Engenharias I	Engenharia Civil
	Engenharia de Transportes
	Engenharia Sanitária
Engenharias II	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
	Engenharia de Minas
	Engenharia Nuclear
	Engenharia Química
Engenharias III	Engenharia Aeroespacial
	Engenharia de Produção
	Engenharia Mecânica
	Engenharia Naval e Oceânica
Engenharias IV	Engenharia Biomédica
	Engenharia Elétrica

Na área de Engenharias I, a internacionalização era anteriormente um aspecto diferenciador para os programas, com notas 6 e 7. No entanto, apenas uma pequena porcentagem (8,7%) dos PPG da área alcançou essa pontuação. Isso pode levar a uma avaliação equivocada do real significado da internacionalização. Para a consolidação científica dos grupos de pesquisa, é essencial fortalecer o intercâmbio com grupos estrangeiros, compartilhando conhecimento e promovendo o desenvolvimento de soluções em colaboração. A internacionalização deve abranger desde a ampla visibilidade, por meio de páginas digitais em outros idiomas até a valorização de iniciativas que representem ações programáticas, em contraposição a ações pontuais e individuais. A cooperação entre programas também é incentivada para fomentar a internacionalização como elemento importante da política de excelência da área. Além dos intercâmbios, é considerada iniciativa relevante que os PPG da área estabeleçam mecanismos, como parte das regras de admissão, que permitam a participação remota de estudantes de outros países no processo seletivo para ingresso no programa.

Na área de Engenharias II, os conceitos de internacionalização e visibilidade são amplos e envolvem estratégias variadas para sua inserção nesse quesito. Diversos indicadores são empregados para avaliar a internacionalização dos PPG, como colaborações com centros de excelência, financiamento da pesquisa por agências ou empresas estrangeiras, produção intelectual em parceria com pesquisadores estrangeiros, mobilidade de estudantes e

pesquisadores, visibilidade da produção científica, dentre outros. Esses indicadores são utilizados na avaliação de todos os programas da área, independentemente da nota de avaliação. A internacionalização é vista como um elemento essencial para o desenvolvimento das linhas de pesquisa dos PPG.

No contexto da área de Engenharias, a internacionalização era previamente considerada como um critério distintivo para os programas com notas 6 e 7. No entanto, reconheceu-se que todos os PPG, independentemente do seu grau de consolidação, devem almejar ao referido patamar. Para alavancar o estado da arte e promover o avanço científico, a consolidação dos grupos de pesquisa brasileiros demanda um forte intercâmbio com grupos estrangeiros. Indicadores como colaborações com centros de excelência, mobilidade de estudantes e pesquisadores, financiamento da pesquisa, visibilidade e prestígio técnico-científico, orientações em cotutela, patentes internacionais licenciadas, prêmios/distinções internacionais de docentes e discentes, teses premiadas em eventos/sociedades internacionais, inserção dos egressos no cenário internacional, participação em sociedades científicas internacionais e o impacto da produção científica são considerados na avaliação da internacionalização dos programas.

Na área de Engenharias IV, a internacionalização é buscada no âmbito de todas as áreas de avaliação, respeitando suas especificidades. A internacionalização é evidenciada nos PPG consolidados por meio da reputação dos pesquisadores, que divulgam sua produção intelectual em periódicos internacionais de destaque, participam de comitês científicos de eventos internacionais, ocupam cargos em sociedades científicas e organismos normativos internacionais, recebem financiamento de agências internacionais e são reconhecidos por premiações internacionais. A visibilidade internacional dos programas é demonstrada mediante termos de cooperação, participação na organização de eventos científicos internacionais e produção intelectual compartilhada. Ações que promovam a troca de estudantes, o intercâmbio de professores visitantes e o estabelecimento de projetos conjuntos são incentivados, especialmente nos programas mais recentes, visando à internacionalização com fluxo nos dois sentidos.

Em resumo, todas as áreas de Engenharias compreendem a importância da internacionalização dos PPG, como um elemento fundamental para o desenvolvimento científico, a consolidação dos grupos de pesquisa e a inserção da ciência brasileira no cenário global. Destarte, a busca pela internacionalização ocorre de maneira abrangente, independentemente da nota de avaliação do programa.

Multidisciplinar

As áreas do conhecimento Multidisciplinar têm uma compreensão comum sobre a internacionalização dos PPG, pois é vista como um aspecto fundamental para a qualidade da produção acadêmica, formação de estudantes e consolidação dos programas no cenário nacional e internacional.

No campo da Biotecnologia, a internacionalização dos PPG é considerada um elemento crucial para a qualidade da produção científica e formação dos estudantes. Ela é entendida em dois níveis: a inserção internacional, que é reflexo da qualidade científica dos programas, e as ações específicas de internacionalização. Diversos indicadores são considerados para avaliar a internacionalização, como a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados da pesquisa, a participação em eventos e cursos científicos internacionais, convênios e financiamentos internacionais, orientações em cotutela, participação de alunos e professores estrangeiros, dentre outros aspectos.

Na área de Ciências Ambientais, a internacionalização dos PPG é considerada como essencial para a consolidação e qualidade da produção científica e formação de recursos humanos. Na área das Ciências Ambientais, atualmente existem apenas seis programas de excelência, sendo três com nota 6 e três com nota 7, estando localizados dois na região Centro-Oeste e quatro na região Sudeste. Essa distribuição das notas pode levar a uma interpretação distorcida do significado da internacionalização na área, como também ocorre em outras áreas. A inserção internacional é avaliada pela qualidade dos periódicos adotados, participação em eventos internacionais, cooperação com instituições estrangeiras, estágios pós-doutorais, intercâmbio de alunos, entre outros. Além disso, ações como a ampla visibilidade em outros idiomas, participação em projetos de cooperação internacional e financiamentos internacionais, que promovem a internacionalização, são amplamente valorizadas.

Na área de Ensino, a internacionalização é vista como um meio de enriquecer os programas e estabelecer colaborações internacionais. A formação de pesquisadores brasileiros equiparados aos estrangeiros e a produção de conhecimentos relevantes para a prática docente são objetivos da internacionalização. A participação em eventos, estágios sanduíche, estágios pós-doutorais, cursos internacionais e cotutelas internacionais são considerados indicadores de internacionalização na área. Ao considerar o crescimento da área com a inclusão de novos cursos e programas, espera-se que a próxima avaliação quadrienal demonstre um aumento das ações de internacionalização de diversos PPG da área.

No campo Interdisciplinar, a internacionalização dos programas é entendida como um meio de ampliar a disseminação da pesquisa, expandir o conhecimento e promover a colaboração internacional. Diferentes ações são consideradas, como a participação em programas de IES estrangeiras, estágios pós-doutorais, recepção de professores visitantes estrangeiros, intercâmbio de alunos, participação em projetos de cooperação internacional, dentre outros. Na perspectiva da área, compreende-se que a internacionalização não deve ser vista como um objetivo final, mas sim como um meio para o constante aprimoramento dos programas e de seus participantes, promovendo o estabelecimento de um crescente número de projetos e colaborações internacionais.

Na área de Materiais, a internacionalização é reconhecida como um fator fundamental para o crescimento e consolidação da ciência brasileira. Ações estruturantes de internacionalização envolvem compartilhamento de conhecimento, aprofundamento crítico e desenvolvimento de soluções em colaboração com pesquisadores estrangeiros. Diferentes iniciativas são incentivadas, como acordos de dupla diplomação, estágios no exterior, projetos de pesquisa conjuntos, participação em eventos internacionais, financiamentos internacionais e produção intelectual em coautoria com pesquisadores estrangeiros. No entanto, é fundamental que o processo de internacionalização não se limite apenas ao envio de alunos para o exterior, mas também crie condições para que estudantes estrangeiros possam atuar no país. Além dos intercâmbios, uma iniciativa importante é a inclusão, nas regras de ingresso dos PPG da área, de mecanismos que permitam que alunos de outros países possam participar remotamente do processo seletivo para ingressar no programa.

Em todas as áreas multidisciplinares, a internacionalização é vista como um processo abrangente que envolve uma variedade de estratégias e indicadores. A participação em redes de pesquisa, a produção científica em colaboração com pesquisadores estrangeiros, a participação em eventos internacionais, o financiamento internacional e a presença internacional de docentes e discentes são exemplos de ações valorizadas para a internacionalização dos PPG da área.

3.4 Principais resultados e discussão

A análise acerca da internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal evidenciou-se um compromisso com a integração global e a cooperação internacional na busca pelo avanço científico em temas peculiares da região. Não se limitou a uma mera expansão geográfica, mas é percebida como um processo contínuo de busca pela

excelência na produção técnica, reconhecimento dentro da comunidade científica e impacto a nível global. As reflexões de Bakhtin (2016) sobre as dimensões linguísticas presentes nos relatórios de avaliação dos PPG pela Capes são de suma importância para se entender o papel crucial da linguagem como um fenômeno social, moldado por diversas vozes e perspectivas. Ao aplicar sua abordagem, foi constatado como as escolhas linguísticas presentes nos documentos refletem poder, ideologia e dinâmicas sociais, proporcionando insights sobre as intenções das agências de fomento.

Os aspectos da interação humana têm como base o uso da linguagem, que é tão variado quanto os próprios campos de atividade dos humanos. Os enunciados, sejam orais ou escritos, refletem não apenas os temas e estilos característicos de cada esfera de atividade, mas também sua estrutura composicional. Embora cada enunciado seja único, cada esfera de uso da linguagem desenvolve tipos relativamente estáveis de enunciados, chamados gêneros do discurso. A diversidade e a profusão dos gêneros do discurso são infinitas, refletindo as inúmeras possibilidades da atividade humana (BAKHTIN, 2008).

Dado o caráter dialógico da linguagem, é importante destacar o papel das forças centrípetas e centrífugas nos gêneros do discurso. Cada vez que um sujeito se expressa, este se torna um ponto de interação para essas forças, resultando em processos de centralização e descentralização, unificação e desunificação, que contribuem para a diversidade linguística e cultural. Esses processos conferem não apenas uma manifestação individualizada da língua, mas também uma participação ativa no plurilinguismo social e histórico, sujeita às influências externas e às forças que dividem e estratificam (BAKHTIN, 2008).

No contexto da internacionalização dos PPG, destaca-se a importância das publicações em periódicos de impacto internacional, sobretudo, na língua inglesa, além de outras atividades, como mobilidade docente e discente e colaboração em projetos de cooperação internacional. Essas iniciativas não apenas enriquecem a formação profissional e científica, mas também promovem a integração à comunidade científica internacional e contribuem para avanços significativos no campo do conhecimento científico.

À medida que a internacionalização é reconhecida como um processo dinâmico e vital para o avanço científico e acadêmico torna-se evidente que a força centrípeta, que converge com o que é apregoado pelas agências de fomento, desempenha um papel fundamental ao reunir uma variedade de conhecimentos e colaborações em torno dos PPG, fortalecendo sua qualidade e reconhecimento global. Essa força atua na regulação, normalização, estabilização, generalização e promoção da recorrência, congregando diversas perspectivas, saberes e

colaborações, o que, por sua vez, fortalece a capilaridade e o impacto global dos PPG no campo acadêmico-científico.

Como parte integrante da força centrípeta, observa-se a frequência na elaboração de estratégias para a inserção internacional, incluindo a implementação eficaz de iniciativas voltadas para a produção científica com características específicas, além da análise cuidadosa dos indicadores de reconhecimento internacional aos quais os esforços dos PPG estão direcionados, como é indicado em Capes (2017). Esse movimento centrípeto também se manifesta na busca ativa por parcerias internacionais, na participação em redes de pesquisa e na organização e presença de representantes dos PPG em eventos de caráter internacional. Tais iniciativas não apenas enriquecem a formação profissional e científica, mas também facilitam a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes culturas, promovendo uma integração maior entre os atores da comunidade científica internacional impulsionando avanços significativos em determinado conhecimento científico.

Nesse sentido, é possível identificar sinais de alinhamento ao ser analisados os relatórios de avaliação da pós-graduação pela Capes, especialmente no que diz respeito à produção escrita em língua inglesa. O que é solicitado pelos PPG está em sintonia com as exigências das agências de financiamento. Isso implica na elaboração de artigos científicos, que são veiculados na comunidade acadêmica e contribuem para o indicador de produção acadêmica na avaliação da Capes, impulsionando o processo de internacionalização. Em suma, é uma manifestação típica de uma resposta ativa responsiva.

Apesar de ser comum que os docentes dos PPG busquem publicar em língua inglesa como referência para a internacionalização, críticos apontam que essa predominância pode prejudicar a diversidade das outras línguas utilizadas em diferentes países, potencialmente levando à homogeneização cultural. Por outro lado, observa-se que as demais línguas parecem estar desconectadas da temática da internacionalização, o que resulta em uma falta de alinhamento com as políticas linguísticas estabelecidas pelas agências de fomento (GUIMARÃES; FINARDI; CASOTTI, 2019). No entanto, é importante notar que, apesar da prevalência do inglês como língua franca, críticas ressaltam que essa hegemonia pode contribuir para a diminuição da diversidade linguística e cultural (AIU, 2012). Assim, torna-se evidente que há uma necessidade de maior sincronia entre as políticas linguísticas e a realidade da internacionalização para garantir uma representação equitativa das diversas línguas e culturas. É relevante ressaltar que muitos estados da Amazônia Legal compartilham fronteiras com países de língua espanhola, o que exerce uma influência significativa na produção científica na região. Essa proximidade geográfica e cultural com países

hispanófonos pode favorecer a produção de trabalhos científicos em espanhol, considerando a influência cultural e a interação constante entre áreas correlatas e de interesse mútuo.

A possibilidade dos PPG para a escrita em outros idiomas qualifica-os para a internacionalização de suas produções. Embora essa prática seja alvo de debates devido às suas implicações em torno da internacionalização, é reconhecida como fundamental para o processo de Cooperação Sul-Sul. Autores como Marrara e Rodrigues (2009) destacam a importância dessa medida, ressaltando que muitas instituições de ensino superior, tanto no Brasil quanto no exterior, têm adotado essa prática progressivamente. Contudo, é essencial que o uso de idiomas estrangeiros esteja alinhado com as políticas e estratégias de internacionalização dos PPG e suas respectivas instituições de ensino, visando melhoria da qualidade das pesquisas para maior capilaridade do acesso ao conhecimento gerado pela comunidade científica.

Dessa forma, observa-se que o discurso acadêmico-científico direcionado à internacionalização pela Capes não se limita exclusivamente a aspectos como mobilidade acadêmica, acordos de cooperação técnico-científica e publicações em periódicos de alto impacto, preferencialmente em inglês. Em vez disso, focaliza-se na integração da dimensão internacional entre as instituições com o intuito de beneficiar a sociedade. Isto posto, conforme identificado nos relatórios analisados deste estudo, verifica-se que grandes áreas do conhecimento, como Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, e Ciências Sociais Aplicadas, fomentam a cooperação Sul-Sul, sobretudo com países da América Latina e da África, devido às afinidades culturais compartilhadas. O entendimento é de que a interação corrobora para o diálogo entre enunciador (ou locutor) e o receptor (ou interlocutor), o que propicia a combinação entre gêneros empreendidos na academia e o dinamismo em prol da internacionalização do ensino superior (BAKHTIN, 2016).

As narrativas das grandes áreas do conhecimento sugerem que os PPG busquem integração com docentes de outros programas do exterior e realizem intercâmbios, visando contribuir para a produção técnica-científica e, por sua vez, disseminação do conhecimento em âmbito global. Essa integração pode ampliar a interface dos PPG com a comunidade acadêmica, seja por meio de interação com outras instituições de ensino e pesquisa no país e no exterior, ou pela integração com outros setores regionais do Brasil ou até mesmo de outros países. Para promover essa coesão, é importante a organização de eventos acadêmico-científicos diversos para a propagação de temas de interesse comum e a formação de redes de cooperação.

Considera-se, que as práticas de inserção social podem promover a interação dialógica entre os indivíduos e as produções acadêmicas, socializando os avanços científicos que constituem objeto de estudo dos PPG. Os aspectos que dinamizam a linguagem como prática social e cognitiva possibilitam compreender as variáveis que influenciam o diálogo, bem como suas limitações (BAKHTIN, 2016).

A responsividade é a compreensão de um enunciado, sendo o momento em que o interlocutor reinterpreta, recria ou aprimora de alguma maneira o que foi expresso (BAKHTIN, 2003). Assim, não se limita apenas a uma resposta verbal ou gestual ao discurso do outro; a responsividade representa um ato dialógico de maior complexidade. Afinal, o termo “resposta” abrange uma amplitude de ações que resultam em transformação ou complementação do que foi lido ou ouvido pelo leitor ou ouvinte.

Segundo Bakhtin (2003, p. 271), “toda compreensão é prenhe de resposta”. Dessa forma, nos PPG da Amazônia Legal, espera-se uma resposta ativa às diretrizes das agências de fomento. Isso significa que as orientações dos documentos da área devem inspirar adaptações e transformações graduais nas práticas dos docentes, buscando alinhamento com as expectativas da Capes, por exemplo, que é a instituição brasileira responsável pela avaliação e financiamento dos programas de pós-graduação. Em outras palavras, os PPG devem responder às demandas das áreas que abrangem, reconhecendo que a responsividade é essencial para o dialogismo. Como destacado por Menegassi (2009), é essa capacidade de resposta que determina a continuidade, interrupção ou adiamento do diálogo.

Neste estudo, constatou-se que, embora nem todos os enunciados extraídos dos relatórios de avaliação da pós-graduação estão em plena consonância com as práticas dos PPG, porém, percebe-se que estes, gradativamente, buscam cumprir com o que é proposto por estes interlocutores, o que incorre numa atitude responsiva ativa, ao processo de adequação ao que é requisitado para se internacionalizar, relacionado aos desafios da Amazônia Legal em superar desigualdades e obstáculos no desenvolvimento regional, buscando diminuir as lacunas socioeconômicas em relação a outras regiões do país.

Por essa razão, é essencial que as instituições de ensino superior da região sejam responsivas aos desafios da globalização, não apenas como um fim em si mesmo, mas como meio de disseminar o conhecimento científico. As agências de fomento funcionam como dispositivos reguladores que indicam formas ideais de produção e disseminação do conhecimento, sendo essencial a adequação dos produtos técnico-científicos desenvolvidos pelos PPG às suas diretrizes. Isso evidencia a força centrípeta, caracterizada pela estabilização e normatização dos processos acadêmicos.

Além disso, em paralelo à influência da força centrípeta, a iniciativa de internacionalização promove a busca pelo desenvolvimento de competências e qualidades necessárias para prosperar em um mundo cada vez mais interligado e diversificado. Essa busca é impulsionada pela força centrífuga, essencial para capacitar profissionais a enfrentar os desafios globais.

Ao analisar distintas revistas científicas de um mesmo gênero, é possível notar que os propósitos comunicativos não permanecem completamente estáveis. Isso se deve à possibilidade de surgimento de novos objetivos, à eventual exclusão de alguns propósitos anteriores e à variação na importância relativa entre esses propósitos. O mesmo ocorre com os documentos das áreas abarcados neste estudo. Embora todos eles apontem no sentido da internacionalização, a maioria possui especificidades que variam de acordo com a dinâmica da área de estudo e atuação de cada PPG, fato que conduz a ações específicas e diversas para se chegar ao denominador comum, que é a disseminação do conhecimento científico em âmbito internacional. Essa instabilidade ou dinamicidade atribui-se como característica da força centrífuga. Um exemplo disso é o peso atribuído à área de Psicologia, que representa 60% do critério de internacionalização na avaliação dos Programas de Pós-graduação entre 2017 e 2020. Por outro lado, as áreas “Medicina I e II”, “Ciência Política e Relações Internacionais”, “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, “Serviço sócia” e “Ensino”, incentivam práticas de internacionalização em 20%. Já as demais áreas oscilam entre 25% a 50%.

Ao discorrer sobre os gêneros, Bakhtin (1997) ressalta a dualidade inerente a eles, enfatizando que não apenas refletem as tendências mais estáveis e duradouras da evolução da escrita, preservando elementos eternos, mas também passam por atualizações de forma cíclica. Em outras palavras, essa dualidade se manifesta na relação dos gêneros com o passado e o presente. Assim, ao considerar que “o gênero vive do presente, mas sempre recorda o seu passado, o seu começo” (Bakhtin, 1997, p.121), percebe-se simultaneamente a ação da força centrípeta na preservação e da força centrífuga na busca por atender às necessidades dos usuários atuais do gênero em questão.

Portanto, a adesão às diretrizes dos documentos das áreas é crucial para estabelecer estratégias que conduzam os discursos acadêmico-científicos dos PPG voltados às práticas de internacionalização sob a ótica da Capes. A definição de estratégias, o planejamento de ações e a execução dessas atividades, sempre considerando a voz dos sujeitos responsáveis pela elaboração dos documentos mencionados, são fundamentais para ajustar as atividades de acordo com a disponibilidade de recursos, quando necessário. A construção de trabalhos

coletivos, aliada à potencialização de ações individuais, pode elevar a qualidade e, conseqüentemente, a visibilidade necessária para estabelecer novas parcerias que também auxiliarão no processo de internacionalização do ensino superior nos estados da Amazônia Legal.

3.1 Considerações finais

A partir dos discursos-acadêmico das áreas do conhecimento sobre a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação, alguns pontos principais emergem. Inicialmente, a análise dos dados sobre internacionalização na pós-graduação revela não apenas variações significativas nas abordagens adotadas por diferentes áreas, mas também instiga reflexões sobre os fatores que influenciam essas estratégias e como podem ser aprimoradas para promover uma presença internacional mais robusta e colaborativa em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, a ponderação dos critérios de internacionalização na avaliação da pós-graduação pela Capes em cada área propõe uma análise do seu peso relativo e impacto no cenário acadêmico.

Dentre os critérios para se internacionalizar, destaca-se o papel do Qualis como principal balizador para métricas de impacto internacional, influenciando a publicação de docentes e discentes em periódicos bem classificados e, conseqüentemente, contribui para uma avaliação da qualidade da pesquisa realizada e sua capilaridade em âmbito global.

Além disso, observa-se um potencial pouco explorado em ações de cooperação entre países da América Latina e da África, numa perspectiva de cooperação Sul-Sul, aproveitando a proximidade geográfica e cultural para impulsionar a internacionalização. Prova disso é que algumas poucas áreas explicitam isto no relatório da Capes. No entanto, é fundamental evitar assimetrias regionais ou epistemologias específicas, ao incentivar e propor políticas de internacionalização que também beneficie regiões com desigualdades, ao contrário do que aconteceu com as instituições beneficiárias do Capes-Print priorizadas de origem das regiões Sul e Sudeste do país.

As barreiras linguísticas também se mostram como desafio. Estratégias para promover o uso de outros idiomas na escrita de publicações e a participação em disciplinas online, por exemplo, são necessárias para superá-las.

Entretanto, há preocupações quanto ao aprofundamento das desigualdades regionais e sociais pela internacionalização, bem como a mercantilização da educação devido às exigências de produtividade. Nesse contexto, é essencial que o discurso acadêmico-científico

das grandes áreas do conhecimento esteja alinhado às políticas de internacionalização da Capes, priorizando a mobilidade acadêmica, cooperação técnico-científica e publicações em revistas de alto impacto na língua inglesa, mas desde que atenda também as especificidades da Amazônia Legal.

A responsividade dos PPG às demandas da internacionalização é evidente na elaboração de estratégias específicas e na busca por parcerias internacionais, fortalecendo sua reputação e impacto global. Em suma, a internacionalização dos PPG na Amazônia Legal é um processo dinâmico, essencial para o progresso científico e acadêmico, impulsionado pela convergência e diversificação de conhecimentos e colaborações, promovendo a qualidade, a diversidade e o reconhecimento global dos programas de pós-graduação. Tanto a força centrípeta quanto a centrífuga desempenham papéis importantes nesse processo, promovendo a qualidade, a diversidade e o reconhecimento global dos PPG.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIATION INTERNATIONALE DES UNIVERSITÉS - AIU. **Renforcer les valeurs académiques dans l'internationalisation de l'enseignement supérieur**: un appel à l'action. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2O52cIP>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec Editora, 2002.
- BAKHTIN, M. A interação verbal. In: **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 110-127.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Capes. **Sobre a avaliação Quadrienal**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/sobre-a-quadrienal>. Acesso em: 12 de jul. 2023.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Capes. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela Capes. Brasília: Capes, 2017.
- CUNHA, G. M. Revelando o Brasil em Marighella: entre a recepção cinematográfica e a perspectiva bakhtiniana. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. 1, e2041, p. 1-19, 2021.
- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- FUZA, A. F. **A constituição dos discursos escritos em práticas de letramento acadêmico-científicas**. 368f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. R.; CASOTTI, J. B. C. Internationalization and language policies in Brazil: What is the relationship? **Rev. Bras. Linguística. Apl.**, v. 19, n. 2, p. 295-327, 2019.

HOLLNAGEL, Heloisa Candia; MACCARI, Emerson Antonio; RODRIGUES, Leonel Cezar. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional com foco na Pós-graduação Stricto sensu**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2020, p.2-16.

KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, v. 33, n. 3, pp. 2-3, 2003.

MARRARA, T; RODRIGUES, J. A. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 121 - 143, 2009.

MENEGASSI, R. J. Aspectos da responsividade na interação verbal. **Língua & Letras**, v. 10, n.18, p. 147-170, 2009.

MIRANDA, C. O; GUEDES, R. C. M; ALBINO, P. M. B. O ensino remoto a partir da aplicação do ciclo de aprendizagem vivencial: o desenvolvimento local a partir de competências empreendedoras. In: **Educação remota em tempos de pandemia: ensinar, aprender e ressignificar a educação**. LACERDA, T. E; GRECO JUNIOR, R. Curitiba: Editora Bagai, 2021. 144-154p.

MUELLER, S. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero**, v. 6, n. 1, 2005.

RAMOS, M. Y. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. **Educação e Pesquisa**, v.5, p.1-22, 2017.

SOUSA, M. S. C. **Práticas de letramento e o processo de internacionalização de programas de pós-graduação**. Dissertação (Mestrado em Letras). 129p. Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional/TO, 2020.

4 ESPECIFICIDADES DAS ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

4.1 Introdução

Ao abordar a internacionalização do ensino superior no contexto brasileiro, é frequente deparar-se com a equiparação dos termos ‘globalização’ e ‘internacionalização’ ou a concepção da internacionalização como uma decorrência natural da globalização (ALTBACH, 2004; JENKINS, 2014). Apesar de suas distinções semânticas, esses conceitos estão intrinsecamente interligados.

Conforme destacado por Altbach (2004), é crucial discernir entre globalização e internacionalização. O autor ressalta que a globalização abrange fenômenos amplos e abrangentes, transcendentais a fronteiras nacionais, incluindo diversos setores além do acadêmico. Já a internacionalização do ensino superior, segundo Altbach e Knight (2007), está relacionada a políticas e práticas adotadas por sistemas acadêmicos, instituições e indivíduos para se adaptarem ao ambiente acadêmico global, sendo impulsionada pelas tendências econômicas e acadêmicas do século XXI.

Hsu e Pereira (2008) complementam essa perspectiva, argumentando que a internacionalização é um recurso acionado pela globalização, que fomenta a interconexão entre países. Nesse sentido, a internacionalização do ensino superior emerge como uma resposta necessária para lidar com um ambiente acadêmico cada vez mais globalizado.

O entendimento de que a internacionalização é um catalisador essencial para os sistemas de ensino superior torna-se evidente ao considerar a realidade do Brasil como país emergente. Autores como Luce, Fagundes e Mediel (2016) enfatizam que investir na internacionalização do ensino superior é fundamental para a inserção soberana do Brasil em um mundo globalizado, atendendo às demandas educacionais desse cenário dinâmico e interconectado.

Influenciada fortemente pelos aspectos da globalização, a educação superior é vista como uma indústria do conhecimento, essencial para a economia globalizada (YONEZAWA, 2014). Esse tema tem sido debatido desde a década de 1990, com a análise das diferentes formas pelas quais a dimensão internacional se manifesta no ensino superior. Por ora, essa tendência reflete a relevância dessa temática (JONES; DE WIT, 2012), mas ainda existem várias questões em aberto e debates em andamento (DAL-SOTO; ALVES; SOUZA, 2016).

No cenário global, observa-se uma significativa desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre instituições de ensino superior europeias e americanas, que possuem uma tradição reconhecida em mobilidade acadêmica internacional. Recentemente, os países emergentes estão despertando para os benefícios que a internacionalização das atividades de pesquisa, ensino e extensão pode trazer para o desenvolvimento regional/nacional (DAL-SOTO; ALVES; SOUZA, 2016).

Nesse contexto, a mobilidade acadêmica tem se tornado uma das principais estratégias para promover a internacionalização. É a principal força para a internacionalização dos Programas de Pós-graduação (PPG), em conjunto com as publicações internacionais (MATTOS, 2018). No caso do Brasil, devido à criação tardia de suas universidades e à falta de articulação para se internacionalizarem, o país tornou-se predominantemente emissor, ou seja, as universidades brasileiras enviam seus pesquisadores para o exterior, mas nem sempre conseguem atrair pesquisadores renomados para visitar o Brasil (TOSTA; STALLIVIERI; TOSTA, 2016). Com isso, é evidente que as ações de internacionalização não ocorrem da mesma forma em todos os contextos, pois é um processo que pode ser interpretado de maneiras diferentes, dependendo do enfoque adotado (LUCE; FAGUNDES; MEDIEL, 2016).

Diversas interpretações sobre o termo internacionalização podem ser observadas na literatura. Conforme detalha Knight (2011), a interpretação para alguns é que isso engloba atividades como mobilidade acadêmica de discentes e docentes, estabelecimento de redes internacionais, redes de cooperação, criação de novos programas acadêmicos e iniciativas de pesquisa. Outros veem a internacionalização como a expansão da educação para outros países por meio de filiais ou franquias de universidades, utilizando diversas abordagens, tanto presenciais quanto à distância. Para muitos, a internacionalização implica na inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. Alguns concebem a internacionalização como o estabelecimento de centros regionais de educação, pontos de referência e redes de conhecimento. Além disso, projetos de desenvolvimento internacional têm sido tradicionalmente considerados como parte da internacionalização. Recentemente, o aumento do comércio de educação superior também está sendo reconhecido como uma forma de internacionalização.

Atualmente no Brasil, a mobilidade acadêmica entre estudantes, professores e pesquisadores continua a desempenhar um papel significativo na promoção da internacionalização do ensino superior, destacando-se como uma das principais atividades nesse contexto. No entanto, observa-se que a promoção de parcerias entre equipes de pesquisa estrangeira ainda ocorre em menor escala (LUCE; FAGUNDES; MEDIEL, 2016).

Um estudo de Borges e Amal (2016) identificou os principais determinantes para a internacionalização dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Entre eles estão o reconhecimento social e internacional, a busca pela excelência, a visibilidade do curso e a ampliação do conhecimento científico. Além disso, os autores destacam a importância de estabelecer parcerias com instituições e pesquisadores renomados internacionalmente, a fim de fortalecer a credibilidade e formalizar acordos de cooperação técnico-científica.

Knight (2012) levantou questões críticas em relação à internacionalização na qual identificou os cinco mitos mais recorrentes associados a este tema. Estes são: (1) a concepção equivocada de que a internacionalização substitui a qualidade; (2) a atribuição inadequada do papel dos estudantes estrangeiros como agentes principais de internacionalização; (3) a superestimação dos acordos institucionais e da certificação internacional como indicadores precisos do grau de internacionalização; (4) a visão distorcida de que a internacionalização é uma estratégia eficaz para conquistar posições superiores nos rankings universitários; e (5) a noção equivocada de que a finalidade da internacionalização é aprimorar a “marca” da instituição.

Neste sentido, o processo de internacionalização do ensino superior no Brasil está sendo impulsionado por editais de fomento, como o Capes PrInt e o Ciência sem Fronteiras (CsF), que promoveram políticas linguísticas e uma internacionalização mais inclusiva. Por exemplo, idiomas que foram desfavorecidos devido a mudanças em normativas têm a oportunidade de coexistir com o inglês, considerado língua franca em diversas dimensões acadêmicas, culturais, científicas e comerciais. Com isso, é necessário adotar uma postura reflexiva e responsiva por parte das instituições brasileiras de ensino superior diante das mudanças decorrentes da globalização, buscando explorar possibilidades que permitam lidar com a tensão entre valores locais e globais, a fim de promover uma adequada internacionalização considerando as especificidades das universidades (GUIMARÃES; FINARDI, 2018).

Marrara (2007) conceitua a internacionalização do ensino superior como um conjunto de iniciativas cooperativas internacionais, essenciais para fortalecer os Programas de Pós-graduação, aprimorar seu corpo docente e discente, transformando-os em programas de excelência. Nesse contexto, as redes de cooperação internacional desempenham um papel crucial ao articular o suporte necessário para que a universidade empreenda ações voltadas ao avanço da ciência e à resolução de questões sociais, alinhadas com sua missão institucional.

O autor classifica a internacionalização do ensino superior em duas vertentes: ativa e passiva. A abordagem ativa envolve a recepção de professores, estudantes e pesquisadores

estrangeiros, que se envolvem diretamente nas atividades do PPG. Isso inclui ministrar aulas e cursos, participar de projetos e publicar em periódicos da instituição receptora. Para que a internacionalização ativa seja efetiva, é fundamental o engajamento dos participantes e a abertura das universidades, por meio de seus PPG, para o planejamento de ações específicas de internacionalização, incluindo acordos de cooperação técnico-científica. Destacam-se iniciativas como o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), que oferece oportunidades de complementação da formação para cidadãos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, e o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), que oferecem bolsas integrais de mestrado e doutorado em universidades brasileiras para estudantes de países membros da OEA.

A internacionalização passiva, por sua vez, ocorre quando professores e estudantes imergem em instituições estrangeiras, aumentando a visibilidade de suas pesquisas em periódicos de alcance internacional, sempre fazendo referência à instituição de origem, mas não necessariamente buscando ampliar a cooperação entre as universidades (MARRARA, 2007). Um exemplo notável de internacionalização passiva foi o lançamento, em 2011, do Programa CsF, que promoveu a internacionalização da ciência, tecnologia e inovação por meio do intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional. O CsF foi um dos programas mais ambiciosos no âmbito da internacionalização da pesquisa e do desenvolvimento brasileiro, beneficiando diversos estudantes, professores e profissionais de nível superior com treinamento em centros de pesquisa e ensino avançados no exterior (RAMOS, 2017).

O estudo intitulado “A internacionalização na universidade brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes” comprovou que a internacionalização passiva é predominante na pós-graduação brasileira, uma vez que o Brasil apresenta um baixo índice de atração de profissionais estrangeiros, em comparação com o número de intercâmbios de estudantes e professores brasileiros para o exterior (CAPES, 2017).

As instituições de ensino superior estão reformulando suas prioridades estratégicas, dando ênfase à pesquisa, à reformulação dos currículos acadêmicos e à integração com PPG internacionais (RAMOS, 2017). Essas ações visam atrair mais colaboradores e estudantes estrangeiros, estimulando a internacionalização ativa, que ainda é deficiente no Brasil.

Wende (2001) concorda com essa discussão, informando que, além do Brasil, outros países estão adotando novas estratégias de internacionalização acadêmica, como a

internacionalização de currículos e de profissionais do ensino e da pesquisa, a adoção de padrões internacionais de qualidade no ensino e o uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o fortalecimento das conexões entre pesquisa internacional e ensino, e o estabelecimento de consórcios internacionais de pesquisa e ensino entre diferentes instituições.

Marrara (2007), já na década de 2000, destacava que as políticas de internacionalização eram vistas como ferramentas para a formação de professores, estudantes e pesquisadores, proporcionando experiências teóricas e práticas complementares à formação dos participantes do ensino da pós-graduação, bem como promovendo o desenvolvimento da educação e da ciência por meio da colaboração com parceiros estrangeiros.

Um exemplo concreto de apoio às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil foi a divulgação do edital Capes PrInt, em 2018. Esse edital teve como proposta selecionar projetos que se concentrassem na internacionalização de instituições de ensino superior que já possuíam, pelo menos, quatro PPG recomendados na última avaliação feita pela Capes. O edital PrInt propôs a implementação de ações ao longo de um período de quatro anos, fornecendo auxílio financeiro para missões de trabalho no exterior, recursos para a manutenção de projetos e a disponibilização de bolsas tanto para estudantes brasileiros no exterior como para estudantes estrangeiros no Brasil. Essa iniciativa visava fortalecer a presença internacional das instituições de ensino superior brasileiras, promovendo a colaboração e o intercâmbio acadêmico em nível global.

No entanto, é importante ressaltar que o Capes PrInt não apoiou nenhuma instituição da região amazônica. As instituições de ensino que foram selecionadas e beneficiadas pelo Capes PrInt foram, em grande parte, aquelas já consolidadas e reconhecidas internacionalmente, no cenário acadêmico brasileiro. Essa realidade destaca a necessidade de um esforço adicional para promover a internacionalização das instituições de ensino superior localizadas na região amazônica, que enfrentam desafios específicos em termos de recursos, infraestrutura e visibilidade internacional. A inclusão dessas instituições em programas e editais de apoio à internacionalização é fundamental para garantir uma representação mais ampla e diversa da educação superior brasileira no contexto global. Embora o último edital específico para apoio à internacionalização datado de 2018 marque um marco significativo nesse processo, é importante ressaltar que diversas iniciativas foram lançadas e implementadas desde então para fortalecer esse objetivo.

Diante do fato de que existem desigualdades entre os PPG das regiões brasileiras, principalmente quanto ao fomento as práticas de internacionalização, busca-se entender as

práticas que vem sendo desenvolvidas para o fomento da internacionalização nos Programas de Pós-graduação da Amazônia Legal. Neste sentido, é possível refletir novas perspectivas de internacionalização Sul-Sul, diante das especificidades desta região e que não apenas as dominantes Norte-Sul, no contexto geopolítico internacional.

Para tanto, o objetivo desta seção é analisar as práticas de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal e a sua relação com o conceito de epistemologia do Sul. Este estudo utilizará das concepções apresentadas por Sousa Santos (2016, 2019), para realizar uma discussão relevante sobre a epistemologia do Sul, mediante análise dos currículos dos docentes filiados aos PPG internacionalizados da Amazônia Legal. Por meio dessa perspectiva, será possível analisar se existe assimetrias entre os PPG, em relação à internacionalização. Essa análise será pautada em uma abordagem que visa reparar os danos e os impactos historicamente influenciados por relações coloniais e desigualdades de poder globais.

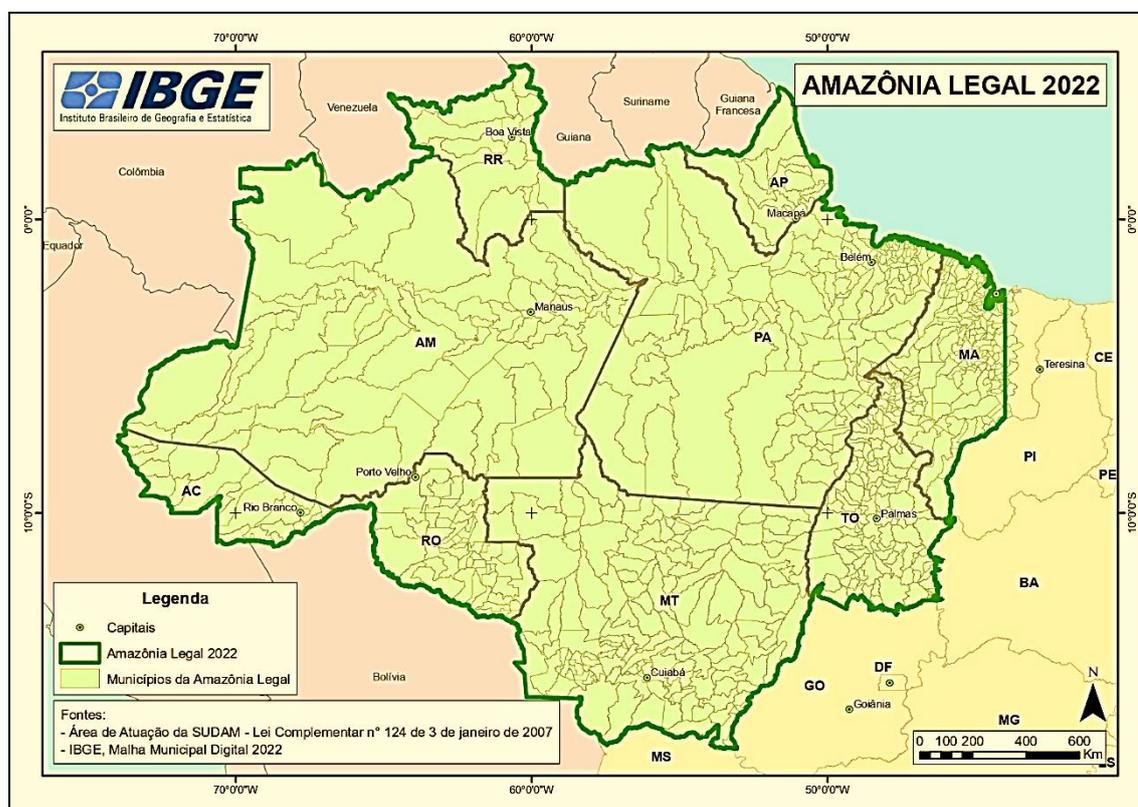
Sousa Santos (2016) defende a necessidade de dar visibilidade aos países em desenvolvimento, contrariando a lógica eurocêntrica dominante e posicionando-os também como referências universais, cada qual com suas particularidades, como é o caso da cooperação Sul-Sul. Esta se refere a uma forma de colaboração entre países em desenvolvimento ou regiões periféricas, com o objetivo de promover a solidariedade e a troca de conhecimentos e recursos. É uma forma de fortalecer as relações entre países do Sul Global, superando a dependência tradicional em relação aos países do Norte Global.

A participação dos PPG em redes de cooperação, tanto no âmbito do ensino quanto da pesquisa, emerge como uma estratégia capaz de ampliar a presença internacional das instituições de ensino superior, sobretudo aquelas que anteriormente se encontravam à margem do processo de internacionalização. A internacionalização da ciência e das universidades se manifesta por meio de diversas ações, tais como a disseminação, a colaboração e o impacto internacional de seus resultados. Contudo, é crucial enfatizar que esses indicadores frequentemente se concentram em rankings de periódicos estrangeiros e na produção de documentos oficiais, predominantemente em língua inglesa, o que reforça a influência dos padrões dominantes eurocêntricos na construção do processo de internacionalização (SANTIN; VANZ; STUMPF, 2015).

4.2 A Amazônia Legal na perspectiva do desenvolvimento regional

A região conhecida como Amazônia Legal (AL) engloba todos os estados do Norte do Brasil, nomeadamente Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Tocantins, Rondônia e Roraima. Além disso, inclui uma porção do estado do Maranhão, situado na região Nordeste, e um estado da região Centro-Oeste, que é o Mato Grosso, abrangendo 772 municípios, conforme ilustrado na Figura 1. Essa região foi criada com o propósito de definir os limites geográficos da região de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia com fins de aplicação de políticas de soberania territorial e econômica para a promoção de seu desenvolvimento (SUDAM, 2023).

Figura 1 - Representação gráfica dos estados que compõem a Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2022).

A área total da região abrange 5.015.067,749 km², representando uma significativa porção do território brasileiro, correspondendo a aproximadamente 59,1% do total. Apesar disso, é uma área pouco habitada, abrigo apenas 27,8 milhões de residentes, equivalendo a 13,3% da população do Brasil, tendo densidade demográfica média de 6 habitantes por km² (IBGE, 2022).

Em 2022, os dados revelaram que o Produto Interno Bruto (PIB) da região totalizou 764 bilhões, equivalendo a 11,2% do PIB nacional. A renda domiciliar per capita atingiu R\$ 1.096, valor próximo à média do Nordeste, mas substancialmente inferior às demais regiões e à média nacional. Medido pelo coeficiente de Gini, o índice de renda domiciliar per capita na Amazônia Legal foi de 0,507, destacando novamente a desigualdade em relação à média nacional. É relevante observar que esse índice já apresentou valores menores, experimentando uma evolução a partir de 2015, com aumento contínuo até 2018. No entanto, a instabilidade socioeconômica, especialmente durante a pandemia da Covid-19, resultou em significativas transformações na sociedade, refletindo novamente na queda do índice, situação que persiste até o momento. Os dados demonstram ainda que há apenas 11,7 milhões de pessoas empregadas na região, representando 12,3% da população total do Brasil (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023). Com isso, é possível inferir que existe um contingente significativo de indivíduos que ainda não conseguiram se inserir em atividades produtivas, contribuindo para o aumento do índice de desemprego na região.

Os investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T) realizados pelos estados brasileiros, quando comparados aos dispêndios em outras atividades, refletem a valorização e os esforços estaduais nesse âmbito. Apesar do reconhecimento da importância de investir em programas, projetos, políticas e ações voltadas para o desenvolvimento da C&T, a região da Amazônia Legal registrou a menor participação nos gastos nessa área, em comparação com outras regiões do Brasil, alcançando apenas 0,75%, em 2019. Esse dado é preocupante, pois indica que o potencial regional ainda não está sendo plenamente explorado (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023).

No que diz respeito ao contingente de profissionais ligados a ocupações técnico-científicas, dados de 2021 revelam um percentual de apenas 0,87%. Como resultado, observa-se também um número inferior de patentes. Apesar de ter aumentado de duas em 2011 para 81 em 2021, a região ainda apresenta um volume de patentes abaixo da média nacional (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023).

Dessa forma, as disparidades regionais persistem, evidenciando que o Sul e o Sudeste recebem um apoio governamental mais expressivo para inovação, com aporte financeiro significativo tanto do setor público quanto privado. Por outro lado, o Norte e o Nordeste, não contam com os mesmos recursos, inclusive referente a investimentos de empresas inovadoras, permanecendo abaixo da média nacional, conforme apontado por Santana et al. (2019).

Quanto ao acesso à internet, na Amazônia Legal, 76,7% da população com idade acima de 10 anos utilizou a internet ao longo de 2021, uma margem próxima à registrada na

região Nordeste, mas, inferior às demais regiões do Brasil. Apesar do uso considerável de telefonia fixa e móvel pela população, o percentual em 2021 foi de 94,8%, sendo a menor taxa do país (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023).

No âmbito educacional, chama atenção a pouca representatividade da Amazônia Legal em relação a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, visto que em 2022 possuía 448 programas, com ofertas de mestrado e doutorado, sendo que no Brasil, o total de pós-graduação chegou a 4.592. Se comparada as regiões Sudeste e Sul, essa diferença é ainda mais evidente, existiam em 2022, respectivamente, 1970 e 981 programas, com oferecimento de mestrado e doutorado. Na região Nordeste, 956, Centro-Oeste, 396 e Norte, 289 programas. Outro indicador estatístico que evidencia essa desigualdade diz respeito às publicações em artigos de periódicos. Em 2020, as regiões Sudeste e Sul apresentaram, respectivamente, 141.285 e 59.996 papers. Por outro lado, a região Nordeste registrou 56.888 publicações, seguida pelo Centro-Oeste com 23.378, e, por fim, a região Norte com 18.146 (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2024).

Em referência a taxa de mestres e doutores, na região de estudo, ocorreu um crescimento expressivo na última década, alcançando uma porcentagem de crescimento em torno de 109,4%. No entanto, os dados de 2021 demonstram que 20 discentes concluíram o mestrado e doutorado, por 100 mil habitantes, sendo inferior à média nacional, que foi de 40 (AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS, 2023).

Essas discrepâncias, como ressaltado por Pantoja (2022) suscitou, no decorrer das últimas décadas, algumas discussões no meio acadêmico, principalmente referente à necessidade de reconhecimento das diferenças regionais e das condições sociais, políticas e econômicas diversas, existentes entre as regiões do Brasil. Então, passou a se considerar a existência de uma distribuição desigual de docentes permanentes e a disparidade de acesso a financiamentos, políticas e ações específicas para a Amazônia Legal.

Assim, as distintas realidades regionais do Brasil, que têm um impacto direto no funcionamento das instituições, incluindo as universidades, reforçaram a necessidade de buscar mecanismos para minimizar essas discrepâncias. A partir desse reconhecimento, no ano de 2016, ocorreu o Fórum de Reitores das Instituições de Ensino Superior da região Norte. A elaboração da Carta de Rio Branco durante esse evento resultou na solicitação direta às agências de fomento por políticas específicas que considerassem as peculiaridades da Amazônia Legal. Como resultado desse esforço, observou-se um aumento gradual nos editais para a pós-graduação, priorizando políticas e ações condizentes com o contexto regional (PANTOJA, 2022).

Em se tratando de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, existem desigualdades relevantes de distribuição de cursos entre as regiões brasileiras, realidade constatada também na região da Amazônia Legal, sendo que o Pará, Mato Grosso, Amazonas e o Maranhão possuem, respectivamente nesta ordem, o maior número de PPG, e o Amapá o menor quantitativo. Esses programas estão presentes majoritariamente na capital desses estados, demonstrando ainda a pouca interiorização das instituições públicas de ensino superior (SUDAM, 2019).

Neste contexto, as regiões Sudeste e Sul apresentam mais atratividade de pesquisadores, devido ao quantitativo maior de cursos de excelência, com reconhecimento nacional e internacional. Isto possibilita o aprimoramento de inúmeras pesquisas, que colaboram para o desenvolvimento regional dessas regiões. Desta forma, uma região, como a Amazônia Legal, que apresenta grande potencial de ampliação de pesquisas, das realidades locais e regionais, acaba sofrendo desfalques, por não ser polo atrativo de pesquisadores, pelas razões acima mencionadas.

Picinin et al. (2012) também destacam que a concentração regional se manifesta no número de pesquisadores e profissionais qualificados. Quando esses profissionais se deslocam de suas regiões de origem para os grandes centros, muitas vezes decidem não retornar, refletindo conseqüentemente no baixo nível de desenvolvimento das regiões periféricas do país.

Conforme detalha Carvalho (2021), a excelência dos PPG e a notoriedade não são medidas mais estritamente pela produção intelectual de publicações técnico-científicas, sobretudo em periódicos de extrato A e livros classificados em L4 e L3, sendo que os investimentos em internacionalização emergem como potencial indicador de qualidade. O processo de internacionalização das universidades brasileiras não é homogêneo, sendo possível identificar diferenças quanto a política adotada, os métodos utilizados e os números alcançados, diante das metas propostas e das possibilidades de adequações, dentro da realidade de funcionamento de cada PPG.

Com base nas informações obtidas da Plataforma Sucupira (2024) e do GeoCapes (2020), as universidades que possuem altos índices, com notas entre 6 e 7, nos cursos de pós-graduação, possuem a internacionalização como um quesito preponderante (HAEFFNER; ZANOTTO; GUIMARÃES, 2021). Dentre as 52 instituições relacionadas pelos autores supracitados, somente duas estão localizadas na Amazônia Legal, a Universidade Federal do Pará (UFPA), ocupando a 27ª posição e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), posicionada no 52º lugar. Os dez primeiros lugares listados, por ordem de ranqueamento, são

os seguintes: Universidade Federal de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Ou seja, instituições de ensino pertencentes prioritariamente às regiões Sudeste e Sul, com exceção da UNB que está localizada na região Centro-Oeste.

É relevante destacar que há um maior número de universidades nas regiões mencionadas, não apenas nas primeiras colocações, mas entre as 52 universidades relacionadas (Tabela 1). Ao direcionar o foco para a Amazônia Legal, é possível observar, pelo que foi apresentado, uma disparidade em relação à internacionalização dos cursos de pós-graduação nos estados pertencentes, mesmo entre aqueles que obtiveram notas 6 e 7.

Tabela 1 – Universidades com maior quantitativo de PPG internacionalizados no Brasil

Rank ⁴	Universidades	Número de Programas de Pós-Graduação					% PPG 6 + 7 (B/A)
		Total PPG (A)	Total Doutorados	Nota 6	Nota 7	Nota 6 + 7 (B)	
1	USP	262	218	40	50	90	34,4
2	UFRJ	124	93	24	17	41	33,9
3	UFRGS	92	74	22	16	38	41,3
4	UFMG	87	69	17	17	34	39,1
5	UNICAMP	81	70	18	15	33	40,7
6	UNESP	144	116	21	6	27	18,8
7	UFSC	76	55	17	3	20	26,3
8	UNB	93	70	10	5	15	16,1
9	UFV	45	30	6	5	11	24,4
10	PUCRS	25	23	9	2	11	44,0
11	UFC	73	46	7	3	10	13,7
12	UFPR	80	62	7	3	10	12,5
13	UNIFESP	65	44	6	3	9	13,8
14	UFPE	83	52	6	3	9	10,8
15	UERJ	61	46	8	1	9	14,8
16	UFF	87	46	8	1	9	10,4

⁴ Tomando como base o número de cursos 6 + 7. Para desempate no número de 6 + 7 utilizou-se: i) maior número de programas nota 7; ii) a mais alta proporção de programas 6 + 7; iii) maior número de programas de doutorado e iv) ordem aleatória (HAEFFENER; ZANOTTO; GUIMARÃES, 2021).

17	PUC-Rio	34	25	3	5	8	23,5
18	UFSCAR	55	32	3	4	7	12,7
19	FGV	23	8	1	4	5	21,7
20	UFLA	39	22	3	2	5	12,8
21	UFSM	59	33	3	2	5	8,5
22	UFBA	81	55	4	1	5	6,2
23	UEM	47	28	5	0	5	10,6
24	UFPeI	45	31	2	2	4	8,9
25	UNISINOS	26	19	3	1	4	15,4
26	UFU	44	22	3	1	4	9,1
27	UFPA	86	42	4	0	4	4,7
28	FURG	29	13	2	1	3	10,3
29	UEL	41	30	2	1	3	7,3
30	UFRN	82	31	2	1	3	3,7
31	UPM	13	9	3	0	3	23,1
32	UFG	72	42	1	1	2	2,8
33	UCB	11	6	2	0	2	18,2
34	UENF	13	12	2	0	2	15,4
35	PUCPR	16	13	2	0	2	12,5
36	UFRRJ	29	14	2	0	2	6,9
37	UFRPE	35	17	2	0	2	5,7
38	UFPB	64	48	2	0	2	3,1
39	USF	3	3	0	1	1	33,3
40	PUC-SP	29	21	0	1	1	3,4
41	UFCG	30	13	0	1	1	3,3
42	UNICSUL	4	3	1	0	1	25,0
43	UNIVERITAS UNG	4	4	1	0	1	25,0
44	UNESC	7	7	1	0	1	14,3
45	UNIFOR	11	5	1	0	1	9,1
46	UFERSA	11	3	1	0	1	9,1
47	UNIVALI	12	6	1	0	1	8,3
48	UNIMONTES	14	3	1	0	1	7,1
49	PUC Minas	17	13	1	0	1	5,9
50	UECE	27	12	1	0	1	3,7
51	UFMS	41	19	1	0	1	2,4
52	UFMA	53	12	1	0	1	1,9
	TOTAIS	2.685	1.790	293	179	472	----

Fonte: Adaptado de Haeffener; Zanotto e Guimarães (2021).

Além das questões supracitadas relacionadas à internacionalização, é importante abordar a desigualdade regional linguística, que também é significativa neste contexto. No que diz respeito à proficiência em inglês, dados da Education First (2023) posicionam o Brasil

em uma faixa de proficiência baixa no ranking global, ocupando a 70ª posição em relação a 113 países. Essa classificação revela uma discrepância regional, especialmente quando se compara com a média mundial de proficiência, na qual o Brasil ainda demonstra baixa pontuação, com nota 487, em comparação com a média global de 493 pontos. No contexto latino-americano, o país se posiciona como o 15º em proficiência e a Argentina lidera como o país com o mais alto nível de proficiência na região. Esses dados apontam para desafios consideráveis no que diz respeito à equidade linguística em diferentes regiões do Brasil, sendo os estados de Santa Catarina (555), Rio Grande do Sul (542) e Distrito Federal (540) com as maiores notas e, por outro lado, Mato Grosso do Sul (478), Tocantins (474), Rondônia (471), Amapá (461), Piauí (451), Acre (450) e Maranhão (441) com as menores notas, o que direciona para a necessidade de políticas linguísticas e iniciativas destinadas a reduzir essas disparidades.

Conquistar a internacionalização acadêmica não apenas está condicionado a fatores internos e externos as universidades, mas, sobretudo, à sua imbricação com a dinâmica territorial e regional. Os desafios de desenvolvimento enfrentados pela região da Amazônia Legal podem se configurar como mais um obstáculo nesse caminho. Conforme Oliveira et al. (2019) justificam, apesar da vasta biodiversidade presente na região, surgem impasses relacionados ao progresso econômico, social e ambiental. Esses desafios são acentuados num contexto em que a implementação de políticas públicas nem sempre está alinhada com a realidade vigente, deixando lacunas no atendimento satisfatório às demandas regionais existentes.

No âmbito acadêmico, a internacionalização demanda não apenas esforços internos, mas também uma consideração cuidadosa das condições locais. No entanto, na Amazônia Legal, os obstáculos adicionais resultantes das questões socioeconômicas e ambientais podem agravar a situação. A riqueza da biodiversidade, embora seja um ponto forte da região, coexiste com desafios que permeiam o desenvolvimento em suas várias facetas. Nesse contexto, a busca pela internacionalização acadêmica exige não apenas a superação de desafios internos, mas também uma abordagem cuidadosa e adaptada às peculiaridades da Amazônia Legal (OLIVEIRA et al., 2019).

Participar desse diálogo, conforme destacado por Theis, Butzke e Santos (2021), implica em compreender que o processo de regionalização engloba a prática de territorialização, estabelecendo fronteiras dentro do contexto de uma formação social nacional. Uma região é caracterizada como um espaço geográfico relativo e relacional, que se

destaca de outros espaços delimitados por um critério comum, configurando-se assim como um território distintivo em relação a outras regiões.

Essa análise, conforme apontado pelo estudo realizado, evidencia as discrepâncias nas métricas, corroboradas por pesquisas científicas e acadêmicas, dados compilados por diferentes organizações e indicadores socioeconômicos, entre outras fontes. Tais evidências revelam as disparidades entre as regiões brasileiras, não apenas em termos de biodiversidade, mas também incorre em desníveis nos campos econômico, social e político. Isso destaca, por exemplo, a proeminência das regiões Sul e Sudeste em comparação com a Amazônia Legal. Nas palavras de Coêlho (2017a, p.66), “o Nordeste Semiárido e a região Amazônica compreendem alguns dos grandes espaços nacionais segregados por essa dinâmica regional seletiva”.

Nessa perspectiva, é crucial compreender o conceito de desenvolvimento regional, intrinsecamente relacionado ao crescimento da prosperidade em uma determinada área, por meio de atividades que possibilitem esse avanço. Embora tenha como principal objetivo o aprimoramento econômico, o desenvolvimento regional busca igualmente a promoção de aspectos sociais e culturais. Assim, o ordenamento do território em escala regional representa um processo no qual a geografia de uma região passa por transformações sucessivas, devido à interferência humana na ocupação desses espaços. Essas mudanças se manifestam em diversas dimensões, abrangendo a esfera econômica, ambiental, social e física, influenciando tanto as paisagens rurais quanto urbanas, além da distribuição geográfica da população e das atividades humanas (FÓRUM DAS CIDADES, 2023).

As políticas públicas desempenham um papel crucial no impacto direto sobre o desenvolvimento regional, ao promover a intensificação de articulações e diálogos mais próximos entre diferentes setores. Esse enfoque busca assegurar o acesso equitativo aos recursos públicos, não apenas pela população mais abastada, mas também em benefício das regiões habitadas pelos mais vulneráveis, reconhecendo a diversidade sub-regional (NETO et al., 2017). Assim, persiste a necessidade imperativa de um projeto nacional que planeje e organize diversas ações essenciais para o desenvolvimento regional, abrangendo áreas como educação básica, saúde pública, disponibilização de tecnologias, infraestrutura e crédito (COÊLHO, 2017b).

No entanto, a ausência de uma política condizente de promoção do desenvolvimento regional, que privilegie aglutinação de ações, pode desencadear desarticulações entre estados e municípios e, conseqüentemente a condução de iniciativas localistas e particulares, na busca por recursos federais e acarretando até mesmo na atração de investimentos de natureza

privada (COELHO, 2017a). Como menciona Coêlho (2017b), existe uma aparente paralisia da política regional, com severas desigualdades de renda e indicadores sociais, sendo que no Brasil, essas discrepâncias estão entre as mais acentuadas do mundo.

A indagação central recai sobre a governança do desenvolvimento regional, dadas as complexidades econômicas e políticas inerentes a um país de proporções continentais como o Brasil. A formulação de estratégias e articulações por parte dos atores sociais, bem como a construção de um ambiente institucional propício, não se efetivam apenas por meio da promulgação de leis e decretos normativos, especialmente quando desprovidos de contextualização nas realidades regionais. Torna-se imperativo o entendimento do contexto institucional e histórico específico, alinhado às aspirações de autonomia local e regional presentes em cada espaço geográfico. Nesse sentido, as experiências construídas no seio social possibilitam uma reorganização econômica e, por conseguinte, a sua coordenação, considerando sempre o crescimento e a concorrência nos âmbitos nacional e internacional (PIRES et al., 2017).

Portanto, conclui-se que o desenvolvimento regional é um impulso intencional à ação coletiva, no intuito de promover a participação social e democrática em âmbito local. Essa abordagem demanda a colaboração entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil, visando a criação de arranjos reguladores que considerem as particularidades locais (RIBEIRO, 2021). Desta forma, o estabelecimento de um trabalho intersetorial e transversal tornam-se preponderante na direção de se estabelecer ações e projetos em diferentes áreas.

Contudo, as discrepâncias resultantes do direcionamento diferenciado de recursos e da formulação de políticas públicas, programas e ações pelos órgãos governamentais, geram desafios consideráveis, no tocante ao desenvolvimento regional. Essas disparidades tornam-se difíceis de serem superadas, especialmente quando desvinculadas das diversas realidades regionais e locais. Como evidenciado neste estudo, a Amazônia Legal confronta obstáculos na busca por padrões mais elevados de desenvolvimento regional, na busca de estreitar as lacunas socioeconômicas em relação às demais regiões do país. Em face desse cenário, ressalta-se a necessidade premente de estratégias mais contextualizadas e sensíveis às especificidades regionais da Amazônia Legal, com vistas a fomentar o desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

4.3 A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional

As universidades assumem um papel de destaque no desenvolvimento regional, sendo reconhecidas pelo Estado como agentes capazes de mitigar problemas e desigualdades em regiões específicas, especialmente aquelas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além de suas funções tradicionais de ensino e pesquisa, as universidades desempenham um papel fundamental no impulsionamento do desenvolvimento econômico e social da sociedade. Elas levam a pesquisa para a comunidade, solucionam problemas e criam oportunidades, ampliando assim o impacto dessas instituições no desenvolvimento regional (AUDY, 2017).

A universidade, sendo a segunda instituição mais antiga do Ocidente, atrás somente da Igreja Católica, foi criada para atender às demandas e aspirações da sociedade, reconhecida como uma fonte geradora de conhecimento, formando capital humano qualificado, impulsionando a inovação, promovendo o desenvolvimento e disseminando culturas. Com efeito, desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento regional (SERRA, ROLIM, BASTOS, 2018).

Há exemplos inspiradores em outros países que evidenciam o papel das universidades na promoção do desenvolvimento regional e de sistemas avançados de conhecimento. Um desses exemplos é o caso dos Tigres Asiáticos, durante a década de 1970, pelos quais fizeram investimentos significativos em educação e capacitação profissional, impulsionando assim o desenvolvimento regional e a consolidação de sistemas de conhecimento avançados.

Outros exemplos notáveis de sucesso na economia do conhecimento são o Vale do Silício, localizado na Califórnia, EUA, e a Nokia, sediada na Finlândia. Essas regiões destacam-se por seu investimento significativo em PD&I, resultando na redução de custos de produção, no desenvolvimento de novos produtos e em uma maior interação produtiva entre organizações públicas e privadas. Essas experiências ilustram de maneira concreta como a colaboração entre universidades, setor empresarial e governo, conhecida como hélice tríplice, pode impulsionar a inovação, o crescimento econômico e o avanço tecnológico local, regional e territorial (BRAUN et al., 2014). Esses casos exemplares demonstram o potencial transformador da sinergia entre os atores-chave, na promoção do desenvolvimento, baseado no conhecimento e na criação de um ambiente propício à inovação e ao empreendedorismo.

No cenário brasileiro, embora não haja uma equivalência direta ao Vale do Silício, a região de Campinas, em São Paulo, se destaca como um exemplo que segue uma lógica semelhante. Isso se deve à presença de centros de pesquisa de excelência e universidades que

mantêm uma interação constante com a comunidade, empresas locais e também parcerias com empresas estrangeiras. Um exemplo notável é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que possui um dos sistemas de inovação mais avançados entre as regiões do Brasil. A instituição ocupa a segunda posição entre as vinte principais detentoras de patentes no país, além de apresentar a maior produção científica per capita (VILA, 2018). Essa conexão entre universidade, comunidade e setor empresarial tem contribuído para impulsionar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo na região de Campinas, resultando em um ambiente propício à inovação e ao crescimento econômico.

O desenvolvimento endógeno de uma região é alcançado por meio da mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais. Nesse contexto, a universidade desempenha três papéis fundamentais no impulsionamento do desenvolvimento regional, como destacado por Haddad (2018): a) por intermédio do ensino, a universidade forma capital humano qualificado, preparando os indivíduos para as demandas do mercado de trabalho e fornecendo habilidades e conhecimentos relevantes para o desenvolvimento local; b) por meio da pesquisa, a universidade apoia a inovação empresarial, promovendo a geração de conhecimento científico e tecnológico que pode ser aplicado no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, estimulando, assim, a competitividade e o crescimento econômico; c) a universidade também desempenha um papel significativo no envolvimento com a comunidade, mobilizando o conhecimento local e regional para enfrentar desafios e promover o desenvolvimento regional.

Deste modo, as universidades desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento regional, especialmente em regiões com desigualdades acentuadas e baixo desenvolvimento endógeno. Sua contribuição por meio do ensino, pesquisa e envolvimento com a comunidade, impulsiona a capacidade de inovação, a geração de empregos e o fortalecimento das bases econômicas e sociais das regiões, possibilitando um desenvolvimento mais equitativo (HADDAD, 2018).

Nos últimos anos, o Brasil passou por mudanças significativas em sua estrutura demográfica e educacional, resultando na massificação do ensino superior. Esse processo é algo que países desenvolvidos já experimentaram (SERRA, ROLIM, BASTOS, 2018). O Quadro 1 apresenta alguns marcos históricos das primeiras décadas do século XX, que marcaram o avanço da qualidade do ensino superior brasileiro.

Quadro 1 - Fatos históricos do ensino superior brasileiro

Período	Fato histórico	Explicações
1920	Criação da primeira universidade do país, a Universidade do Brasil, hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Nas primeiras décadas, a pesquisa e o estudo superior eram destinados, apenas, à formação da elite dirigente brasileira.
1934	Criação da Universidade de São Paulo (USP)	
1948	Criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	A proposta de criação da SBPC foi para consolidar a relação entre a ciência e a indústria nacional.
1951	Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	A proposta de criação do CNPq buscou a implementação de uma política de ciência e tecnologia.
1951	Criação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes)	A proposta de criação da Capes buscou assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país.
1962	Criação da Universidade de Brasília (UnB)	A UNB vem contribuindo com o processo de crescimento e desenvolvimento da pesquisa e inovação no contexto regional.
1962	Criação da Universidade de Campinas (Unicamp)	A Unicamp destacou-se em um convênio com a Telebrás para o desenvolvimento de fibras óticas.
1963	Criação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe)	O Coppe destacou-se por suas inúmeras pesquisas que o tornou o centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina.

Fonte: Adaptado de Schneider et al. (2014).

Após esta fase de consolidação do ensino superior brasileiro verifica-se que, desde a década de 1990, as universidades e suas relações com os sistemas regionais e a inovação vêm sendo objeto de interesse de pesquisadores, acadêmicos e formuladores de políticas públicas (KEMPTON, 2018). Uma das explicações é o impacto positivo que as ações promovidas pelas universidades têm sobre o desempenho econômico e o bem-estar humano da população localizada ao seu redor (VILA, 2018).

Experiências relatadas por Haddad (2018) e Vila (2018) comprovam o significativo papel das universidades como agente de transformação socioeconômica e socioambiental de regiões em que se encontram localizadas, destaque para as menos desenvolvidas, em que podem ser mais bem percebidas as transformações inovadoras. Com isso, constata-se que o perfil socioeconômico das regiões em que estão situadas as universidades, influencia a transferência de conhecimento e tecnologia, bem como à estrutura produtiva regional e o potencial de mobilização dos governos (SERRA, ROLIM, BASTOS; 2018).

O estudo de Garcia et al. (2018) aponta que com a abertura de uma nova universidade, as atividades de patenteamento industrial tendem proporcionalmente a aumentar, mas ressalta

que, de qualquer forma, os efeitos positivos das novas universidades irão depender das características econômicas da região em que está inserida. Dessa forma, em regiões com IDH menor, baixo nível de PD&I e com uma população de baixa qualificação profissional são as que mais se beneficiariam com a criação de uma nova universidade.

Indo a este encontro, de acordo com Mora, Serra e Vieira (2018), as limitações nos sistemas de inovação em países em desenvolvimento podem ser atribuídas a diversas razões. Essas limitações incluem menor investimento em PD&I, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), baixa produção de patentes, falta de profissionais envolvidos em atividades de inovação, presença limitada de empresas e indústrias com setores de PD&I e poucas instituições de pesquisa e ensino focadas no processo de inovação e transferência de tecnologia. Esses fatores contribuem para dificultar o avanço e a consolidação dos sistemas de inovação em países em desenvolvimento.

Para Boisier (2000), o desenvolvimento de uma região também está atrelado a sua capacidade de organização social, produtiva e política a fim de modelar o seu próprio futuro e, assim, disponibilizar distintas formas de capitais intangíveis na região, tais como: institucional, humano, cívico, social e sinérgico (Quadro 2).

Quadro 2 - Formas de capitais intangíveis determinantes do desenvolvimento regional

Algumas formas de capitais intangíveis	Especificação
Capital institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
Capital humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
Capital cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
Capital social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
Capital sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Boisier (2000).

A partir da análise de diferentes formas de capitais intangíveis, fica evidente que o conceito de desenvolvimento endógeno é mais compreensível em situações de assimetria e retrocesso econômico. Assim, o modelo de desenvolvimento endógeno tem sido amplamente utilizado para examinar experiências bem-sucedidas que promovem o desenvolvimento regional (HADDAD, 2018).

A universidade é considerada uma instituição complexa e heterogênea, com diferenças em seu perfil, funcionamento, cultura e estrutura organizacional. Essas diferenças refletem na forma como interagem com o ambiente externo e afetam o sistema regional de inovação do qual fazem parte. Para que a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional seja efetiva, é essencial que o capital humano e o progresso tecnológico atendam adequadamente ao sistema produtivo regional (SERRA, ROLIM, BASTOS, 2018).

Uma universidade engajada é aquela que reconhece as demandas locais e estabelece conexões significativas com as pessoas da região em que está localizada, comprometendo-se com um papel socioeconômico, que visa promover prosperidade e bem-estar social. Nesse compromisso, busca-se equilibrar os valores econômicos e sociais da população, procurando atender às necessidades e aspirações da comunidade em que está inserida (SERRA, ROLIM, BASTOS, 2018).

Mediante o engajamento social, as universidades desempenham um papel efetivo no impulsionamento do desenvolvimento regional nas áreas onde estão presentes, especialmente ao estabelecer parcerias inovadoras com uma variedade de atores relevantes (VILA, 2018). Nos últimos anos, três universidades têm se destacado como exemplos de boas práticas no cumprimento da chamada ‘terceira missão’⁵: a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) (Quadro 3). Essas instituições têm demonstrado um compromisso notável em promover o desenvolvimento regional por meio de iniciativas que beneficiam a comunidade, estabelecer parcerias estratégicas com diferentes atores sociais.

Quadro 3 - Exemplos de boas práticas em atividades de terceira missão nas universidades

Universidade	Transferência de tecnologia e inovação	Educação continuada	Engajamento social
Unicamp	Agência de inovação (Inova-Unicamp)	Escola de extensão Unicamp	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Locais
Unesp	Agência de inovação (Inova-Unicamp)	Centro de Educação Continuada em Matemática & Ciência	Universidade aberta para idosos Serviços farmacêuticos
UFV	Centro Tecnológico para o Desenvolvimento Regional	Centro de Educação à Distância	Incubadora tecnológica de cooperativas locais

Fonte: Vila (2018).

⁵ A Terceira Missão acadêmica refere-se a todas as atividades que envolvem a transferência do conhecimento produzido nas universidades para fora de seu ambiente acadêmico (COMPAGNUCCI, L; SPIGARELLI, 2020).

Na região da Amazônia Legal, um exemplo emblemático do papel das universidades no desenvolvimento regional é caso da Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa instituição tem se destacado como um ator estratégico no apoio à formulação de políticas públicas voltadas para a formação de professores na região. A UFPA utiliza sua ampla capilaridade geográfica, por meio de sessenta polos de formação espalhados pelo estado, para oferecer cursos regulares de primeira licenciatura, destinados aos docentes da educação básica, que não possuem formação em nível de graduação. Essa iniciativa tem gerado melhorias nos indicadores educacionais, como o desempenho escolar dos alunos, o que representa um avanço significativo na efetividade da política educacional, em uma região marcada por desigualdades socioeconômicas e educacionais (CASTRO et al., 2018).

Essa experiência da UFPA ilustra o comprometimento das universidades com o desenvolvimento regional, ao identificar demandas específicas e desenvolver ações concretas para atendê-las. Essas ações vão além do ensino e da pesquisa tradicionais, englobando a extensão universitária e a interação com a comunidade. Para viabilizar essas iniciativas, as universidades estão criando departamentos ou setores dedicados ao engajamento social, buscando recursos financeiros próprios e estabelecendo parcerias com empresas privadas que compartilham da agenda social dessas instituições (VILA, 2018).

As ações de engajamento social das universidades têm impactos diversos e abrangentes. Em primeiro lugar, há uma melhoria na qualidade de vida da comunidade universitária, refletindo-se em áreas como saúde, infraestrutura e educação. Além disso, o desenvolvimento regional promovido pelas universidades contribui para o aprimoramento do capital humano e social da região, por meio da formação de profissionais qualificados e do reconhecimento das competências locais. A preservação de culturas e tradições também é um resultado significativo, fortalecendo a identidade regional e promovendo a valorização do conhecimento tradicional. Os benefícios socioeconômicos, culturais e ambientais se estendem além do ambiente universitário, alcançando toda a sociedade (VILA, 2018).

É importante destacar que essas experiências de engajamento social das universidades ainda são amplamente diversificadas e nem sempre estão sistematizadas. No entanto, elas evidenciam o compromisso das instituições de ensino superior em contribuir para o desenvolvimento regional, por meio da promoção de ações que visam o bem-estar da comunidade e a redução das desigualdades sociais. Essa atuação mais ampla e comprometida das universidades é fundamental para impulsionar o desenvolvimento regional de forma mais inclusiva.

4.4 Contribuições de Boaventura Sousa Santos para a Epistemologia do Sul

A universidade desempenha papel fundamental como um espaço plural e distinto de integração, diálogo e construção de conhecimento. Segundo o estudo de Farias, Oliveira e Peloso (2021), nesse ambiente ocorre uma antagonização em relação ao modelo hegemônico homogeneizante, em que a cultura é referenciada pelo modelo euro-norte, baseado no acesso e consumo de produtos. A abertura da universidade ao diálogo e à participação, especialmente dos públicos mais excluídos, possibilita a aprendizagem de uma cultura cidadã-democrática-inclusiva, que promove o sentimento de pertencimento e o compromisso com valores de justiça, tolerância e solidariedade, essenciais para a construção da autonomia e ampliação da consciência.

A cooperação Sul-Sul é um conceito proposto por Boaventura de Sousa Santos, que se refere a uma forma de colaboração entre países em desenvolvimento ou regiões periféricas, com o objetivo de promover a solidariedade e a troca de conhecimentos e recursos. É uma abordagem que busca fortalecer as relações entre países do Sul Global, superando a dependência tradicional em relação aos países do Norte Global (SOUSA SANTOS, 2016).

Nesta direção, Sousa Santos (2018, p.300) cunha o termo Epistemologias do Sul para denominar “a produção e validação dos conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sistematicamente têm sofrido a injustiça, a opressão e a destruição causada pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado”. O cerne da Epistemologia do Sul é reconhecer e conceder o devido valor ao conhecimento renegado ou desmerecido pelas epistemologias dominantes, desenvolvidas, de modo especial, no Norte Global. No lugar, abre-se espaço para acender lutas de resistências, diante das sucessivas opressões experimentadas pelo Sul Global contra o conhecimento, e essas opressões continuam se manifestando, se perpetuando em diferentes espaços e tempos (SOUSA SANTOS, 2018).

Seu objetivo, aliás, é identificar e valorizar o que com frequência nem sequer aparece como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, no que em seu lugar surge como parte das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não são saberes abstratos, senão empíricos (SOUSA SANTOS, 2018).

Deste modo, Sousa Santos (2007, p.28) se refere a sociologia das ausências, que “em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe”. Essa dominação ofusca o que é real, assim, de acordo

com Sousa Santos (2007), é preciso mudar o estado de ser dos sujeitos, de ausentes para presentes, no intuito de se alcançar a emancipação social ou mesmo reinventá-la, mediante a identificação e validação de conhecimento. Em outras palavras, a sociologia das ausências compreende a importância de superar a monocultura do saber científico, permeado por linearidades e universalismos. O autor considera a necessidade de uma Sociologia das Emergências, que ao começar por pequenos movimentos, como de ação coletiva, de movimentos sociais, chegue a experiências possíveis e concretas, que ainda não se manifestaram, seja pela falta de espaços ou de alternativas, mas que são reais e passíveis de emergir socialmente.

A ampliação da compreensão sobre as reflexões apresentadas por Sousa Santos (2007) recaia no conceito referente ao pensamento abissal, ao acentuar que o mundo se encontra dividido entre duas linhas imaginárias, e que representam, por consequência, realidades duais, permeadas por diferentes características, dividido entre norte global/sul global, metrópole/colônia, e essa separação ocasiona sujeições, exclusões, opressões, invisibilidade, inexistência para o lado Sul. E, o não reconhecimento de conhecimentos fora do escopo do que se estabelece como universal, desmerece os saberes que se afloram no Sul Global. Existe assim, ‘deste lado da linha’ e ‘do outro lado da linha’, que demarca a humanidade, entre os que alcançaram reconhecimento e os que possuem uma condição humana inviabilizada. Por um lado, dominação e controle, por outro, subordinação, negação e desmerecimento. Nas palavras de Monjane (2019, p.230) “são territórios-corpo sem territórios (...) quanto mais preto for, quanto mais feminino, quanto mais pobre, mais se lhe agregará peso no fardo a carregar e mais se lhe apartará para o outro lado da linha abissal”.

Por isso, Sousa Santos (2007) destaca a importância de uma transição da linha abissal para pós-abissal, concretizando-se por meio do que ele denominou de Ecologia. Esta se desdobra em cinco aspectos, resumidos por Frigotto (2007), da seguinte maneira:

1. Ecologia dos saberes, que propõe um diálogo entre o conhecimento científico, popular e secular;
2. Ecologia das temporalidades, que considera diferentes e contraditórios tempos históricos;
3. Ecologia do reconhecimento, que implica na superação de hierarquias;
4. Ecologia da “transescala”, possibilitando a articulação de projetos locais, nacionais e globais;
5. Ecologia das produtividades, centrada na valorização de sistemas alternativos de produção, como a economia solidária, popular e autogestionária.

Neste intento, as Epistemologias do Norte são tidas como centrais, no fornecimento de conhecimento válido e superior, visto possuir as expertises necessárias para desenvolver as melhores e maiores pesquisas. Além da utilização de métodos, técnicas e instrumentos científicos clássicos e tidos como padrões e garantidores de eficiência, que possuem reconhecimento no mundo, posicionando o Norte como parâmetro e referência para o Sul. Tal fato ocasiona uma falsa impressão e institui universalismos difíceis de serem ultrapassados, pois admite justificar a superioridade e a dualidade normativa que assombra o Sul, ou seja, metrópole e colônia, ainda em plena reprodução e naturalização nas sociedades contemporâneas, mesmo que de forma velada (SOUSA SANTOS, 2018).

Diante do reconhecimento mundial das produções científicas provenientes do Norte Global, que colaboram para acentuar as disparidades e perpetuar o espelhamento, como referido por Sousa Santos (2018), do que é produzido no Norte pelo Sul, destaca-se o desmerecimento das identidades e culturas nacionais dos países do Sul, que possuem imensa diversidade e, favorece ao florescimento de amplas possibilidades de pesquisas. Neste contexto, duas premissas fundamentais na abordagem Nortista encontram respaldo: a primeira destaca a importância da observação sistemática e experimentação controlada por parte da ciência, para que esta possa ter fundamentação. A segunda ressalta que o conhecimento científico, devido ao seu rigor e potencial instrumental, difere radicalmente dos demais saberes. Esses princípios essenciais solidificam a base conceitual e contribuem para uma compreensão aprofundada do papel da ciência nesse cenário específico.

No próximo tópico, os Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal permitem verificar a importância da internacionalização, mas não somente, também compreender aspectos regionais que impactam o desenvolvimento e atuação dos programas dentro de suas áreas de atuação, nos espaços geográficos que estão localizados.

4.5 Análise dos dados dos PPG internacionalizados

A pesquisa documental dos programas internacionalizados é apresentada na sequência e demonstram como cada PPG se empenha nos processos de internacionalização. As ações realizadas também beneficiam o desenvolvimento regional, dentro da proposta da presença mais próxima das Universidades com seu entorno.

encontro com o ‘Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização’, que preconiza como um princípio relevante para a avaliação da internacionalização dos Programas de Pós-Graduação *strictu sensu*, a realização de projetos de pesquisa com equipe internacional (ALARIO et al., 2019).

A atuação como membros organizadores de eventos, congressos, simpósios, exposições e feiras em âmbito internacional é também variável importante para internacionalização. O entendimento é de que a interação corrobora para o vasto diálogo entre enunciador ou locutor e o receptor ou interlocutor, o que propicia a combinação entre gêneros empreendidos na academia e o dinamismo em prol da internacionalização (BAKHTIN, 2016). Na prática, no PPG Genética e Biologia Molecular, encontram-se alguns eventos que demonstram ações nessa direção, como pode ser verificado no Quadro 4 na sequência.

Quadro 4 - Organização de congressos pelos docentes, PPG Genética e Biologia Molecular, UFPA, 2018-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2018	São Paulo School of Advanced Methane Science	Congresso
2019	Symposium: Bioinformatics and Biodiversity - Unlocking new tools for biodiversity research.	Congresso
2019	International Meeting on Oncology Research	Congresso
2021	66th Brazilian Congress of Genetics.	Congresso
2022	International Meeting on Oncology Research	Congresso
2022	67th Brazilian Congress of Genetics (SBG)	Congresso
2023	Oncology International Symposium	Congresso
2023	68th Brazilian Congress of Genetics	Congresso

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPG Genética e Biologia Molecular, 2023.

A organização de eventos técnico-científicos que abrangem também o âmbito internacional requer a prévia formação de redes entre pesquisadores e, essa maior conectividade permite estabelecer parcerias estratégicas para os programas de pós-graduação, advindas ainda da expressiva participação dos docentes em eventos internacionais, como foi identificado nos currículos lattes analisados. Esses esforços coadunaram para fortalecer estrategicamente o PPGBM, bem como elevar a visibilidade do Programa nacional e internacionalmente.

Soma-se a isso, o fato de boa parte dos docentes (78,2%) do referido programa, possuírem bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, em diferentes níveis. Dentre os vinte três profissionais, um é bolsista em Produtividade CNPq - Nível 1A, seis CNPq - Nível

1B, três CNPq - Nível IC, cinco CNPq - Nível 1D, seis CNPq – Nível 2 e um CNPq - Nível SR. É passível de destaque que quatorze docentes possuem CNPq nível 1, o que significa que apresentam expressiva publicação de alto impacto e são responsáveis pela formação de outros pesquisadores, especialmente de doutorado, além de se destacarem entre os seus pares, com reconhecimento de sua contribuição, em esfera nacional e internacional.

Quanto ao nível de engajamento internacional, este pode ser identificado, por meio das ações de alguns docentes que são membros de associações estrangeiras como: Biochemical Society (Inglaterra), American Association of Microbiologist (Estados Unidos), New York Academy of Sciences (Estados Unidos), Association for the Advancement of Science (Estados Unidos), referências importantes na área do Programa e que permite aos seus membros trocas de experiências; aprofundamento de conhecimentos; acesso a processos inovadores; transposição de barreiras geográficas, em relação às pesquisas; intensificação dos estudos; como também, parcerias constantes. E, em âmbito nacional, da Sociedade Brasileira de Genética; Associação Brasileira de Mutagênese e Genômica Ambiental; além da Sociedade Brasileira de Biotecnologia (SBBIotec).

Outro indicador que ratifica a qualificação alcançada pelo PPG em questão, refere-se aos ‘artigos completos publicados em periódicos’. São notáveis os esforços do PPGBM na disseminação do conhecimento produzido para além da comunidade científica nacional, à medida que há o crescimento no quantitativo de publicações em periódicos de veiculação internacional, notadamente os de língua inglesa. Desta forma, a análise documental da base de dados, dos currículos Lattes dos docentes, demonstrou que no intervalo temporal de 2017 a 2023, as publicações foram realizadas, prioritariamente, em periódicos científicos de outros países de maneira constante, o que reforça o alcance internacional dos conhecimentos produzidos pelos integrantes do PPGBM.

No total, foram publicados 717 artigos científicos, dos quais 97% foram em língua inglesa e 22% contaram com colaboração internacional na coautoria. Cerca de 69,6% dos artigos originaram-se de parcerias entre países do Norte, com destaque para cooperações envolvendo Estados Unidos (14), Inglaterra (12) e Alemanha (5). Por outro lado, aproximadamente 30,4% das publicações referem-se a coautores de origem de países do Sul, tais como: Argentina (12), Índia (4) e Peru (3). Quanto aos temas abordados, 23,6% dos artigos versam sobre questões relacionadas à Amazônia, com ênfase particular em genética de peixes nativos e estudos sobre diversas tipologias de cânceres, enquanto 21,3% das publicações são de natureza aplicada.

Quadro 5 – Produtos técnicos, PPG Genética e Biologia Molecular, UFPA, 2017-2020

TÍTULO	Produto	Coautoria estrangeira	País
1. Ngscontigtreatment	Patente	Não	
2. Bioblu	Patente	Não	
3. Codon software	Patente	Não	
4. Interlib: ferramenta colaborativa para tradutores e intérpretes de libras	Patente	Não	
5. Método de produção de polpa do gênero euterpe rica em ácido gama-aminobutírico (gaba) por via biotecnológica	Patente	Não	
7. Método e kit imunodiagnóstico da linfadenite caseosa em pequenos ruminantes utilizando as proteínas recombinantes cp40 e pld como antígenos?	Patente	Não	
8. Método preditivo qualitativo para diagnóstico diferencial das meningites pneumocócica, meningocócica e viral, método e kit para diagnóstico diferencial das meningites	Patente	Não	
9. 'Nouveau traitement de la mucite'	Patente	Sim	Alemanha
10. Processo e biomarcador	Patente	Não	
11. Uso de tioéteres derivados do intermediário 2-clorojuglona como potenciais agentes antitumorais e moduladores da quimioresistência em leucemia	Patente	Não	
15. Vetor plasmidial para entrega de dna, composições vacinais e/ou terapêuticas e usos	Patente	Sim	Argentina
16. Dispositivo para coleta de gases produzidos processos fermentativos conduzidos em sistema aberto	Patente	Não	

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

As ações supracitadas compõem o processo de responsividade, tendo em vista que atendem ao proposto por Alario et al. (2019), que estimula a veiculação das pesquisas em publicações de circulação internacional dos docentes permanentes bem como dos discentes/egressos do Programa, no decorrer do quadriênio em que são avaliados pela Capes. Na maioria das vezes, o PPGBM é requisitado pela academia com vistas a atingir padrões e públicos com fins previamente estabelecidos, por intermédio da utilização de técnicas que favorecem a amplitude de acesso.

Programa de Pós-graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (PPGBAIP)

Outro programa de pós-graduação com conceito 6, conquistado na última avaliação quadrienal realizada pela Capes, é o de Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (PPGBAIP), também da UFPA, concentrado na área de ciências biológicas e saúde, assim como o de Genética e Biologia Molecular.

O PPGBAIP foi criado no ano de 2004 e tem atuado nas linhas de Genética do Hospedeiro Humano; Imunologia; Microbiologia; Parasitologia, Biologia e Controle de

internacionalização do programa. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (PPGBAIP), essa contribuição foi evidenciada através da realização do XIV e XV Simpósio Internacional sobre o vírus T-linfotrófico humano (HTLV) nos anos de 2018 e 2022, respectivamente. Destaca-se que houve um intervalo de quatro anos entre a realização desses dois congressos, e não foram identificados, nos currículos lattes dos docentes, outros eventos internacionais organizados pelo PPGBAIP.

Diferente do PPG em Genética e Biologia Molecular, a atuação do programa em análise, nos últimos cinco anos, concentrou-se na organização de eventos nacionais, com destaque para o Congresso Brasileiro da Sociedade de Medicina Tropical, realizado nos anos de 2018, 2019, 2021, 2022 e 2023. Para manter o nível de internacionalização é importante aumentar a participação em eventos técnico-científicos de âmbito internacional, além dos simpósios sobre HTLV, acrescentando-se a tal ação a possibilidade de organização de eventos internacionais de forma regular.

Em relação à efetivação de vínculos com entidades internacionais, a afiliação foi estabelecida por alguns docentes com a American Society of Microbiology; American Society of Parasitologists e International Fellow da American Society of Tropical Medicine and Hygiene, sendo ambas as instituições americanas. Contudo, os dados demonstram que tais afiliações ocorreram com maior frequência a nível nacional, sendo que nessa relação aparecem a Sociedade Brasileira de Protozoologia; Sociedade Brasileira de Microscopia e Microanálise; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Biologia Estrutural e Bioimagem (INCTBEB); Colégio Brasileiro de Parasitologia Veterinária; Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará; Sociedade Brasileira de Medicina Tropical e Sociedade Brasileira de Virologia.

Dentre os vinte e um docentes que são permanentes e que compõem o programa, treze (61,9%) são Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, em níveis diferenciados, um é bolsista em Produtividade CNPq - Nível 1A, três CNPq-Nível 1B, dois CNPq-Nível 1C, um CNPq-Nível 1D, seis CNPq-Nível 2. O nível 1 é alcançado pelos pesquisadores mais experientes, sobretudo o 1A, que apresenta reconhecimento internacional em sua área de atuação, além de já ter contribuído sistematicamente para formação de pesquisadores, como doutores, e possuir uma quantidade significativa de publicações de alto impacto e em língua inglesa.

A exigência de adquirir proficiência em língua estrangeira, especialmente em inglês, é crucial para a comunicação internacional devido à influência da cultura globalizada (LAGE; BARBOSA, 2017). Uma das ramificações desse fenômeno é a prevalência do inglês como língua oficial nas universidades, como estratégia de internacionalização (SHIN; TEICHLER,

2014). Nesse contexto, o inglês se configura como uma língua franca global, intrinsecamente vinculada aos processos de globalização, sendo sua disseminação inseparável desse fenômeno (LAGE; BARBOSA, 2017). Assim, a integração do indivíduo na comunidade científica está intimamente ligada à necessidade de dominar os padrões de produção e circulação da ciência, destacando-se a significativa influência do inglês no âmbito da publicação acadêmico-científica (FUZA, 2017).

Os dados coletados evidenciam também que no período de 2015 a 2023, o corpo docente do PPGBAIP teve alto índice de publicação em periódicos internacionais com média de 20,2 de publicação por docente, se assemelhando ao PPG Genética e Biologia Molecular, o que confere legitimidade ao programa em âmbito regional, nacional e internacional. Entretanto, é possível visualizar na Figura 4 que o programa em questão, investe fortemente em publicações também em periódicos de âmbito nacional, visto que a palavra ‘brasileira’, ‘parasitologia’ e ‘revista’ estão em destaque, confirmando que esses periódicos são frequentemente considerados, pelos docentes da instituição, para publicação. A explicação é que são periódicos classificados com o extrato no qualis A1.

Figura 4 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, UFPA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

O destaque dado pela nuvem de palavras aos termos ‘Parasitology’, ‘Brasileira’, ‘Parasitologia’, ‘Veterinária’, ‘Research’ revela a reincidência de publicação docente nos principais periódicos elencados a seguir: Parasitology International; Parasitology Research; Journal of Parasitology; Systematic Parasitology, Veterinary Parasitology, International Journal for Parasitology. Menciona-se também a Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária, Research, Society and Development; International Journal of Microbiology Research; International Journal of Environmental Research and Public Health.

Em resumo, o PPGBAIP publicou 425 artigos científicos no período de 2017 a 2020, sendo 95,5% escritos em língua inglesa e 13,6% tiveram a participação de estrangeiros na coautoria, predominando 84,6% de cooperação Norte-Sul, principalmente com Estados Unidos (8) e Espanha (3), dentre outros. Já os outros 15,4% são de Cooperação Sul-Sul, com destaque para a Índia (2). Outros dados evidenciam ainda que 37,5% dos trabalhos publicados relacionam-se a temas da Amazônia Legal e 9,5% são de natureza aplicada. Em relação a produtos tecnológicos, apenas foi identificada uma patente, intitulada: “Formulação tópica contendo base de extrato liofilizado de caryocar villosum - piquia, usado com finalidade cicatrizante de lesões teciduais em uso humano e veterinário”.

Com as ações de internacionalização supracitadas, o PPGBAIP fortalece sua presença internacional, por meio da promoção do intercâmbio de conhecimento e estabelecimento de conexões no cenário global da pesquisa, com foco em biologia de agentes infecciosos e parasitários.

Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP)

O Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA foi criado no ano de 2005, com a oferta do mestrado acadêmico e, posteriormente, com a disponibilização do doutorado, com a proposta de oportunizar a formação de profissionais na área, sobretudo, para atuarem na Região Norte e Pan-Amazônica do Brasil. Possui três linhas de pesquisa: Fenomenologia: Teoria e Clínica; Psicanálise: Teoria e Clínica; e Psicologia, Sociedade e Saúde. O Programa possui um corpo docente composto por vinte e sete profissionais.

A revisão ad hoc pelos docentes já foi realizada em setenta periódicos diferentes, em grande parte de origem nacional, mas com classificação em qualis de impacto internacional. Revisões de periódicos de âmbito internacional têm sido recorrentes e podem ser listados em sequência cronológica: American Journal of Occupational Therapy (2017); The Open Public Health Journal (2018); Journal of Health Organization and Management (2020).

Quadro 6 - organização de Eventos pelos docentes, PPG Psicologia, UFPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	III Colóquio Internacional Michel Foucault e a judicialização da vida	Colóquio
2018	Fórum Internacional de Saúde do Migrante	Fórum
2018	Seminário Internacional Reformas Sanitárias Italiana e Brasileira: trajetórias e perspectivas	Seminário
2018	Seminário Internacional Nietzsche.	Seminário
2018	Encontro Internacional de Pesquisa: Nietzsche, Foucault, Weber	Encontro
2018	13º Congresso Internacional da Rede Unida.	Congresso
2018	VII Workshop Internacional o Laboratório ítalo-brasileiro como prática de diálogo e cooperação	Workshop
2018	IV Fórum Internacional de Participação em Saúde, Políticas Públicas e Educação Cidadã	Fórum
2018	V Fórum Internacional de Educação na Saúde	Fórum
2018	VII Congresso Internacional de Psicologia da UEM	Congresso
2018	V Seminário Internacional a Educação Medicalizada	Seminário
2018	I Fórum Internacional Novas Abordagens em Saúde Mental	Fórum
2019	III Congresso Internacional de Diálogos Interdisciplinares.	Congresso
2019	V Fórum Internacional de Atenção Básica/Primária em Saúde	Fórum
2019	VIII Workshop internazionale Laboratorio ítalo-brasiliano	Congresso
2019	Simpósio Temático Internacional a Literatura e a Psicanálise: o saber-fazer com a escrita.	Simpósio
2019	II Fórum internacional novas abordagens em saúde mental	Fórum
2020	14º Congresso Internacional da Rede Unida	Congresso
2020	VIII Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira	
2020	14ª Congresso Internacional da Rede Unida	Congresso
2022	Discurso y psicoanálisis: Otra escena enunciativa	Congresso
2023	Congresso Internacional de novas abordagens em saúde mental	Congresso
2023	VIII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira e IV Congresso Internacional de Diálogos Interdisciplinares	Congresso

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPG Psicologia, 2023.

Essas relações estabelecidas correspondem tanto a filiação a entidades representativas da área quanto a organização de eventos e, são acompanhadas de maiores possibilidades de trocas de saberes, aprofundamento do conhecimento e parcerias estratégicas, fundamentais para o melhor desempenho do programa, principalmente quando essa atuação extrapola as

Itália) e outros 50% de países do Sul-Sul (Argentina e Nicarágua). Apenas 1,5% dos trabalhos publicados tiveram alguma relação com temas amazônicos e 10% foram aplicados. Não houve registro, na Plataforma Sucupira, de produtos tecnológicos.

Ao recordar as informações referentes as nuvens de palavras referentes ao PPG Genética e Biologia Molecular e PPG Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (Figura 1 e Figura 4), verificou-se que a publicação completa de artigos em periódicos foi a nível internacional, diferente da realidade percebida pela Figura 7 acima, em que a concentração se estabeleceu em revistas nacionais com impacto. Essa diferença é observada também em relação a revisão ad hoc de periódicos pelos docentes, realizada de modo efetivo em periódicos internacionais, nos dois primeiros programas analisados.

Essas diferenças de classificação são compreensivas, diante da relação apresentada por meio dos dados, em que se percebe maior investimento do PPG Genética e Biologia Molecular e PPG Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, em intensificar a conexão e desenvolvimento de trabalhos, em esfera internacional. Esse investimento demonstra o impacto que a internacionalização tem para os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. Como consequência, tem-se o acesso a maiores recursos; melhorias estruturais do programa, aumento do número de ofertas de vagas em nível de mestrado e doutorado e, até mesmo, de pós-doutorado; acréscimo no número de bolsas a serem remanejadas entre os discentes; acesso a recursos de agências financiadoras, entre outros benefícios. É importante destacar que as ações de internacionalização não ocorrem de maneira padrão, ou seja, o peso de cada quesito a ser avaliado varia conforme as especificidades de cada área de conhecimento. Desta forma, a comunicação científica, inserida nessa estrutura global, também pode ser impactada por diretrizes que orientam o comportamento dos pesquisadores, exercendo influência na produção científica (FUZA, 2015).

Programa de Pós-graduação em Física (PPGF)

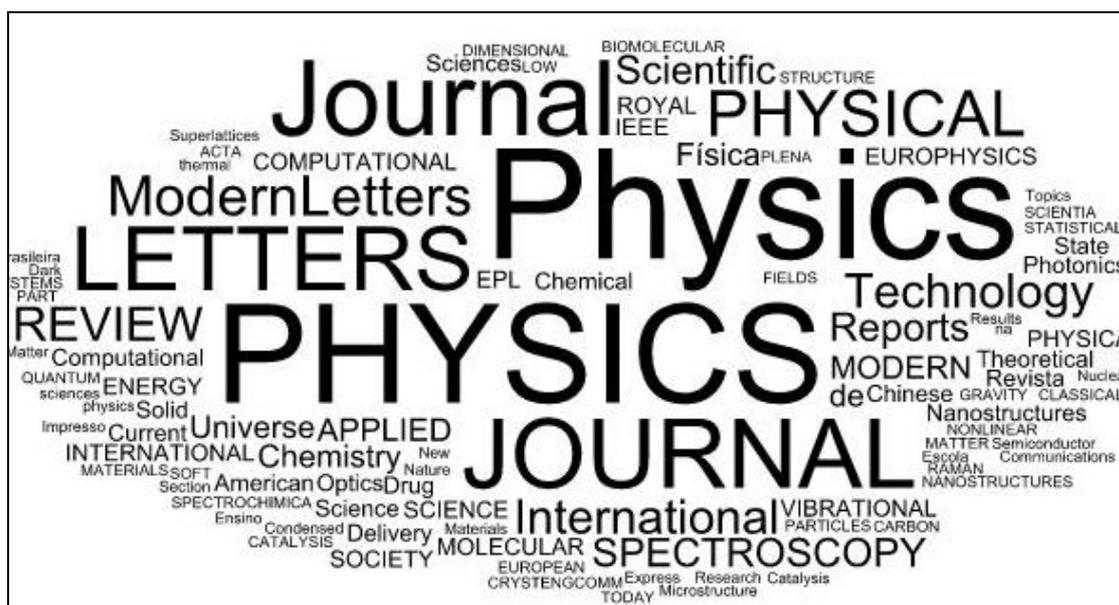
O PPG em Física iniciou suas atividades no ano de 2003 e sete anos depois foi criado o curso de doutorado (2010), em resposta a uma crescente demanda da região Norte, por profissionais qualificados em Física. Assim, o curso representou um importante marco para a região Amazônica, dado também ao pioneirismo do curso de doutorado nesta área. É formado por um corpo docente composto por vinte profissionais permanentes. Esse dado corrobora com a perpetuação da preponderância do sexo masculino, seja como discente ou docente, nos cursos das áreas de Ciências Exatas, Tecnologia e Engenharias.

O programa possui duas áreas de concentração, Física dos Materiais e Física de Partículas e Campos, nas quais estão inseridas cinco linhas de pesquisas: Simulação e Modelagem; Propriedades Físicas da Matéria Condensada; Produtos Naturais da Amazônia; Física Matemática e Teoria de Campos; Física em Espaços-Tempos Curvos.

No Brasil, a afiliação dos docentes ocorre em instituições da área, como: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais; Sociedade Brasileira de Física (SBF); Instituto Histórico e Geográfico do Pará; Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Sociedade Brasileira de História da Ciência; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. No exterior essa aproximação se estabelece junto ao Institute of Low Temperature and Structure Research, Polish Academy of Sciences (Poland); American Physical Society e Sociedade Portuguesa de Relatividade e Gravitação.

Destaca-se ainda que 55% dos docentes que compõem o PPGF são Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, sendo que cinco ocupam o nível de maior reconhecimento entre os pares e maior formação que outros pesquisadores, por possuírem CNPq - Nível 1A; CNPq- Nível 1C e dois bolsistas CNPq- Nível 1D; os demais são bolsistas CNPq - Nível 2. O Doutorado sanduíche foi realizado por dois docentes, um na City College of New York (EUA) e outro na Universidade de Lund (UL), localizado na Suécia. Tais informações são oriundas dos currículos lattes dos docentes. No período de 2017 a 2020, os docentes do PPG supracitado realizaram revisões ad hoc em 66 periódicos distintos, conforme explicitado na Figura 8.

Figura 8 - Revisão de periódicos pelos docentes, PPG Física, UFPA, 2017-2020.



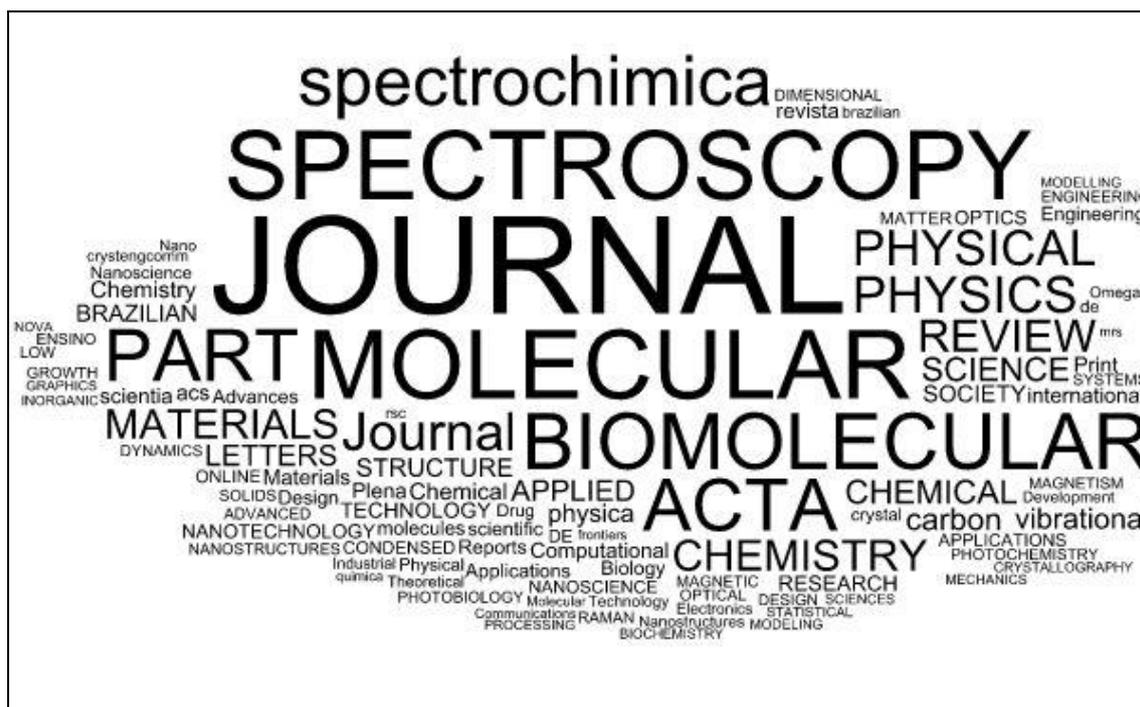
Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

A nuvem de palavras demonstra a predominância da revisão ad hoc de periódicos internacionais, fato que é explicitado por meio do destaque atribuído às palavras ‘Journal’, que se refere à periódicos e ‘Physics’, inerente a área de concentração de estudo, que é Física.

Por meio da análise dos dados observou-se a grande expressividade de publicações pelos docentes do PPG de Física, em periódicos internacionais, o que é confirmado ao se visualizar a Figura 9, em que há proeminência de algumas palavras em língua estrangeira, com maiores frequências no mapeamento realizado, como: ‘Journal ‘Molecular’, ‘Biomolecular’, ‘Spectroscopy’, ‘Spectrochimica’, ‘Physical’. Citam-se os principais periódicos em que os docentes do PPGF publicaram: Physical Review; Journal of Physical Chemistry, Physical Chemistry Chemical Physics; Physical Review Letters; European Physical Journal C. Particles And Fields; Spectrochimica Acta Part A-Molecular and Biomolecular Spectroscopy; Vibrational Spectroscopy; Journal of Raman Spectroscopy; International Journal of Molecular Sciences; Journal of Biomolecular Structure & Dynamics; Journal of Molecular Structure.

O que se verificou tanto na Figura 8, quanto na 9, foi o predomínio da utilização da língua inglesa, tendo em vista que esta é considerada língua global e, por isso, tem o status de ser reconhecida em todos os países (CRYSTAL, 2003).

Figura 9 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG Física, UFPA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Os dados estatísticos confirmam as informações das nuvens de palavras. O PPGF publicou 171 artigos científicos, ocasionando uma média de 8,5 publicações por docente. Outras evidências apontam que 93,7% foram escritos em inglês, sendo 33,7% destes em coautoria internacional. Destaque para coautoria com países do Norte (85,2%), destaque para parcerias com Suécia (10), Alemanha (4) e Inglaterra (4), enquanto a cooperação Sul-Sul foi de 14,8% (Taiwan, China, Índia e Paquistão). Apenas 2,5% dos temas estão relacionados a Amazônia e, por outro lado, 88,7% dos trabalhos tem natureza aplicada. Dos produtos técnicos, o PPGF desenvolveu 15, destaque para as patentes, conforme ilustrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Produtos técnicos, PPG Física, UFPA, 2017-2020

TÍTULO	Produto	Coautoria estrangeira	País
1. Nonreciprocal three-way divider based on magneto-optical resonator	Patente	Não	
2. Radiation pattern of a point charge in uniform circular motion	Aplicativo	Não	
3. Angular distribution of radiated power emitted by an accelerated point charge	Aplicativo	Não	
4. Antena loop retangular de grafeno para comunicações em terahertz	Patente	Não	
5. Charged particle subjected to lorentz force: analytical solution	Aplicativo	Não	
6. Chave eletromagnética e divisor de potência ultra compacto de três portas baseado em nanofitas de grafeno	Patente	Não	
7. Circuladores de banda ultralarga para região terahertz baseado em grafeno	Patente	Não	
8. Produção de biossorventes a base de plantas daninhas para remoção de corantes catiônicos de efluentes industriais	Patente	Não	
9. Charged particle subjected to lorentz force	Aplicativo	Não	
10. Chave compacta para operação em frequências de therahertz baseada em um ressonador circular de grafeno	Patente	Não	
11. Circuladores controláveis de quatro portas na faixa de thz baesados em grafeno com ressonadores elípticos	Patente	Não	
12. Divisor de potência por três (1x3) não recíproco controlável na faixa de terahertz baseado em grafeno	Patente	Não	
13. Divisores de potência controláveis na faixa de thz baseados em grafeno	Patente	Não	
14. Chave eletromagnética controlável na faixa de thz baseada em grafeno com guias com dobramento de 90° acoplados a um ressonador circular	Patente	Não	
15. Circulador controlável de três portas de grafeno tipo-w na faixa de thz	Patente	Não	

Em linhas gerais, propõe-se que os PPG busquem ativamente colaborações com docentes de diferentes programas e promovam intercâmbios. O objetivo é contribuir para a produção e disseminação do conhecimento, expandindo a interação com a comunidade. Isso

pode ser alcançado por meio de maior envolvimento com instituições de ensino e pesquisa, tanto nacional quanto internacionalmente, assim como uma integração mais profunda com outros setores regionais.

Para atingir os fins supracitados, é sugerido pelas agências de fomento a organização de diversos eventos acadêmicos, conduta adotada pelo PPG de Física, que também se intensificou mediante a participação e organização de eventos de natureza internacional, em países anglo saxônicos, acrescidos também de países pertencentes a Europa, como Itália, Portugal e Espanha. Alguns exemplos de organização desses eventos podem ser conferidos no Quadro 8.

Quadro 8 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG Física, UFPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	X Black Holes Workshop, Portugal	Congresso
2017	18th International Conference on the Science and Application of Nanotubes and Low	Congresso
2017	The Workshop on Renewable Energy Sources and Nanotechnology	Congresso
2018	Eighteenth International Conference on High Pressure Semiconductor Physics (HPSP18)	Congresso
2018	XI Black Holes Are Forever	Congresso
2018	Workshop on Field Theory and Condensed Matter Physics	Workshop
2019	The Workshop on Renewable Energy Sources and Nanotechnology	Workshop
2019	Cosmología y Gravitación en el Cono Sur	Congresso
2020	4th Valencia Winter Workshop on Theoretical Physics	Congresso
2021	International Center for Relativistic Astrophysics Network (ICRA)	Congresso
2021	Spanish-Portuguese Relativity Meeting - EREP2021.	Congresso
2021	Second International Conference of Nanoscience and Nanobiotechnology	Congresso
2022	Brasil MRS Meeting	Encontro
2023	Second International Workshop on Quantum Nonstationary Systems	Workshop

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPG Física, 2023.

Portanto, acredita-se que as práticas de integração social podem contribuir para a interação dialógica entre os indivíduos e as produções acadêmicas. Isso ocorre como uma maneira de socializar as expressões e avanços científicos que são objeto de estudo nos Programas de Pós-Graduação (PPG).

A colaboração dos docentes em organização de eventos, publicação em periódicos internacionais, coparticipação em pesquisas, atrelada a fluência na língua inglesa, repercutiu positivamente na ascensão do Programa e no reconhecimento de seu potencial de atuação em esfera nacional e internacional, o que na atualidade permitiu o alcance de conceito 6, dentro da avaliação realizada pela Capes.

Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL)

O Programa de Pós-graduação em Letras está entre os mais antigos da UFPA, pois a criação do mestrado se deu no ano de 1987. A modalidade de doutorado foi criada após 26 anos e representou importante conquista, ou seja, foi o primeiro curso de doutorado em Letras, na Amazônia Brasileira. O programa é composto por duas áreas de concentração, a saber: Estudos Linguísticos e Estudos Literários. A primeira contempla as seguintes linhas de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais; Ensino e aprendizagem de Línguas/Culturas; Línguas e Cosmologias Indígenas. Do mesmo modo, a área de Estudo Literário, compõe-se também de três linhas de pesquisa: Literatura, Memórias e Identidades; Literatura: interpretação, circulação e recepção; Poéticas e cosmologias indígenas.

O corpo docente é composto por um total de trinta e quatro profissionais permanentes, sendo dez homens e vinte e quatro mulheres. Destes, oito são Bolsistas de Produtividade do CNPq, sendo quatro CNPq-Nível 1D e os demais CNPq-Nível 2. Uma profissional obteve a Bolsa Fulbright e foi pesquisadora visitante da New York University, enquanto outro investigador atuou como professor visitante da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha.

Alguns docentes são associados a uma ou mais Associação/Sociedade, citam-se a Associação de Professores de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do Estado do Pará (ASLIPA); Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS); Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL); Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Asociación de Linguística y Filología de América Latina (ALFAL); Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB); The Brazilian Studies Association (BRASA); Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC).

Outro envolvimento importante dos docentes é com a realização de eventos de diferentes naturezas, como colóquio, congresso, seminário, simpósio, ciclo de palestras, dentre outros, como pode ser visualizado no Quadro 9 na sequência.

Quadro 9 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG Letras, UFPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	Colóquio Internacional Discurso e Mídia na Amazônia	Colóquio
2017	V Sisel e VIII Jornada de Letras	Congresso
2017	Congresso dos 150 anos do Grêmio Literário Português	Congresso
2018	VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia	Congresso
2018	V Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística.	Congresso
2018	Simpósio Temático Estudos Históricos sobre Línguas Indígenas Amazônicas	Simpósio
2019	II Seminário em Educação e Diversidade na Amazônia IV Seminário Nacional de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologias	Seminário
2019	Congresso Internacional da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa	Congresso
2019	Colóquio de Literatura: tradução e poder	Simpósio
2020	XVII ABRALIC - Clarice Lispector: uma autora muito além do intimismo	Congresso
2020	Simpósio Língua e Literatura Indígena	Simpósio
2020	Simpósio Literaturas Interartes: Multimídia, Mixed-Media, Intermídia	Simpósio
2021	I Conecta Leitores: Diversidade e Cooperação no Ensino de Língua e Literatura do Brasil no Exterior	Seminário
2021	II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão em Língua e Literatura	Seminário
2021	19º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol	Congresso
2022	Seminário Internacional Viva a Língua Viva	Seminário
2022	IX Simpósio Artístico-Literário de Castanhal (SALIC) e VII Colóquio de Linguística de Castanhal (COLIC)	Seminário e Colóquio
2022	I Seminário de Língua de Sinais Erasmus + França/ Brasil e grupo LCVF	Seminário
2023	8º Seminário Internacional Literatura e Cinema de Resistência	Seminário
2023	International Conference on Language and Intercultural Communication Learning	Congresso
2023	Colóquio - O Modernismo no Pará: 100 Anos do Manifesto da Beleza e da Revista Belém Nova	Colóquio

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPG Letras, 2023.

Como pode ser constatado no Quadro 9, os eventos organizados pelos docentes foram de modo especial, de âmbito nacional, com algumas parcerias interinstitucionais e internacionais.

A revisão ad hoc dos periódicos se efetivou em revistas de âmbito nacional e internacional, como pode ser visualizado na nuvem de palavras, na Figura 10.

Figura 10 - Revisão de periódicos pelos docentes, PPG Letras, UFPA, 2017-2020.



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Essa revisão aconteceu em treze periódicos distintos, dentre os quais citam-se os internacionais: Journal of Historical Linguistics; Journal of Linguistic Variation; International Journal of American Linguistics e Working Papers em Linguística. Os periódicos nacionais são: Revista Galega de Filoloxía: Monografía 11; Estação Literária Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso; Revista A Palavrada; Revista Brasileira de Linguística Antropológica; Littera Online; Cadernos de Linguística e Confluência. Observa-se que essa revisão ocorreu em menor escala, se comparadas aos demais programas analisados.

Em contrapartida, chama atenção a quantidade de publicação de artigos pelos docentes, com uma predominância em revistas nacionais, conforme evidenciado na Figura 11 que segue.

de periódicos, por parte dos docentes do PPG Letras, principalmente em revistas nacionais. A adoção de medidas com vistas à internacionalização, incluindo a utilização de idiomas estrangeiros, como uma das ferramentas para tal, no âmbito da pós-graduação brasileira, ainda é contestada, “pelo fato de apresentar vantagens e desvantagens administrativas e pedagógicas, mas também essencial para o processo de internacionalização, razão pela qual vêm sendo usada, cada vez mais, por renomadas IES no Brasil e no exterior” (MARRARA; RODRIGUES, 2009, p.141).

Em relação à Bolsa de Produtividade do CNPq, embora o programa conte com trinta e quatro docentes permanentes, apenas oito foram contemplados. Nesse sentido, faz-se importante enfatizar que dentre os princípios de internacionalização da pós-graduação, ressalta-se a disseminação de produtos de alto impacto. É de grande relevância adequar a redação das produções científicas ao ambiente acadêmico, no intuito de vislumbrar ampla audiência, que também é lograda por meio da visibilidade favorecida pelas produções de grande impacto, as quais, frequentemente, são elaboradas em inglês, sendo este um dos requisitos considerado para o alcance das bolsas de produtividade.

Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU)

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido é formado pelas modalidades de mestrado e doutorado. O mestrado foi implantado em 1977, sendo o pioneiro dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas, na Amazônia. O curso foi, desde a sua gênese, voltado à formação e à pesquisa sobre planejamento do desenvolvimento. O programa de doutorado teve início em 1994, incorporando as discussões críticas mais avançadas da época, sobre desenvolvimento, planejamento e questões ambientais. O Programa é composto por uma área de concentração, denominada Desenvolvimento Socioambiental, abarcando três distintas linhas de pesquisa: Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário; Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas; Gestão de Recursos Naturais; Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais. Apresenta um corpo docente formado por vinte e três profissionais permanentes no curso.

No PPGDSTU afiliação pelos docentes a Associação/Sociedade se estabeleceu a nível nacional e internacional. Dentre essas entidades, é possível destacar Institute of

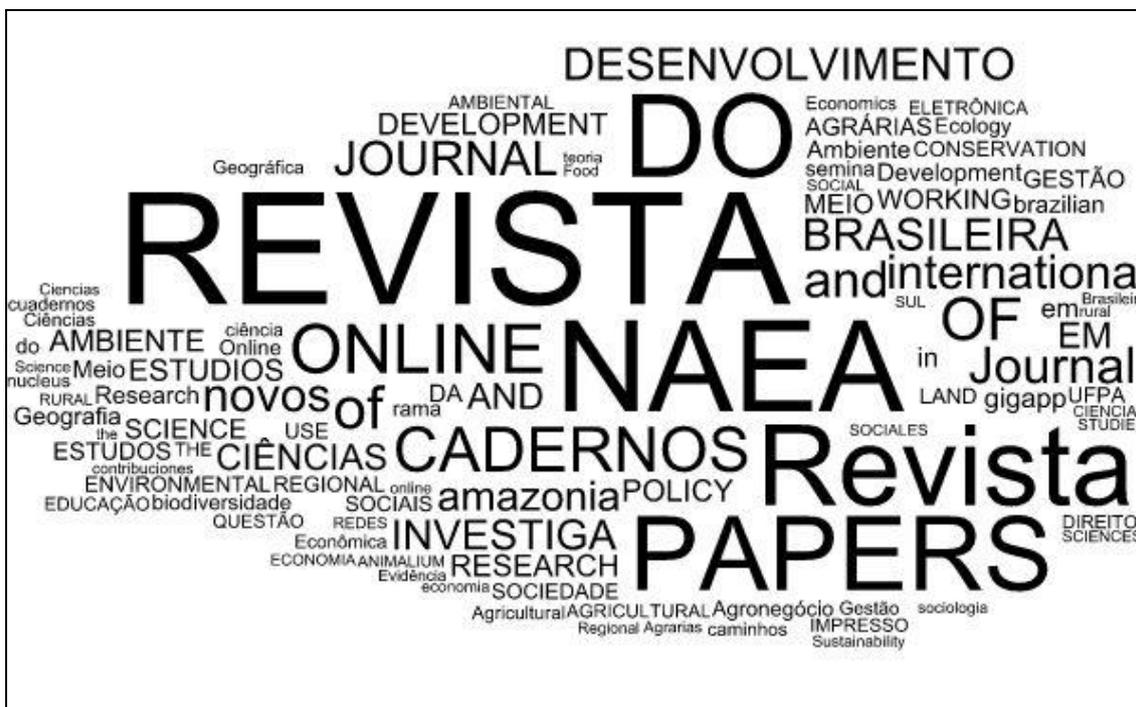
Environmental Creation International do Japão; International Society for Development and Sustainability (Japão); América do Sul, América Central e Caribe na International Society of Ethnobiology; International Union for the Conservation of Nature (IUCN); Tortoise and Freshwater Turtle Specialist Group (TFTSG); Sustainable Use and Livelihoods (SULI); Board of Directors da Sociedade Internacional da Biodiversidade do Escudo Guianês; International Studies Association (Global Development Section); Cátedra Unesco de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. Entre as brasileiras, a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE); Associação de Bolsista da Alemanha no Brasil; Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE); Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas (ABDEC); Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). Essas participações revelam uma aproximação com países de continentes como da Ásia Oriental, América do Sul, América Central e Europa. Trata-se de uma lista considerável de afiliações, que se traduz em excelentes possibilidades de parcerias, intercâmbios e progressos científicos e acadêmicos.

As entidades que reúnem pesquisadores representam importantes espaços de diálogos e possuem papel preponderante de estimular a produção científica, o que favorece a formação de amplas redes sociais entre os membros, permeadas por uma colaboração profícua, entre diversas áreas do conhecimento. Outra contribuição se refere ao incremento da divulgação científica, por meio de eventos, construção de banco de dados e o estímulo a publicações, que contribuem para o aumento da produção (WITTER, 2007).

No que diz respeito aos docentes do Programa, dos vinte e três professores, quatro destacaram em seus currículos serem Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, sendo dois classificados como Nível 1 C e os outros dois como Nível 2. Considerando que o PPGDSTU obteve a nota máxima concedida pela Capes, é surpreendente observar o restrito número de bolsistas de produtividade, tendo em vista vez que essa distinção representa o reconhecimento internacional entre os pares, especialmente na categoria Nível 1A. Essa conquista não apenas reflete a excelência acadêmica, mas também evidencia a contribuição significativa na formação de outros pesquisadores, sobretudo na esfera do doutorado.

A revisão ad hoc de periódicos pelos docentes é representativa em países de ordem internacional, e inclui países do continente Africano, Europeu e Americano. Na Figura 12, pode ser visto o escopo deste mapeamento.

Figura 13 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), (UFPA), 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

O realce de algumas palavras na nuvem indica que elas são mencionadas com frequência, haja vista que ‘Revista’ ou ‘Cadernos’, estão presentes em grande parte dos periódicos, em que os artigos foram publicados e ‘Online’, devido na atualidade, ser a forma mais utilizada para a publicação das revistas. No que diz respeito às palavras: ‘Papers’, ‘Journal’, ‘Naea’, representam os termos mais comuns entre os periódicos mapeados e que são considerados prioritariamente pelos docentes, para envio de seus trabalhos. Citam-se as revistas: Papers do NAEA; Novos Cadernos NAEA; Journal of Tourism and Development, International Journal of Development Research, Brazilian Journal of Development; Amazônia Investiga; Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.

De um total expressivo de 755 publicações no período de 2017 a 2020, o PPGDSTU teve média de 32,8 artigos por docente. Dessa totalidade, 15% foram publicados em inglês e 2,5% em espanhol. Nesses casos, foram 50% de parceria Norte-Sul (Canadá, Estados Unidos e Inglaterra) e 50% de parceria Sul-Sul (Bolívia, China, Chile, Cuba e Panamá). Outro destaque é que 72,5% dos trabalhos científicos publicados relacionam-se a temas amazônicos, tais como: saúde pública, aquicultura, degradação ambiental e resíduos sólidos, ambos relacionados ao desenvolvimento sustentável e regional. Apenas 2,5% das publicações são de natureza aplicada. No período não foi identificado produtos tecnológicos.

A organização de eventos pelos docentes contribuiu para perceber que, dentre os programas examinados até o momento, o de Desenvolvimento Sustentável destaca-se como o mais interdisciplinar. A percepção dessa realidade torna-se mais evidente ao analisar o Quadro 10 no qual se evidencia a presença de diversas temáticas, permitindo a contemplação de públicos variados.

Quadro 10 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos	Seminário
2017	VI Seminário Universidade em Diálogos Sustentáveis	Seminário
2017	Seminário Bioeconomics & Inequalities	Seminário
2018	V Encuentro Internacional de Ciencias Sociales y Represas	Exposição
2018	16th Congress of the International Society of Ethnobiology	Congresso
2018	Críticas ao Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade pan-amazônicas	Congresso
2019	I Seminário do Grupo de Pesquisa em Cadeias Produtivas, Mercados e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (GEDACS)	Seminário
2019	3º Seminário Internacional da Rede TP3 - Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas	Congresso
2019	Seminário Dendeicultura, expropriações e crimes ambientais no Pará.	Seminário
2020	Seminário Desenvolvimento, (In)sustentabilidade e Sociobiodiversidade.	Seminário
2020	I Seminário Internacional Indígenas Warao: diálogos interdisciplinares entre Brasil e Venezuela.	Seminário
2020	XIV Encontro Internacional Científico Otium e Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação	Congresso
2021	IV Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos	Seminário
2021	20º Congresso Brasileiro de Sociologia	Congresso
2021	1º Congresso Pan Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio.	Congresso
2022	II Colóquio Mesorregional de Governança e Desenvolvimento do Nordeste Paraense	Colóquio
2023	Workshop Territórios de Comunidades Tradicionais face às Mudanças Climáticas	Workshop
2023	2nd Conference on Future Challenges in Sustainable Urban Planning & Territorial Management	Congresso
2023	XVIII International Congress of Ethnobiology	Congresso

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPG Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2023.

Do rol de eventos apresentados no Quadro 10, optou-se por selecionar apenas alguns para inclusão, visando exemplificar o trabalho desenvolvido. Isso se deve à extensa lista de atividades organizadas e das quais os docentes participaram, abrangendo seminários, workshops, congressos, exposições, palestras, jornadas, ciclos de debates, entre outras iniciativas.

Neste ponto, depara-se com uma situação de impasse: qual o diferencial do PPGDSTU que o levou a atingir o conceito 7 na avaliação quadrienal da Capes visto que se comparado ao PPGBM, que recebeu conceito 6, apresenta uma concentração de publicações e revisão de periódicos internacionais inferiores. A possível explicação pode estar em sua natureza interdisciplinar e na trajetória de atuação dos membros que o compõe, o que possibilitou contemplar inúmeras áreas de conhecimento, estabelecer parcerias e redes internacionais, com pesquisadores de diferentes regiões e países, o que contribuiu para ampliar e estabelecer sua inserção acadêmica e científica. Deste modo, a realização da significativa quantidade de eventos internacionais também acena para as inúmeras pontes formadas com diferentes países e, nesta direção, as interconexões científicas constituídas.

Programa de Pós-graduação em Geologia e Geoquímica (PPGG)

Em 1976, o Programa de Pós-Graduação em Geologia e Geoquímica (PPGG) foi estabelecido no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, como resultado da necessidade de separação do já consolidado Curso de Pós-Graduação em Ciências Geofísicas e Geológicas, que havia sido inaugurado em 1973 na mesma instituição. Destacando-se como o pioneiro, o PPGG foi o primeiro programa *stricto sensu* de Pós-Graduação, a oferecer tanto mestrado quanto doutorado em Geociências na região da Amazônia Legal. Os profissionais que adquirem a formação supracitada têm encontrado oportunidades de atuação em instituições da própria Amazônia, o que é extremamente significativo, uma vez que esses permanecem nas imediações e colaboram ativamente para o desenvolvimento regional.

O programa dispõe de duas áreas de concentração, Geologia e Geoquímica. A primeira contempla as linhas de pesquisa Análise de Bacias Sedimentares; Geologia Marinha e Costeira; e, a segunda, Geocronologia e Geoquímica Isotópica; Mineralogia e Geoquímica; Evolução Crustal e Metalogênese.

Contando com uma infraestrutura de última geração já implementada, o PPGG possui dezenove laboratórios, enquanto as pesquisas recebem financiamento de várias agências de fomento em C&T, como CNPq, Capes, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e

Pesquisas (Fapespa), Vale, Petrobrás, bem como de empresas de mineração e decorrentes de cooperações internacionais. Além do estabelecimento de intercâmbios de ordem acadêmico-científico, com instituições brasileiras como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de Brasília (UNB), além das estrangeiras como Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha; Universidade de Oslo (UIO), Noruega; Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH), Alemanha; Universidade do Oeste da Austrália (UWA); Universidade d'Orléans, França.

E essa atuação possibilitou ao PPGG ingressar no Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Capes. Sem mencionar que dos vinte cinco docentes, dezenove (76%) são Bolsistas de Produtividade CNPq, sendo cinco Nível 1A; três Nível 1B; três Nível 1D; oito Nível 2.

A manutenção de vínculos dos docentes como membros de Associação ou Sociedade de âmbito científica, se deu, principalmente com a Associação Brasileira de Oceanografia; Associação Brasileira do Quaternário (ABEQUA); Past Global Changes (PAGES); Sociedade Brasileira de Geologia (SBGEO); Sociedade Brasileira de Geoquímica; Instituto de Geociências e Engenharias da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Sociedade Paraense de Ciência; além da Sociedade de Ciências do Piauí.

Os docentes do PPGG participaram ativamente como revisores de periódicos ad hoc, primordialmente de revistas internacionais. Um trabalho que exige estreitas parcerias e redes de relações construídas no decorrer da trajetória acadêmica, que acontece como pode ser analisada na Figura 14 na sequência, de modo especial, internacionalmente.

Figura 14 - Revisão ad hoc de Periódico pelos docentes, PPG em Geologia e Geoquímica, UFPA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Essa revisão já aconteceu em sessenta e sete periódicos distintos. A palavra ‘Journal’ tem um grande destaque, aspecto compreensível, visto a presença de algumas revistas contendo essa terminação, como: Journal of Thermal Analysis And Calorimetry; Journal of African Earth Sciences; Journal Of Arid Environments; Journal Of Systematic Paleontology; Journal Of Animal Diversity; Journal Of Geochemical Exploration; Journal Of Maps; Journal Of South American Earth Sciences; Iranian Journal Of Earth Sciences; Journal Of Coastal Research; Journal Sedimentary Research; Journal Of Cleaner Production; Journal Of Soil Science And Plant Nutrition; Journal Of Environmental Management.

Paralelamente, em conformidade com os dados, observa-se como é significativa a quantidade de publicação dos docentes em periódicos internacionais, e a Figura 15 permite condensar essas informações e demonstrar essa predominância. As palavras ‘Journal’ e ‘American’, ‘Earth’, ‘Sciences’ e ‘South’ aparecem em evidência, devido a representatividade dos periódicos mais considerados pelos docentes para as suas publicações, como: Journal of South American Earth Sciences; Boletim do Museu de Geociências da Amazônia; Geologia Palaeogeography Palaeoclimatology Palaeoecology, Brazilian Journal of Geology, Precambrian Research; Earth Surface Processes and Landforms; Science of the Total Environment. Os dados apontam que o PPGG publicou 351 artigos no período de 2017 a 2020, perfazendo uma média de 14,6 publicações por docente. Das publicações, 93% são em língua inglesa e 34,6% em coautoria estrangeira, destaque para a Cooperação Norte-Sul

Quadro 11 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Geologia e Geoquímica, UFPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	XXVII Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa	Congresso
2017	15ª Semana Nacional de Museus	Exposição
2018	IV Simpósio Brasileiro de Paleoinvertebrados e II Reunião de Ostracodólogos do Brasil	Simpósio
2018	International Committee for Study of Bauxite, Alumina & Aluminium (ICSOBA)	Congresso
2018	16ª Semana Nacional de Museus	Exposição
2019	XXVI Congresso Brasileiro de paleontologia	Congresso
2019	Workshop da Rede de Micropaleontologia	Workshop
2019	17ª Semana Nacional de Museus	Exposição
2020	18ª Semana Nacional de Museus	Exposição
2021	Semana da Geologia UFPA - Ciência, educação e sociedade.	Exposição
2021	19ª Semana Nacional de Museus	Exposição
2022	11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás	Congresso
2022	20ª Semana Nacional de Museus	Exposição

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPGGQ, 2023.

Neste contexto, é pertinente destacar que nesta tese, as métricas utilizadas como objetos de análise foram: impacto das publicações, revisão em periódicos, envolvimento em associações ou sociedades de pesquisa, coordenação e participação em eventos, bem como a vinculação ao CNPq, notadamente como bolsista de produtividade. O propósito da escolha destas foi compreender a internacionalização dos programas de pós-graduação na região da Amazônia Legal, bem como as especificidades de cada PPG que justificam o alcance de tal patamar. Tal reflexão se faz necessária devido à avaliação da Capes, que conferiu ao programa em questão a nota máxima, ou seja, 7, estreitamente relacionada ao desempenho internacional. Dessa forma, mesmo com a escassez de indícios de um aporte considerável na organização de eventos internacionais, o Programa permaneceu com a classificação mencionada.

O mesmo padrão foi observado em relação ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, que também obteve a classificação 7. No entanto, conforme destacado, a quantidade de publicações de artigos em periódicos nacionais foi superior quando comparada à mesma prática em nível internacional. Esse fenômeno também foi perceptível no que diz respeito à organização e participação em eventos.

Nesse cenário, um ponto relevante a ser considerado diz respeito às parcerias e redes estabelecidas pelo PPGG. O Programa destaca, em sua página, uma sólida ligação com organizações internacionalmente reconhecidas, como a Petrobras, entre outras. Além disso, cita-se a robusta infraestrutura que o programa possui que proporciona condições favoráveis à realização de pesquisas produtivas. Outra perspectiva relevante a ser ponderada é a área de concentração do Programa, intimamente vinculada à realidade local e aos desafios estruturais existentes na região.

Programa de Pós-graduação em Informática (PPGI)

O Programa de Pós-graduação em Informática apresenta uma área de concentração denominada Ciência da Computação, que abrange três linhas de pesquisa distintas: Sistemas Computacionais, Software, Interação e Aplicações; e Inteligência Computacional e Ciência de Dados. A composição de profissionais no programa reflete uma disparidade, com vinte e sete homens e sete mulheres. Essa discrepância é igualmente observada no PPG de Física, ao demonstrar que áreas cujas ciências exatas são ocupadas, essencialmente, por profissionais do sexo masculino.

Ao contrário dos demais PPG analisados, que pertencem majoritariamente à UFPA, o Programa de Pós-graduação em Informática pertence à UFAM e foi criado em 2001. Assim, inaugurou a presença de Programa de Pós-Graduação, em Computação na região norte do país. A proposta do curso está alinhada com a necessidade da região de formar profissionais qualificados, que consigam atender à crescente demanda por pesquisas em tecnologia da informação, demandada por várias empresas e institutos de tecnologia da Zona Franca de Manaus. Além disso, o programa não se limita a essa região, estendendo-se a outras áreas e estabelecendo intercâmbios internacionais, fortalecendo assim, as pesquisas acadêmicas de forma contínua. Essa realidade pode ser observada pela análise dos dados, apresentados no Quadro 12. A participação ativa e a organização frequente de eventos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, proporcionam momentos de aprendizado significativos para o corpo docente e discente do PPGI.

Quadro 12 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Informática, UFAM, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	21st International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering	Congresso
2017	International Conference on Management of Data	Congresso
2018	IX Workshop Inovação: Startup e Empreendedorismo Digital	Workshop
2018	12° Women in Information Technology 2018	Congresso
2019	10° Congresso Latino-Americano da Web LA-WEB	Congresso
2019	Interdisciplinary Conference on innovation in design, entrepreneurship, and sustainable systems.	Congresso
2020	29th International on Conference on Information and Knowledge Management	Congresso
2020	XIX Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais	Simpósio
2021	44th International conference on research and development in Information Retrieval	Congresso
2021	Ibero-American Conference on Software Engineering	Congresso
2022	23rd International Conference on Artificial Intelligence in Education	Congresso
2022	XLIX Seminário Integrado de Software e Hardware	Congresso
2023	46th International ACM SIGIR Conference on Research and Development in Information Retrieval	Congresso
2023	31st International Conference on Program Comprehension	Congresso

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PPGI, 2023.

A relação de eventos é vasta, incluindo uma diversidade de atividades como congressos, seminários, simpósios, workshops, palestras, entre outros. Além disso, o curso desempenha um papel crucial no estímulo ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica, contribuindo para a geração de investimentos e faturamento tanto para o Estado quanto para toda a região. Constituem o corpo docente, trinta e quatro profissionais, dos quais 26,47% são Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, sendo um de Nível 1B, quatro de Nível 2, e quatro Bolsistas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), Nível 2. Adicionalmente, um professor permanente também atua como

Em relação a produtividade, o PPGI publicou 128 artigos indexados no período de 2017 a 2020, perfazendo média de 3,7 artigos por docente. Apesar do quantitativo baixo em relação aos outros PPGs com nota 6, destaca-se que 98% da produção é em língua inglesa e 30% é de coautoria internacional, realce para a cooperação Norte-Sul (90,9%), com parceria entre Canadá (7), Alemanha (6) e Itália (5). Outros dados evidenciam que 4,2% correlacionam a temas amazônicos e 68,5% são trabalhos de caráter aplicado, dado a natureza do PPGI. Prova disso é que possuem 44 produtos tecnológicos, sendo 40 aplicativos e 4 patentes. Em síntese, a análise detalhada do Programa de Pós-graduação em Informática revela notável presença de ações de internacionalização, por meio da ativa participação dos docentes em eventos científicos e revisões ad hoc de artigos, sobretudo em publicações estrangeiras. A diversidade de atividades, como congressos, seminários e palestras, destaca-se, proporcionando um ambiente propício para a atualização constante de conhecimentos. Além disso, a expressiva colaboração com instituições estrangeiras, exemplificada pela presença de um professor permanente, atuando como pesquisador visitante na Universidade de Stuttgart, reforça o caráter global do programa. O comprometimento com a pesquisa reflete-se na produtividade dos docentes, evidenciada pelo elevado número de artigos publicados em periódicos internacionalmente reconhecidos. Essa abordagem estratégica, alinhada com as demandas regionais e globais, fortalece não apenas a reputação do programa, mas também contribui de maneira significativa para o desenvolvimento tecnológico, atraindo investimentos e fomentando a produção científica na área da informática.

Programa de Pós-graduação em Ecologia (PGECO)

O avanço no conhecimento empírico e teórico, relacionado à ecologia de ambientes tropicais, bem como o aprofundamento e contribuição para a pesquisa científica sobre a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na Amazônia, foram os principais objetivos para os quais o Programa de Pós-graduação em Ecologia foi criado, em 1976. Além disso, a falta de profissionais qualificados na área tornou-se um impulsionador fundamental para o programa, que definiu como uma de suas prioridades o incentivo à permanência dos alunos na região, após a conclusão dos estudos, o que corroboraria com a realização de pesquisas e com a gestão ambiental na Amazônia.

Portanto, acredita-se que as práticas de integração social desempenham um papel crucial na promoção da interação dialógica entre os indivíduos e nas produções acadêmicas.

Essa integração funciona como uma forma de socializar as expressões verbais e as realizações científicas que constituem o foco de estudo dos PPG.

O PGECO é constituído por sete distintas linhas de pesquisa, quais sejam: Ecologia de Comunidades; Ecologia de Ecossistemas; Ecologia de Populações; Ecologia de Organismos; Ecologia Humana; Ecologia Evolutiva e Biogeografia; Conservação e manejo dos recursos naturais da Amazônia

Na contemporaneidade, o quadro de professores é composto por trinta e cinco profissionais. Os docentes possuem afiliação a Associações/Sociedades científicas internacionais e nacionais. Citam-se dentre elas Royal Geographical Society; Scientific Fellow; Sociedade Zoológica de Londres; American Society of Mammalogists; American Society of Physical Anthropologists; Neotropical Bird Club; Primate Society of Great Britain; Society British Ecological Society; Society Grant - Natural History Museum and Biodiversity Research Center; WWF - Natureza e Sociedade, Brasil; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE); Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

A atuação dos docentes se efetiva também, por meio de Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Bolsista de Programa de Capacitação Institucional e Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial, ambas do CNPq, conquista alcançada por mais da metade dos professores que compõem o PPG, nas seguintes categorias: Nível 1A, Nível A, Nível 1B, Nível 1C, Nível D; Nível 2, Nível DA; Nível DB. Entre os pesquisadores, um desempenha a função de professor Associado do Departamento de Antropologia, California Academy of Sciences, San Francisco, Califórnia, Estados Unidos e outro desempenha trabalho de consultoria para CAPES, CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

A publicação em periódicos internacionais pelos docentes do PGECO destaca-se de maneira expressiva devido à abundante produção científica, tendo média de 20,48 por docente, como evidenciado pela nuvem de palavras representada na Figura 18.

Figura 18 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG em Ecologia, INPA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Na Figura 18, as palavras proeminentes evidenciam que alguns periódicos são preferidos pelos docentes para publicação. No entanto, é notável uma ampla gama de opções e uma diversidade de possibilidades, plenamente exploradas. Nesse extenso conjunto, é possível citar alguns periódicos, tais como: Ecology and Evolution; Ecology; Global Ecology and Biogeography; Molecular Ecology; Acta Oecologica-International Journal of Ecology; Frontiers in Ecology and Evolution; Journal of Ecology; Perspectives in Ecology and Conservation; Journal of Applied Ecology; Functional Ecology; Austral Ecology; Behavioral Ecology; Journal of Tropical Ecology; Evolutionary Ecology; Journal of Animal Ecology; Nature Ecology & Evolution; Forest Ecology And Management; Methods in Ecology and Evolution; Forest Ecology and Management; Ecology of Freshwater Fish; Ecology and Biogeography; Aquatic Conservation-Marine and Freshwater Ecosystems; Biological Conservation, Biodiversity and Conservation; Environmental Conservation; Primate Conservation; Journal of Insect Conservation; Conservation Genetics; Tropical Conservation Science; Animal Conservation.

O mesmo ocorre com a revisão ad hoc de periódicos, como pode ser verificado na Figura 19, majoritariamente sendo realizada pelos docentes em periódicos internacionais.

desmatamento. Salienta-se que 9% das publicações têm natureza aplicada. Não foram identificados produtos tecnológicos do PGECO.

Com base nas informações apresentadas até este ponto, é notável o desempenho do PGECO, mediante uma ampla atuação internacional, extrapolando as fronteiras e obtendo visibilidade em publicações referentes as inúmeras pesquisas realizadas pelos docentes e discentes da instituição, fato que que auxilia na compreensão da justificativa do recebimento do conceito 7, o máximo obtido na avaliação quadrimestral da Capes. No entanto, essa atuação não é percebida de maneira similar no que diz respeito à organização de eventos. Conforme os dados coletados de 2017 a 2023, apenas os eventos listados no Quadro 13 foram efetivamente realizados.

Quadro 13 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Ecologia, INPA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	XXX Semana de Biologia	Exposição
2017	I Simpósio de Ecologia e evolução Biocultural	Simpósio
2018	IV Simpósio CENBAM e PPBio Amazônia Ocidental	Simpósio
2018	XVII Semana do Bacharelado e XX Semana de Estudos da Licenciatura em Ciências Biológicas	Congresso
2018	V Seminário de Recursos Naturais	Seminário
2019	XX Encontro de Zoologia do Nordeste	Encontro
2019	VI Seminário de Recursos Naturais	Seminário
2019	Biogeografia comparada de anfíbios amazônicos	Exposição
2021	VII Seminário de Recursos Naturais	Seminário
2021	V Insetos Sociais em Rede	Congresso
2022	Simpósio The other side of drought	Simpósio
2023	Portas Abertas na Base do INPA	Encontro
2023	Semana de popularização em Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Herpetofauna no Alto Cuieiras, RDS Puranga Conquista	Exposição
2023	XXVI Simpósio de Mirmecologia: An international ant meeting	Simpósio
2023	Simbiose: A conexão pelos fungos	Exposição
2023	3rd High School Congress	Congresso

Fonte: Currículo lattes dos docentes do PGECO, 2023.

Pelas informações presentes no Quadro 13, observa-se que a organização de eventos ocorreu principalmente por intermédio de simpósios, exposições e congresso de caráter nacional.

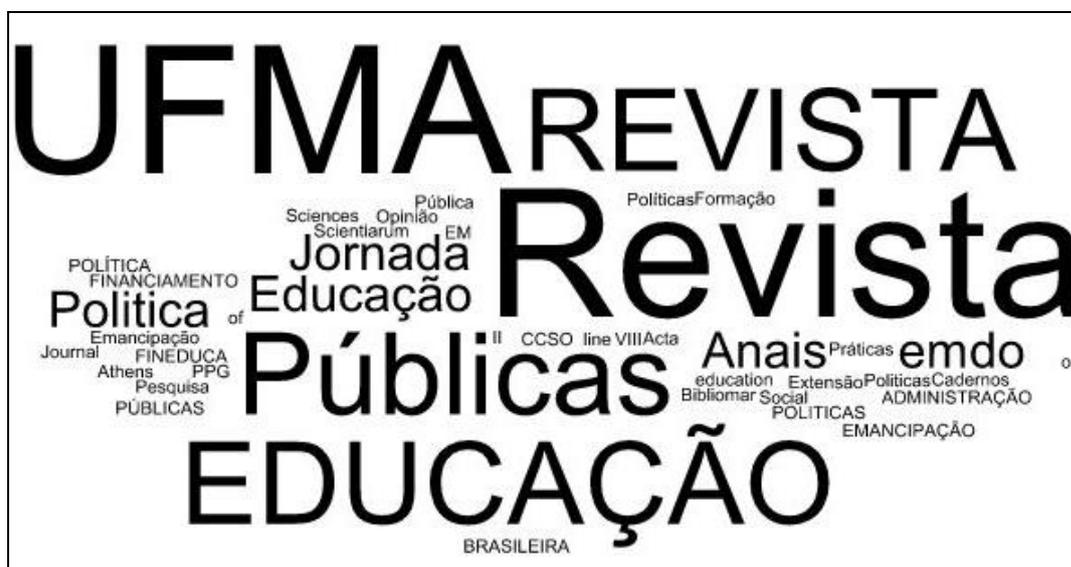
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)

O PPGPP iniciou suas atividades no ano de 1993, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio da abertura do mestrado e oito anos depois, em 2001, ampliou a oferta para nível de doutorado, nas áreas de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais e, Políticas Sociais e Programas Sociais. A primeira é composta por quatro linhas de pesquisa: Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas. A segunda possui o mesmo quantitativo de linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; Política Social e Serviço Social; Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero. Trata-se de uma pós-graduação de caráter interdisciplinar e interdepartamental, criada com objetivo de formar profissionais para refletir e intervir de maneira crítica na realidade social, em instituições governamentais ou da sociedade civil.

O Programa é composto por trinta e um docentes permanentes. Destes, somente quatro possuem bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, três Nível 2 e um Nível 1A.

No que diz respeito à revisão ad hoc de periódicos, tem predomínio a ocorrência em periódicos nacionais, como é destacado na Figura 20.

Figura 20 - Revisão ad hoc de periódicos pelos docentes, PPG em Políticas Públicas, UFMA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Essa revisão ocorreu em quatorze periódicos distintos, quais sejam: Revista de Políticas Públicas da própria UFMA, Acta Scientiarum Education, Anais da II Jornada do CCSO/UFMA; Anais da VIII Jornada de Políticas Públicas; Opinião Pública; Revista Bibliomar; Revista Práticas em Extensão; Educação em Revista; Revista de Financiamento da Educação; Athens Journal of Social Sciences; Cadernos de Pesquisa; Revista de Política; Revista Brasileira de Política e Administração da Educação; Formação online; Educação E Emancipação (UFMA). Um número bem inferior se comparado ao demais programas supracitados analisados.

Quanto à relação dos artigos publicados pelos docentes, nota-se, a partir dos dados, que é abrangente, conforme ilustrado na Figura 21.

Figura 21 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG em Políticas Públicas, UFMA, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Na Figura 21, destaca-se a visibilidade de certas palavras, como 'UFMA', 'Políticas Públicas', 'Observatório', 'Social' e 'Trabalho'. Isso ocorre porque nas revistas como: Revista de Políticas Públicas da UFMA, Lutas Sociais, Boletim do Observatório Social e do Trabalho, e Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, a maioria das publicações acontecem. Entre as revistas internacionais, merecem menção o International Journal of Development Research, Brazilian Journal of Development e Polymers.

Os dados apontam que o PPGPP publicou 152 artigos no período de 2017 a 2020, com uma média de 4,9 artigos por docente permanente. Desse total, 4,4 % dos artigos foram em língua inglesa; 1,1% em coautoria internacional, particularmente com o México; 2,2% tiveram relação com a temática da Amazônia Legal e 1,1% de natureza aplicada. Além disso, tiveram dois produtos técnicos cadastrados na Plataforma Sucupira como patentes: Osiris - Fila Cirúrgica e Êxodo: Sistema de Regulação de Paciente/Leitos.

De acordo com os dados coletados nos Lattes dos docentes do PPGPP, no intervalo de 2017 a 2023 estes se envolveram na organização e participação de diversos eventos, contabilizando uma atuação promissora de intercâmbio com outros profissionais e instituições, reconhecidamente enriquecedora para o programa, sobretudo porque esses momentos representam importantes oportunidades de ampliação do conhecimento dos discentes e docentes e dos demais profissionais envolvidos. No Quadro 14 estão alguns desses eventos organizados pelos docentes.

Quadro 14 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Políticas Públicas, UFMA, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas	Jornada
2017	VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: 1917-2017: um século de reforma e revolução	Jornada
2017	Conferência Municipal de Saúde das Mulheres	Conferência
2018	I Conferência Gramsci, Marx e Marxismo	Conferência
2018	XI Seminário de Políticas Públicas de Leitura, Bibliotecas e Informação	Congresso
2019	IX Jornada Internacional de Políticas Públicas	Jornada
2019	V Encontro de Pesquisadores/as Maranhenses sobre Gênero, Mulheres e Cidadania	Encontro
2020	VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas	Simpósio
2021	II Congresso Global de Direitos Humanos	Congresso
2021	X Jornada Internacional de Políticas Públicas	Jornada
2022	X Encontro da Fineduca	Encontro
2023	XI Jornada Internacional de Políticas Pública	Jornada

Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023

O programa recebeu nota 6 ao ser avaliado pela Capes. Contudo, ao analisar as variáveis em comparação com outros programas, destaca-se o seu comprometimento específico com atividades como publicação, organização de eventos e revisão de periódicos, principalmente os de âmbito nacional.

4.6 Análise dos dados dos PPG com perfil internacional em transição

A pesquisa documental dos programas em via de internacionalização da Amazônia Legal é apresentada na sequência e demonstram como cada PPG se empenha nos processos de internacionalização e sua relação com questões que permeiam o desenvolvimento regional.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)

O início da atividade do programa se deu em 2007, na Universidade Federal de Tocantins (UFT), completando, neste ano de 2024, 17 anos de existência. O PPGDR tem colaborado na formação de mestres e doutores, dentro da área de concentração de

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); International Institute of Fisheries Economics and Trade e a Associação dos Bacharéis em Geografia do Tocantins (ABGeo-TO).

Dois docentes realizaram Estágio Pós-Doutoral no Exterior, na Universidad Nacional Autónoma do Mexico. Nos currículos foram destacados também parcerias de trabalho entre UFT-Europa, além de visitas técnicas à Universidade do Minho (Portugal); Universidade de Aveiro (Portugal); Université Lumière Lyon 2 (França) e Université Piere-Mendes Grenoble (França). Tais encontros tiveram como objetivos a efetivação de convênios entre as universidades e futuros projetos de pesquisa. Outra iniciativa foi a realização de pesquisa de campo no exterior, sobretudo na República da Irlanda.

Em relação a publicação completa de artigos em periódicos, existe uma intensa produção efetivada pelos docentes, que ocorre principalmente em revistas nacionais, como pode ser visualizado na Figura 23, em que as palavras ‘Revista’, ‘Desenvolvimento’ e ‘Regional’ aparece em proeminência, dentre as quais citam-se: Informe Gepec; Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional; Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos; Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento em Questão; Humanidades & Inovação; Redes; Desenvolvimento Regional em Debate; Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins; Revista Tecnologia e Sociedade.

Figura 23 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG em Desenvolvimento Regional, UFT, 2015-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

No período de 2017 a 2020 foram publicados pelos docentes e discentes do PPGDR 315 artigos científicos, com média de 19,8 artigos por docente, sendo 17,7% escritos em língua inglesa e 5,7% com coautoria internacional. Desta parceria de coautores, 33,3% são resultado da Cooperação Norte-Sul, com Estados Unidos, Alemanha, Austrália e Inglaterra e 77,7% resultado da Cooperação Sul-Sul, com destaque para as parcerias entre Haiti (3), Colômbia (2), Chile (2), seguida por Honduras, Granada, Argentina, México e Angola. 28,8% das publicações referem-se a temas da Amazônia Legal como, por exemplo, questões ambientais relacionadas a queimadas e mudanças climáticas, piscicultura, além estudos que abordam os agricultores familiares e ribeirinhos. Apenas 0,6% das publicações são de natureza aplicada.

Dos 14 produtos técnicos desenvolvidos pelo PPGDR, 14 são classificados como mapas e outros dois são aplicativos (Quadro 15).

Quadro 15 – Produtos técnicos, PPG Desenvolvimento Regional, UFT, 2017-2020

TÍTULO	Produto	Coautoria estrangeira	País
1. Óbitos de covid-19 por sexo em 22 de junho de 2020 no tocantins.	Mapas	Não	
2. Gestor ctm - cadastro territorial multifinalitário	Aplicativo	Não	
3. Letalidade. Taxa de óbitos por covid-19 para cada caso confirmado 26 de junho de 2020 - tocantins	Mapas	Não	
4. Sistema de informação gestão de alto nível (gan/iac/uft)	Aplicativo	Não	
5. Percentual da população jovem que frequenta o ensino médio por município - 2010	Mapas	Não	
6. Percentual da população jovem que frequenta o ensino superior por município - 2010	Mapas	Não	
7. Percentual da população que sabe ler e escrever 2000	Mapas	Não	
8. Percentual da população que sabe ler e escrever 2010	Mapas	Não	
9. Pessoas com até 10 anos de idade sem registro de nascimento 2010	Mapas	Não	
10. Rendimento médio domiciliar por município - 2010	Mapas	Não	
11. Emprego informal por município - 2010	Mapas	Sim	
12. Índice de analfabetismo - 15-29 anos por município - 2010	Mapas	Não	
13. Índice de analfabetismo 30-59 anos por município - 2010	Mapas	Não	
14. Índice de analfabetismo 60 anos ou mais por município - 2010	Mapas	Não	

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

De acordo com os dados analisados no que tange a organização e participação de congressos, seminários, exposição, entre outros, segue os demais aspectos observados

anteriormente, com o desenvolvimento de uma produção acadêmica e científica muito atrelada às realidades regionais e de âmbito nacional. As parcerias internacionais na realização de eventos existem, porém, de forma menos acentuada. O Quadro 16 apresenta a organização de alguns eventos realizados no decorrer do período de 2017 a 2020.

Quadro 16 - Organização de eventos pelos docentes, PPG em Desenvolvimento Regional, UFT, 2017-2022

ANO	EVENTO	TIPO
2017	V Colóquio da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	Colóquio
2017	Juventude, educação e cidadania: participação social na cidade contemporânea	Palestra
2018	IV Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade	Seminário
2018	III Seminário estadual Nós Propomos	Seminário
2019	Simpósio de Geoprocessamento na Análise Regional	Simpósio
2019	X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico	Congresso
2020	XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)	Encontro
2020	Encontro Regional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas	Encontro
2021	V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade	Seminário
2022	Artes, saberes e fazeres dos Povos Indígenas do Tocantins	Exposição
2022	Exposição de Geotecnologias	Exposição

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCIAMB)

O PPGCIAMB obteve aprovação da Capes para funcionar em 2002, no entanto, foi em 2003 que o Mestrado em Ciências do Ambiente iniciou suas atividades, na UFT e no Estado do Tocantins. Em seus vinte anos de funcionamento, houve alterações e reformulações na estrutura do programa, dentre elas, destaca-se a permanência de uma única área de concentração, denominada Ciências do Ambiente, que engloba duas linhas de pesquisa: Biodiversidade e Recursos Naturais; e Natureza, Cultura e Sociedade.

O corpo docente do Programa compreende dezesseis profissionais, sendo doze mulheres e quatro homens, nota-se a predominância da presença feminina, normalmente verificada em cursos de ciências sociais aplicadas e humanas. Apesar do número de docentes,

Quadro 17 – Produtos técnicos, PPG Ciências do Ambiente, UFT, 2017-2020

TÍTULO	Produto	Coautoria estrangeira	País
1. Patente: registro de programa de computador- canguru tour 360	Patente	Não	
2. "fish death risk"	Patente	Não	
3. "fish rescue app"	Patente	Não	
4. "fish death risk"	Patente	Não	

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Contudo, os dados revelam que a participação e organização de eventos acontecem de forma predominante em âmbito nacional, mas com perspectiva de, no decorrer dos anos, se estabelecer parceria internacional, como o Congresso Internacional em Direitos Humanos, que em 2022 já estava em sua décima quarta edição. No Quadro 18 estão listados alguns eventos ocorridos entre 2017 e 2023. Essa organização pelo programa no que tange a eventos priorizou a realização de congresso, seminário, colóquio e palestra.

Quadro 18 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Ciências do Ambiente, UFT, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2018	Rivers, lands, and cultures: learning from the Tocantins social-ecological system	Congresso
2018	XIV Semana Acadêmica de Engenharia De Alimentos e I Congresso Tocantinense de Ciência e Tecnologia de Alimentos	Congresso
2019	Conservação de Quelônios Continentais Brasileiros	Palestra
2019	I Colóquio do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente	Colóquio
2020	I Seminário Web do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente da UFT	Seminário
2020	II Colóquio do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente	Colóquio
2021	Congreso Iberoamericano de Salud Ambiental	Congresso
2021	III Colóquio do PPGCiamb	
2022	IV Colóquio do PPGCiamb	Colóquio
2022	XIV Congresso Internacional em Direitos Humanos	Congresso
2023	PPGCiamb 20 anos	Congresso
2023	V Colóquio do PPGCiamb	Colóquio

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal (PPGPV)

O PPGPV começou a desenvolver suas atividades, na UFT, no ano de 2006, a nível de mestrado e em 2011 passou a ser ofertado o doutorado. O objetivo do programa é desenvolver modelo tecnológico próprio de produção agrícola sustentável, levando em consideração ambientes permeados pela ação humana, em áreas do cerrado e das várzeas. Possui quatro linhas de pesquisa, como apresentado na descrição a seguir: 1. Fitotecnia: grandes culturas, silvicultura, forragicultura, horticultura (fruticultura, olericultura, plantas medicinais); 2. Manejo do solo e da água; Melhoramento genético vegetal; 4. Fitossanidade: entomologia, fitopatologia e plantas daninhas.

O corpo docente é formado por quatorze docentes com o perfil de permanentes. A obtenção de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq foi conquistada por cinco, dentre os quatorze docentes, sendo três Bolsista CNPq - Nível 2 e dois CNPq - Nível 1C. No decorrer das análises dos dados, não se constatou a participação dos docentes em associações ou sociedades da área. A análise dos currículos permitiu verificar que a revisão ad hoc de periódicos realizadas pelos docentes ocorreu com recorrência em revistas internacionais, como pode ser visualizado na Figura 26.

Figura 26 - Revisão de periódicos pelos docentes, PPG em Produção Vegetal, UFT, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Entre os anos de 2017-2020 foram revisados 71 periódicos. Ao analisar a relação dos onze revisados em 2017, verificou-se que todos eram internacionais, e esse número foi crescendo a cada ano; em 2020 foram incluídos dezessete novos periódicos, novamente com a presença de quantidade significativa de periódicos internacionais. Dentre os quais, citam-se os títulos internacionais mais frequentes, a partir das palavras em destaque na Figura 27: Journal of Medicinal Plants Research; African Journal Of Agricultural Research; Microscopy Research and Technique; Science of the Total Environment; International Journal of Environmental; Research and Public Health; Environmental Science and Pollution Research; Brazilian Archives of Biology and Technology; Life-Basel; Antibiotics-Basel; Archives of Microbiology; Chemosphere; Environmental Technology. Entre os nacionais é possível citar: Revista Árvore; Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins; Biodiversidade Brasileira; Revista de Ciências Agrícolas.

Destarte, como foi possível observar em relação a revisão de periódicos, prevalece a publicação de artigos, pelos docentes do PPGPV, também em revistas internacionais, como pode ser constatado na Figura 27. Foram publicados no total 429 artigos científicos, conferindo uma média de 30,6 publicações por docente. Os dados revelam que 74,5% dos artigos são em língua inglesa e 16,1% possuem parceria internacional na coautoria. A cooperação Sul-Sul (77,7%) com os países: Marrocos (3), México (3), Índia (1), Haiti (1) e Venezuela (1) predomina em relação a cooperação Norte-Sul (33,3%) estabelecida em parceria com Portugal, Bélgica, Holanda, Itália e Alemanha. Apenas 12,5% dos trabalhos científicos relacionam-se a temas amazônicos, a explicação é que este PPG tem foco aplicado no Cerrado. Por outro lado, 21,5% das publicações são de natureza aplicada. Na produção técnica, apenas foi desenvolvido um aplicativo (NAUS SYSTEM), sem coautoria estrangeira.

Figura 27 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG em Produção Vegetal, UFT, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Pela análise dos dados, observa-se uma vasta produção, dentre os quais, destacam-se os periódicos cujos títulos são mencionados para ilustrar: Research, Society and Development; Chemosphere; Science of the Total Environment; Environmental Science and Pollution Research; Revista Agri-Environmental Sciences; Brazilian Journal of Development; J. Biotec. Biodivers; Journal of Agricultural Science; Observatorio De La Economía Latinoamericana; Desafios: Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins, Capim Dourado: Diálogos em Extensão; Tecnologia & Ciência Agropecuária; Ciências Agrárias.

Algumas parcerias corroboram para a compreensão da inserção internacional do programa, como o convênio efetivado com a University of Amsterdam, na Holanda, e com a Universidade de Aveiro, em Portugal, que possibilitaram a realização de doutorado sanduíche pelos discentes e ampliação de redes de cooperação acadêmica e científica.

A participação e organização de eventos pelos docentes, diferentemente da revisão ad hoc e publicação de periódicos, aconteceu de modo especial em âmbito nacional, mas já acenando para parcerias internacionais a partir de 2021, como o evento Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) Amazônia e, em 2023, com a realização do 1º Workshop Internacional de Ecotoxicologia, como ilustrado no Quadro 19.

Quadro 19 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Produção Vegetal, UFT, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	I Workshop controle biológico e transgenia no controle de pragas: desafios e perspectivas	Workshop
2017	XXXVI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo	Congresso
2018	14º Seminário de Iniciação Científica da UFT	Seminário
2018	II Semana Integrada da Agronomia e Produção Vegetal	Semana
2019	15º Seminário de Iniciação Científica da UFT	Seminário
2019	III Semana Integrada da Agronomia e Produção Vegetal	Semana
2020	16º Seminário de Iniciação Científica da UFT	Seminário
2020	Encontro Regional dos municípios pertencentes ao CBHSAST	Encontro
2021	PROCAD Amazônia: Opportunity for research exchanges in tropical agriculture and expansion of Brazil/Portugal collaboration	Congresso
2021	Fala Município	Seminário
2023	1º Workshop Internacional de Ecotoxicologia	Workshop

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias (PPGVET)

Diferentemente dos dois programas anteriormente apresentados, pertencentes a UFT, o PPGVET é pertencente a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Curso de mestrado surgiu da necessidade de formação específica destinada aos egressos da instituição, em Sanidade Animal, no qual obteve aprovação da Capes para começar as atividades em 2007, e, posteriormente, em 2012, também começou a ser ofertado o curso a nível de doutorado.

O programa contém duas áreas de concentração, uma denominada Clínica Médica e Cirúrgica dos Animais Domésticos e Silvestres, que contempla duas linhas de pesquisa, a saber: Clínica Médica e Reprodução de Animais Domésticos e Silvestres; e Clínica Cirúrgica Anestesiologia de Animais Domésticos e Silvestres. A outra área é intitulada de Sanidade

estão em destaque, e advém de revistas brasileiras como: Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia; Pesquisa Veterinária Brasileira; Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical; Revista Científica de Medicina Veterinária; Ciência Animal Brasileira; Revista Brasileira de Ciências Veterinárias. A relação de publicação de artigos é vasta, contemplando periódicos nacionais e internacionais. A Figura 29 possibilita demonstrar a presença de diversificados periódicos. No total o PPGVET registrou 189 artigos, sendo 89% escritos na língua inglesa e 7% com coautoria estrangeira. Este último dado equivale a 71,4% a cooperação Sul-Sul com Chile, Cuba e Panamá, enquanto 28,6% de cooperação Norte-Sul principalmente com a Alemanha. Apenas 5% dos trabalhos publicados refletiram temas correlatos a Amazônia Legal. Neste caso, o PPGVET desenvolveu trabalhos envolvendo questões gerais sobre sanidade animal. Por outro lado, 14% das publicações foram de natureza aplicada. Não foram identificados produtos tecnológicos.

Figura 29 - Artigos completos publicados em periódicos pelos docentes, PPG Ciências Veterinárias, UFMT, 2017-2020



Fonte: Pro Word Cloud, banco de dados currículo lattes, 2023.

Algumas revistas são frequentemente acionadas para publicação como: Acta Scientiae Veterinariae; Journal of Infection in Developing Countries; Acta Tropica; Comparative Immunology Microbiology And Infectious Diseases; Research, Society and Development; Veterinary Parasitology: Regional Studies and Reports; Ticks and Tick-Borne Diseases;

Veterinary Parasitology: Regional Studies and Reports; Brazilian Journal of Microbiology; Pesquisa Veterinária Brasileira Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias; Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia; Engenharia na Agricultura; Revista Cereus.

A análise dos dados advindos do preenchimento do currículo lattes pelos docentes, fez com que o número reduzido de organização de eventos entre 2017 a 2023, suscitasse atenção como pode ser visualizado no Quadro 20.

Quadro 20 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Ciências Veterinárias, UFMT, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	IV Encontro Internacional de Saúde Animal e Prevenção - ENISAP	Encontro
2018	III Ciclo de Atualização em Medicina Veterinária	Seminário
2019	I Curso de Atualização Docente do Curso de Medicina Veterinária	Curso
2022	XI Encontro Nacional de Diagnóstico Veterinário - ENDIVET	Encontro
2023	V Encontro Internacional de Saúde Animal e Prevenção - ENISAP	Encontro

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO)

A criação do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO) ocorreu no ano de 2006, por intermédio de esforços conjuntos estabelecidos entre a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Instituto Estadual de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA), da Embrapa-Amapá e da Conservação Internacional. Essa iniciativa interinstitucional teve como objetivo formar mestres e doutores para colaborar na promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, existente no Amapá e na Amazônia. Trata-se de um programa pertencente à UNIFAP, localizado no Estado do Amapá.

O programa apresenta uma única área de concentração, designada como Ecologia, composta por três linhas de pesquisas: Caracterização da Biodiversidade; Gestão e Conservação da Biodiversidade; e Uso Sustentável da Biodiversidade. O corpo docente é formado por vinte docentes permanentes, sendo que seis obtiveram bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, três Nível 2; um Nível 1B, um Nível 1C e um Nível 1D.

Pharmacotherapy; Parasitology; Freshwater Biology; Journal of Tropical Ecology; Journal of Medical Entomology; Journal of Pharmacy and Pharmacology; Journal of Drug Delivery Science and Technology; Biotropica; Acta Amazônica; Acta Parasitologica; Frontiers in Ecology And Evolution; Scientific Reports; Journal of Ethnopharmacology.

Em relação a produção técnica, o PPGGIO registrou cinco produtos, sendo dois mapas, duas patentes e um aplicativo no período de 2017 a 2020 (Quadro 21).

Quadro 21 – Produtos técnicos, PPG Biodiversidade Tropical, UNIPAF, 2017-2020

TÍTULO	Produto	Coautoria estrangeira	País
1. Mapa de distribuição geográfica de culicídeos do estado amapá.	Mapa	Não	
2. Cmartr: r functions for the community mangement of amazonian river turtles	Aplicativo	Sim	Inglaterra
3. Mapeamento das espécies de borboletas ocorrentes no estado do amapá	Mapa	Não	
4. Nanoemulsão miscível em água à base de mistura de diterpenos em óleo e seu uso como larvicida	Patente	Não	
5. Processo tecnológico para obtenção de comprimidos contendo extrato etanólico (padronizado) dos frutos de euterpe oleracea mart. (açai), sua aplicação como antioxidante	Patente	Não	

Em se tratando de organização de eventos pelos docentes, os diversificados tipos, como seminário, workshop, exposição, jornada, congresso, aconteceram a nível nacional, com exceção em 2021 em que foi realizado o Congresso ‘The 4th Belt & Road International Conference on Traditional Medicine and 2021 Symposium on the Chinese Medicinal Materials’. Essas informações podem ser constatadas no Quadro 22.

Quadro 22 - Organização de Eventos pelos docentes, Biodiversidade Tropical, UNIFAP 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	II Workshop de Tecnologia de Fitoprodutos	Workshop
2017	VIII Encontro do PPGGIO: Conservação x Desenvolvimento: Discutindo Sustentabilidade na Amazônia	Encontro
2018	II Simpósio Regional Norte de Farmacognosia	Simpósio
2018	Seminário de Aquicultura do Estado do Amapá: Produção de Tambaqui em Tanque-rede	Seminário
2019	Exposição Itinerante das Coleções	Exposição

	Didáticas de Arthropoda	
2019	V Jornada Científica da Embrapa Amapá	Jornada
2020	IX Congresso Amapaense de Iniciação Científica (CONAIC)	Congresso
2021	The 4th Belt & Road International Conference on Traditional Medicine and 2021 Symposium on the Chinese Medicinal Materials	Congresso
2021	VII Jornada Científica da Embrapa Amapá	Jornada
2023	VII Simpósio Brasileiro de Restinga	Simpósio
2023	XII Congresso Amapaense de Iniciação Científica (CONAIC)	Congresso

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLI)

Trata de um programa constituído na Universidade Federal do Acre (UFAC), única universidade pública do estado; suas atividades tiveram início no ano de 2006, com a implantação do curso de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade, formalizando, em 2019, também o doutorado.

O PPGLI tem como vertente central a interdisciplinaridade, dado a diversidade regional e, nesta intenção, foi criada uma área de concentração em Linguagem e Cultura, que envolve duas linhas de pesquisa: Língua(gens) e Formação Docente; e Culturas, Narrativas e Identidades Amazônicas. O programa tem o corpo docente composto por dezoito profissionais e, durante o período de coleta dos dados da presente tese, não foi identificado pesquisador que tivesse preenchido em seu currículo *lattes*, menção de ser Bolsista Produtividade do CNPq.

Em relação a participação em associação e sociedade, verificou-se citação somente de um docente de possuir vínculo junto à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Houve oportunidade de parcerias internacionais por meio da realização de estágio de doutoramento na Université du Québec à Montréal (UQÀM-Canadá), e na colaboração em uma pesquisa desenvolvida pela Agence Universitaire de la Francophonie (AUF-CANADÁ).

A revisão ad hoc de periódicos, no intervalo de tempo compreendido entre os anos de 2017-2020, ocorreu em apenas dezesseis periódicos, que, como está demonstrada na nuvem de palavras, na Figura 33, foi realizada principalmente em revistas nacionais, como pode ser constatado pela palavra 'Revista' em evidência.

Entre as revistas mais citadas pelos docentes, aparecem uma relação composta por: Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura; Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades; The Specialist; Bakhtiniana - Revista De Estudos Do Discurso; Revista Geadel; Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade; Revista de Antropologia e Arte (PROA). Existe também um investimento de publicação em periódicos internacionais, como exemplos, são descritos alguns: Organon; The Specialist; International Journal of Development Research; Revista Philologus; Journal of Multidisciplinary International Studies; Journal of Italian Media and Pop Culture; Journal of Digital Media & Interaction; Endorsed Transactions on Creative Technologies; Flinders University Languages Group Online Review; Journal of Contemporary Music, Art and Technology, New Readings.

No geral, o PPGLI publicou 247 artigos no período de 2017 a 2020, tendo uma média de 12,05 por docente. Das publicações, 7,3% foram escritas na língua inglesa e 8,6% tiveram coautoria internacional. A Cooperação Norte-Sul responde por 77,7% das publicações, principalmente com a Itália (13); e 23,3% é o percentual de publicação advindo da cooperação Sul-Sul. Outra evidência é que 28,6% dos trabalhos do PPGLI estão em consonância com o tema da Amazônia Legal, ligados sobretudo, à elementos da natureza e indígena. Apenas 1,3% da produção científica é de natureza aplicada. No que diz respeito à produção técnica, não foi identificado no período mapeado.

É relevante a quantidade de eventos organizados pelos docentes, que envolvem diferentes abordagens, como pode ser observado no Quadro 23, dentro de uma dinâmica interdisciplinar desenvolvida no PPGLI.

Quadro 23 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Letras, UFAC, 2017-2023

ANO	EVENTO	TIPO
2017	IX Colóquio Internacional - As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia	Colóquio
2017	VII Semana de Letras: linguagem, autoritarismo, resistência	Congresso
2018	XIII Jornadas Andinas de Literaturas Latinoamericanas	Jornada
2018	I Ciclo de Palestras e Debates do Grupo de Estudos em Análise do Discurso e Ensino de Línguas	Palestras
2019	III Seminário Internacional de Linguagens e Culturas Indígenas	Seminário
2019	XIII Congresso Linguagens e Identidades	Congresso

	das/nas Amazônias	
2020	Simpósio O componente estético como princípio metodológico	Congresso
2021	O Discurso do Ódio e as Fake News: o Que (Não) Aprendemos ao Ataque às Ciências	Palestra
2021	Encontro de Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero	Encontro
2022	Semana de Letras: 100 anos da Semana de Arte Moderna no Brasil - itinerários e pesquisas nas Letras na mira da desconstrução modernista	Congresso
2022	IX Semana Acadêmica do Curso de Letras Espanhol 2022	Congresso
2023	XI Semana Acadêmica de comunicação: Jornalismo na era da desinformação	Congresso
2023	VI Semana de Letras Libras: os 20 anos da Lei de Libras e os avanços na Educação de/para Surdos	Congresso

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os dados revelam maior concentração em realização de eventos nacionais, porém, aparecem algumas iniciativas de nível internacional, que ocorrem periodicamente, como a Jornadas Andinas de Literaturas Latinoamericanas; Colóquio Internacional - As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia; Seminário Internacional de Linguagens e Culturas Indígenas.

Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC)

O Programa em questão está alocado em uma Universidade Estadual, no Estado de Roraima, a UERR, sendo composto por duas linhas de pesquisa, uma denominada de Métodos Pedagógicos e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências; e a outra de Espaços não Formais e a Divulgação Científica no Ensino de Ciência. O PPGEC contém doze docentes permanentes, sendo que nenhum destes profissionais foram contemplados com bolsa de produtividade do CNPq, nem participam de Associações ou Sociedades da área.

Foram revisados pelos docentes um total de vinte e cinco periódicos distintos, principalmente revistas nacionais, fato que justifica o destaque da palavra 'Revista' na Figura 35.

A imagem demonstra relevante investimento dos docentes em publicação em periódicos de natureza brasileira, dentre estes, as revistas científicas como: Areté; Revista Brasileira de Ensino de Química; Boletim do Museu Integrado de Roraima; Revista Reamec; Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico; Ambiente: Gestão e Desenvolvimento; Revista Eletrônica Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, Research, Society and Development; Latin - American Journal Of Physics Education; em que essas publicações sobretudo aconteceram.

De um total de 154 artigos científicos publicados no período de 2017 a 2020, o PPGEC teve média de 12,8 publicações por docente. Outros dados apontam que 9,8% dos artigos foram escritos em língua inglesa e não tiveram coautoria internacional; 29,4% dos trabalhos estão relacionados à temas amazônicos como, por exemplo, ensino aprendizagem com foco em questões ambientais e elementos da Amazônia; e, por último, 2,9% são de natureza aplicada. Em relação a produção tecnológica, apenas um aplicativo foi desenvolvido, intitulado: “aplicativo android baseado em geotecnologia direcionado a visitação turística de Boa Vista – Roraima”, porém, sem coautoria internacional.

No que corresponde aos eventos organizados pelo corpo docente, estes tiveram maior diversificação, como Conferência, Semana científica, Jornadas, Festival, Colóquio, Congresso, Simpósio. No Quadro 24 podem ser conferidos alguns desses eventos.

Quadro 24 - Organização de Eventos pelos docentes, PPG em Ensino de Ciências, UFAC, 2017-2023.

ANO	EVENTO	TIPO
2017	XXII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no estado de Roraima	Semana
2017	VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária	Conferência
2018	VIII Mostra de Química da Amazônia Setentrional, IX Torneio Estadual de Robótica Educacional	Jornada
2018	IV Colóquio Internacional Ensino Desenvolvimento: Sistema Elkonin-Davidov	Colóquio
2019	XIII Semana da Matemática da Universidade Federal de Roraima	Semana
2019	XI Encontro de Iniciação Científica da Estácio Amazônia	Encontro
2020	VI Simpósio em Ensino Tecnológico no Amazonas	Simpósio

2021	Pint of Science Brasil	Festival
2021	VIII Feira de Ciências da Escola Geraldo da Silva Pinto	Feira
2022	XIV ENEM	Congresso
2022	Congresso Brasileiro de Paleontologia	Congresso
2023	Pint of Science Brasil	Festival

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O PPGEC priorizou a organização de eventos nacionais, mas com inserção de eventos internacionais no decorrer dos anos, sendo o *Pint of Science* Brasil já realizado em outras edições.

4.7 Principais resultados e discussão

Dos dez cursos de pós-graduação analisados que são internacionalizados da Amazônia Legal conforme a última avaliação da Capes, sete fazem parte da UFPA, dois são da UFMA e um pertence ao INPA. Entre os da UFPA, Genética e Biologia Molecular; Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários; Física e Letras, obtiveram conceito 6, na última avaliação da Capes; os três primeiros foram criados na década de 2000 e possuem características semelhantes, em relação as variáveis analisadas no estudo, como pode ser verificado no Quadro 25. Desta relação, somente Letras se diferencia, pois foi criado em 1987 e os processos de revisão ad hoc, bem como a publicação de periódicos, se concentraram em revistas nacionais, além de ser reduzido o contingente de docentes beneficiados com bolsas de produtividade do CNPq. No entanto, os trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos aliados ao histórico de avanços do programa, podem ter contribuído para a compreensão do alcance e manutenção do conceito 6 na avaliação da Capes, enfatizando também as colaborações internacionais estabelecidas com outras instituições de PD&I. Outro programa da UFPA que obteve o conceito 6 é o de Psicologia, que foi criado em 2005, no qual foi possível observar que não possui concentração de publicação e revisão em periódicos internacionais, e apenas uma pequena porcentagem dos docentes possui bolsa produtividade. Destaca-se que dois programas da UFPA tiveram notável desempenho, o que incorreu na nota 7, atribuída pela Capes na última avaliação: o Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e Geologia e Geoquímica, ambos criados na década de 1970. A forte atuação internacional, com participação em redes e acentuada publicações estrangeiras e de língua estrangeira é verificada em relação ao PPGG, enquanto no PPGDSTU destaca-se a presença de bolsa de produtividade por uma parcela considerável dos docentes vinculados (Quadro 25).

Por sua vez, o PPG-Ecologia, do INPA, com quarenta e sete anos de existência, apresenta uma vasta trajetória acadêmica, e mantém profícua produção internacional, além de pesquisadores formadores e reconhecidos entre os pares, conjunto que contribuiu para a obtenção do conceito máximo, atribuído pela Capes.

Neste estudo, é fundamental ressaltar a importância de determinados quesitos, tais como o investimento em publicações internacionais, o suporte às revisões ad hoc, a promoção de eventos com abrangência internacional e a formação de parcerias institucionais com atores do exterior. O propósito dessas iniciativas é impulsionar o reconhecimento dos programas de pós-graduação não apenas em âmbito nacional, mas também, em instâncias de renome internacional. Destaca-se também pela grande relevância no sentido de se promover a internacionalização, a trajetória de atuação do PPG somada à infraestrutura, o corpo docente e discente que o compõe, as redes estabelecidas acrescidas da participação em associações/sociedades científicas e os intercâmbios internacionais. Tais elementos conferem legitimidade e respeito, ainda que a presença internacional não esteja proeminente entre todas as variáveis analisadas.

Quadro 25 - Comparativo entre alguns programas de pós-graduação da Amazônia Legal

Programa	Universidade	Nota CAPES	Revisão e Publicação de Periódicos	Bolsista de Produtividade	Ano de Criação
Genética e Biologia Molecular	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	78,6%	2001
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	61,9%	2004
Psicologia	UFPA	6	Concentrada em revistas nacionais	7,4%	2005
Física	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	55%	2003
Letras	UFPA	6	Concentrada em revistas nacionais	23,53%	1987
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	UFPA	7	Concentrada tanto em revistas nacionais e internacionais	17,4%	1977
Geologia e Geoquímica	UFPA	7	Concentrada em revistas	76%	1976

			internacionais		
Informática	UFAM	6	Concentrada em revistas internacionais	26,47%	2001
Ecologia	INPA	7	Concentrada em revistas internacionais	51,43%	1976
Políticas Públicas	UFMA	6	Concentrada em revistas nacionais	12,9%	1993

Fonte: elaborado pela autora com base no banco de dados currículo lattes dos docentes, 2023.

A análise dos Programas de Pós-graduação internacionalizados e em via de internacionalização na Amazônia Legal mais especificamente no que tange a produtividade, revela desempenho variado em diferentes indicadores, o que também reflete ao que é apregoado por cada área do conhecimento. No Quadro 26, revela que o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA se destaca na região amazônica com o maior número de artigos publicados (755) e a maior média de publicação por docente (32,8). Isso sugere uma produção científica de maior impacto internacional e uma alta produtividade dos pesquisadores envolvidos neste programa.

Quadro 26 – Comparativo de variáveis de produtividade entre os PPG da Amazônia Legal

Programa	Artigos publicados	Nº de docentes	Média de publicação/docente	Inglês	Coautoria estrangeira	Norte - Sul	Sul - Sul	Amazônia	Aplicado
Biologia (Ecologia)/INPA	717	35	20,48	97%	40%	91,6%	8,4%	83,6%	9%
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA	755	23	32,8	15%	13,3%	50%	50%	72,5%	2,5%
Geologia e Geoquímica/UFPA	351	24	14,6	93%	34,6%	54%	46%	3,9%	2,8%
Genética e Biologia Molecular/UFPA	644	23	28	97%	22%	69,6%	30,4%	23,6%	21,3%
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários/UFPA	425	21	20,2	95,5%	13,6%	84,6%	15,4%	37,5%	9,5%
Psicologia/UFPA	196	27	7,2	18,0%	22,2%	50,0%	50,0%	1,5%	10,0%
Física/UFPA	171	20	8,5	93,7%	33,7%	85,2%	14,8%	2,5%	88,7%

Letras: Linguística e Teoria Literária/ UFPA	304	34	8,9	1,2%	7,9%	30,7%	69,3%	31,4%	1,2%
Informática/ UFAM	128	34	3,7	97%	30%	80,9%	19,1%	4,2%	68,5%
Políticas Públicas/ UFMA	152	31	4,9	4,4%	1,1%	100,0%	0,0%	2,2%	1,1%
Desenvolvimento Regional/ UFT	315	16	19,8	17,7%	5,7%	33,3%	77,7%	28,8%	0,6%
Ciências do Ambiente/ UFT	340	16	21,2	23,7%	13,1%	100%	0%	54,3%	8,7%
Produção Vegetal/ UFT	429	14	30,6	74,5%	16,1%	33,3%	77,7%	12,5%	21,5%
Ciências Veterinárias/ UFMT	189	14	13,5	89,0%	7%	28,6%	71,4%	5%	14%
Biodiversidade Tropical/ UNIFAP	376	20	18,8	92,2%	23,3%	47,6%	52,4%	55,5%	30,5%
Letras - LINGUAGEM E IDENTIDADE/ UFAC	247	18	12,05	7,3%	8,6%	77,7%	22,3%	28,6%	1,3%
Ensino de Ciências/ UERR	154	12	12,8	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	29,4%	2,9%

Em relação à publicação em língua inglesa, os cursos que se destacaram foram os Programas de Biologia (Ecologia) do INPA, Genética e Biologia Molecular da UFPA e Informática da UFAM, ambos com 97% do total de publicações no período analisado. A colaboração com pesquisadores estrangeiros é um indicador importante de internacionalização e qualidade da pesquisa. Destacaram-se programas como Biologia (Ecologia)/INPA (40%), Geologia e Geoquímica/UFPA (34,6%) e Física/UFPA (33,7%), que possuem as maiores porcentagem de coautoria estrangeira em publicações científicas na pós-graduação da Amazônia Legal. Em relação a parcerias, alguns programas demonstram uma forte colaboração tanto entre instituições do Norte quanto entre países do Sul. Por exemplo, o Programa de Políticas Públicas da UFMA tem uma colaboração exclusivamente Norte-Sul (100%), enquanto programas como Desenvolvimento Regional e Produção Vegetal, ambos da UFT, demonstram uma colaboração significativa Sul-Sul (77,7%). Programas como de Física/UFPA e Informática/UFAM constataam uma alta porcentagem de publicações aplicadas (88,7% e 68,5%, respectivamente), indicando um foco prático e uma relevância direta para as necessidades da região. Por sua vez, o Programa de Biologia (Ecologia)/INPA se destaca entre os demais PPG da região por correlacionar seus trabalhos científicos com temas inerentes da Amazônia (Quadro 26).

A prática de publicar artigos em revistas de língua inglesa e a participação de docentes em eventos científicos internacionais estão principalmente em ambientes, onde o inglês é preponderante, enfatiza-se aqui a disseminação de uma língua através da qual a ciência historicamente foi difundida. Esse fenômeno evidencia a influência de um sistema em que os países do hemisfério Norte impuseram suas tradições e descobertas como verdades absolutas, mesmo com a possibilidade de tê-las refutadas pelos países do hemisfério Sul por meio de conhecimentos atualizados e/ou complementares (SOUSA SANTOS, 2019).

Conforme apresenta Sousa Santos (2019) ao se legitimar o saber científico em detrimento de outros conhecimentos, deixa-se de considerar outros saberes, especialmente de grupos vulneráveis e que se encontram a margem na sociedade, o que contribui para a perpetuação da injustiça cognitiva. Nessa direção, apregoa-se a necessidade da universidade ser pluriversidade, e ao realizar esse trocadilho com o radical, busca-se sinalizar a importância de se descolonizar e se abrir para os saberes silenciados. Destaca-se que para isso, é imprescindível uma mudança complexa e radical, para além do conhecimento que se é produzido nas universidades, com o intuito de que a transformação seja efetiva.

Diante do exposto, é possível entender as dificuldades que envolvem o processo de internacionalização pelas Universidades, especialmente as da Amazônia Legal, cujos entraves e limitações são explícitos, como a dificuldade em acessar políticas de internacionalização em comparação com as regiões Sul e Sudeste do país. A propagação de suas pesquisas nos domínios do Norte Global enfrenta dificuldades para se concretizarem, visto que ao apresentarem investigações imbricadas a uma realidade local/regional, na maioria das vezes, tem suas pesquisas relegadas à margem do reconhecimento no meio acadêmico dominante. Os dados coletados nesta pesquisa permitem explicitar essa realidade, haja vista o empenho de grande parte dos docentes para conseguir estabelecer redes com pesquisadores e instituições de pesquisa do Norte.

Destaca-se também que dentre os cursos de pós-graduação pesquisados, os que possuem maior visibilidade e obtiveram conceito máximo, na avaliação quadrienal da Capes, foram os que estabeleceram uma política de trabalho alicerçada na internacionalização, sobretudo, conquistando espaços em instituições de ensino superior de países Europeus e Norte Americano, como os cursos de Pós-Graduação em Biologia (Ecologia), Genética e Biologia Molecular; Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários; Física; Geologia e Geoquímica; Informática, Políticas Públicas, Ciências do Ambiente e Letras (Linguagem e Identidade). Por sua vez, os PPGs em via de internacionalização como Desenvolvimento

Regional, Ciências do Ambiente e Ciências Veterinárias tiveram mais afinidade na articulação de ações de internacionalização entre os países do Sul-Sul, o que também é incentivado por algumas áreas do conhecimento.

A pressão vivenciada pelas instituições de ensino superior, pela conquista de maior dimensão internacional e concretização de parecerias com o Norte Global, é perceptível nas análises dos currículos lattes dos docentes. Dentre os PPG pesquisados, evidenciou-se, por intermédio da análise dos currículos dos docentes, que seis deles concentram seus esforços na revisão e publicação em periódicos de impacto internacional, o que demonstra um claro empenho em atingir o conceito de internacionalização, que qualifique e possibilite novas oportunidades de crescimento, reconhecimento e investimento das agências de fomento nestes Programas. Neste compêndio, estão listados os seguintes: Genética e Biologia Molecular, Informática, Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Física, Ecologia, Geologia e Geoquímica. Vale ressaltar que os quatro primeiros receberam conceito 6 na avaliação quadrienal da Capes, enquanto os dois últimos atingiram a pontuação máxima, 7. Notavelmente, o programa Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido também obteve conceito 7, com a distinção de que tanto a revisão de periódicos ad hoc quanto as publicações se interligaram, concentrando-se em periódicos nacionais e internacionais.

Os programas de pós-graduação em Psicologia, Letras e Políticas Públicas, que estão inseridos nas áreas de concentração das humanas e ciências sociais aplicadas, destacaram-se pela concentração de revisão e publicação em periódicos (com foco em periódicos nacionais) por parte dos docentes, e receberam conceito 6 na avaliação, ao contrário dos campos previamente mencionados, cujas áreas de foco estão inseridas nas ciências exatas, ciências biológicas e química, domínios que geralmente conseguem estabelecer conexões internacionais mais amplas, devido às suas linhas de pesquisa interligadas a estudos de diversos países ou à realização de pesquisas influenciadas pelo que está sendo desenvolvido no Norte Global. Este aspecto nem sempre é observado quando se trata de pesquisas nas áreas das humanas ou ciências sociais, pois estas envolvem, em grande parte, discussões vinculadas às realidades locais, regionais e territoriais, âmbitos que nem sempre são considerados internacionalmente prioritários. Além disso, a utilização de diferentes métodos e instrumentos de pesquisa faz com que os PPG das áreas de concentração das humanas e sociais aplicadas sejam questionados quanto à cientificidade de seus trabalhos.

Em relação aos PPG com nota 5, considerados em transição, é pertinente mencionar que todos os programas se originaram na década de 2000, sendo três pertencentes a Universidade Federal do Tocantins, PPGDR, PPGCIAMB e PPGPV; um da Universidade

Federal de Mato Grosso, PPGVET; um da Universidade Federal do Amapá, PPGBIO; um da Universidade Federal do Acre, PPGLI; um Universidade Estadual de Roraima, PPGECE. A média de docentes permanentes por PPG foi de 14,8, enquanto a média dos PPGs internacionalizados foi de 30,2.

Observa-se ainda que os desafios da internacionalização perpassam pelo planejamento estratégico desses programas, alguns com maiores avanços, como é o caso do PPGPV e PPGBIO, com intenso investimento em publicações e participação na revisão de periódicos internacionais como ad hocs. Nessa direção também se encontram os PPGCIAMB e PPGVET com concentração de publicação e revisão em periódicos nacionais e internacionais. Quanto aos demais, os investimentos acadêmicos mais intensos ocorreram ainda, em publicações em periódicos de ordem nacional, porém com impacto, como exposto no Quadro 27, na sequência.

Quadro 27 - Comparativo entre alguns PPG da Amazônia Legal com nota 5

Programa	Universidade	Revisão e Publicação de Periódicos	Bolsista Produtividade	Ano de Criação
Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Regional – PPGDR	UFT	Concentrada em revistas nacionais	31,25%	2007
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente - PPGCIAMB	UFT	Concentrada em tanto nacionais como internacionais	6,25%	2003
Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal - PPGPV	UFT	Concentrada em revistas internacionais	35,71%	2006
Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias - PPGVET	UFMT	Concentrada em tanto nacionais como internacionais	35,71%	2007
Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical - PPGBIO	UNIFAP	Concentrada em revistas internacionais	30%	2006
Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLI	UFAC	Concentrada em revistas nacionais	0%	2006
Programa De Pós-Graduação Em Ensino De Ciências - PPGECE	UERR	Concentrada em revistas nacionais	0%	2012

Outra variável analisada foi correspondente ao alcance pelos docentes de bolsa de produtividade do CNPq, em que se observa baixa obtenção deste grupo, alcançando menos de 35,71% dos PPG, destaque para o PPGPV, PPGVET e PPGDR, sendo que em alguns programas, nenhum profissional foi contemplado, como do PPGLI e PPGECC.

A participação dos docentes em Associação/Sociedade também possui baixo percentual ou ausência desses tipos de vínculos. Dentre os programas em que os docentes são membros dessas instituições, estão o PPGDR e PPGBIO.

Essas constatações estão dentro do que é exposto de maneira recorrente na obra de Sousa Santos (2013), no qual explana que impera ainda uma monocultura do saber, em contraponto ao reconhecimento de multiculturalidade, típicas de povos não brancos, que não encontram espaços de diálogos no conhecimento eurocentrado.

Com isso, a cooperação Sul-Sul é reconhecida como uma forma significativa de fortalecer a capacidade das universidades dos países em desenvolvimento para aprimorar e diversificar suas demandas de cooperação internacional. Por intermédio da cooperação supracitada, as instituições podem estabelecer parcerias com outras universidades de países com características semelhantes, a fim de compartilhar conhecimentos, habilidades, experiências e recursos, em conformidade com as diretrizes preconizadas pelas agências de fomento, com vistas ao alcance de posições que promovam maior impacto científico. Como apregoa Sousa Santos (2019) é necessário recorrer a novas epistemologias, que conduzam ao florescimento de um pensamento alternativo, capaz de revigorar as lutas contra as opressões historicamente vivenciadas pelos países do Sul Global.

Por isso, na área da educação superior, a cooperação Sul-Sul pode desempenhar um papel essencial na internacionalização das universidades localizadas em regiões com aguçada desigualdade. Tais universidades muitas vezes enfrentam desafios significativos, como falta de recursos, infraestrutura limitada e menor visibilidade internacional. Por meio desse tipo de cooperação, as instituições podem fomentar e viabilizar a troca de conhecimentos entre docentes e discentes, colaboração em pesquisas compartilhadas, desenvolvimento de programas acadêmicos colaborativos, intercâmbio de boas práticas e capacitação institucional. Essa forma de cooperação pode aprimorar a qualidade e a relevância da educação superior, promovendo a diversidade cultural, a colaboração acadêmica e o desenvolvimento regional entre os países envolvidos, principalmente com os países limítrofes da Amazônia Legal.

No contexto da desigualdade global, a cooperação Sul-Sul é vista como uma alternativa aos modelos tradicionais de cooperação internacional, que muitas vezes refletem relações assimétricas de poder. Ao concentrar os esforços na solidariedade entre países do Sul

Global, essa abordagem busca promover uma distribuição do conhecimento de forma equitativa e estimular a participação ativa de todos os envolvidos na construção de um sistema de educação superior mais abrangente e acessível.

Neste sentido, a concepção de ‘epistemologia do Sul’ explorada por Sousa Santos (2016, 2018) ultrapassa a noção geográfica e se refere aos desafios epistêmicos que buscam reparar as desvantagens e desigualdades consequente das relações coloniais. Essa ideia de Norte-Sul já havia sido destacada por Freire (2005) ao utilizar o termo ‘sulear’ para enfatizar a importância de compreender os oprimidos a partir da região geográfica em que se encontram. Dessa forma, esse termo direciona o olhar para as discrepâncias causadas pela predominância de uma ciência voltada para atender aos interesses dos países do Norte. Ao mesmo tempo, é uma tentativa de dar visibilidade não apenas às potencialidades do Sul, mas também às suas perspectivas e óticas, de forma antagônica à fundamentação eurocêntrica que considera o Norte como uma orientação universal.

Essa tendência a homogeneização da ciência e de sua condução, pode ocasionar sérios desafios para as universidades, sobretudo daquelas que estão localizadas em regiões mais periféricas, que para se adequarem, precisam dispensar grande esforço cotidiano para alcançar o reconhecimento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão, comprovados em parte, pela capacidade de internacionalização.

O melhor desempenho das universidades representa uma série de benefícios como, por exemplo, o alcance de maior aporte de recursos do governo federal e de agências financiadoras, indispensáveis para conduzir toda dinâmica de trabalho realizado; acrescenta-se a isso, a obtenção de melhorias estruturais, contratação dos servidores em nível técnico e superior e financiamento contínuo para as pesquisas. O entrave é que a falta de adequação das instituições de ensino, aos parâmetros estabelecidos pelo Norte Global, acarretaria o risco destas não avançarem em termos de aportes financeiros, humanos e estruturais, o que as subjugaria a uma situação alienante do conhecimento produzido.

Outro ponto a ser considerado refere-se às demandas impostas aos membros dos PPG, relacionadas à produtividade acadêmica em geral. Isso inclui critérios como a publicação e revisão ad hoc de trabalhos científicos em língua estrangeira, substancialmente em inglês, orientação de alunos pelos docentes permanentes, participação e organização de eventos acadêmicos, especialmente com colaborações internacionais, entre outras variáveis. Essas exigências impactam diretamente a rotina produtiva dos profissionais resultando em uma sobrecarga de trabalho. Isso ocorre em virtude da lógica operacional das universidades, que enfrentam uma realidade cada vez mais voltada para a lógica produtivista, especialmente na

busca por captação de recursos, diante das significativas reduções financeiras e orçamentárias enfrentadas pelas instituições de ensino superior nos últimos anos.

Dentre os indicadores que evidenciam um desempenho sólido e a visibilidade dos PPG, destaca-se a concessão de bolsas de produtividade, seja do CNPq ou de Fundações de Amparo à Pesquisa de âmbito estadual, aos docentes. No entanto, para alcançar esse patamar, é necessário que os docentes tenham expressiva qualidade nas publicações de alto impacto, formem outros pesquisadores, especialmente de doutorado, além de se destacarem entre os pares, com reconhecimento de sua contribuição, em esfera nacional e internacional, na área de conhecimento em que atuam. Nos PPG analisados, dentre os que efetivaram maiores parcerias internacionais - Genética e Biologia Molecular; Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários; Física; Geologia e Geoquímica; Ecologia - se encontram o quantitativo de docentes que mais obtiveram bolsa produtividade.

Os conceitos apresentados por Santos (2016, 2018, 2019), conduzem a uma série de indagações acerca da corrida dos PPG rumo as notas de excelência (6 e 7), tais como: 1) Quais são os possíveis impactos dos programas de pós-graduação da Amazônia Legal no desenvolvimento regional? 2) O que é relevante para a ciência: Saberes diversificados dos territórios ou a expertise fundamentada e aplicada no contexto do Norte Global? 3) Após atingir o estágio de internacionalização, quais temas e áreas de conhecimento são relevantes para pesquisas vindouras?

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) foi elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em atenção à Lei Complementar nº 124/2007 e em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disposta no Decreto nº 9.810/2019, além de outras normas legais vigentes com a proposta de nortear as políticas públicas na Amazônia, visando a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais (SUDAM, 2023).

Segundo dados da Sudam (2023), os principais desafios da Amazônia Legal, além da questão ambiental, estão relacionados à infraestrutura logística, desenvolvimento produtivo pautado na bioeconomia, pesquisa e inovação, fontes alternativas de energia, acesso à internet em áreas remotas, trabalho informal, acesso a saneamento básico, educação e saúde de qualidade.

Ao considerar a atual realidade e com foco na preservação dos elementos amazônicos e seu entorno, é essencial formular políticas públicas e estratégias que promovam o desenvolvimento e a preservação da região, salvaguardando o bem-estar das comunidades locais e a conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, a Sudam elaborou o PRDA

juntamente com outros atores da sociedade civil para proposição de ações e políticas no período compreendido de 2024 a 2027, embasados nos princípios de sustentabilidade, inclusão social e governança compartilhada (SUDAM, 2023).

Entre as proposições, destaca-se o enfoque no uso sustentável da biodiversidade como um catalisador para o desenvolvimento regional, promovendo a geração de emprego e renda. O reforço das cadeias produtivas relacionadas à bioeconomia, a reutilização de áreas impactadas pela atividade humana, o estímulo ao turismo ecológico e à sociobiodiversidade, através da adoção de tecnologias sustentáveis ou sociais, emergem como estratégias para impulsionar o progresso na Amazônia Legal. Em essência, a diversidade, em suas diversas manifestações, representa uma fonte abundante de oportunidades para o avanço da região (SUDAM, 2023).

No eixo do PRDA intitulado “Pesquisa, Inovação e Educação” foram diagnosticadas baixas taxas de escolarização e um mercado de trabalho pouco dinâmico nos estados que compõem a Amazônia Legal. Um dos principais desafios para conceber e aplicar medidas eficazes no desenvolvimento da Amazônia é o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, de forma integrada à rica sociobiodiversidade amazônica. Para enfrentar os desafios regionais, é de suma importância direcionar investimentos para programas de capacitação e formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a região amazônica, como biotecnologia, energias renováveis e tecnologias sustentáveis. Essa abordagem viabilizará a preparação de profissionais capacitados e qualificados, capazes de impulsionar o desenvolvimento de soluções tecnológicas alinhadas as necessidades e peculiaridades da realidade amazônica (SUDAM, 2023)

A Amazônia Legal tem sido objeto empírico de pesquisas científicas em áreas como biologia, ecologia, climatologia e outras correlatas às questões ambientais e da biodiversidade. Esses estudos visam aprofundar o conhecimento sobre os ecossistemas amazônicos, compreendendo suas interações com o clima global, os desafios enfrentados pela biodiversidade e os impactos das atividades humanas, como desmatamento e mudanças climáticas. Além disso, os estudos buscam desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras para preservar e gerir a região de maneira eficaz (SUDAM, 2023).

Indo a este encontro, conforme apresentado no Quadro 28, verificou-se que dentre os PPG internacionalizados e os que estão em via de internacionalização, sete (Ecologia; Geologia e Geoquímica; Genética e Biologia Molecular; Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários; Ciências do Ambiente; Produção Vegetal; Biodiversidade Tropical) estão contribuindo para encontrar soluções para os desafios inerentes às questões ambientais e da

biodiversidade da Amazônia Legal. Enquanto outros três PPG estão relacionados às questões do desenvolvimento regional. Citam-se: Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido; Políticas Públicas e o Desenvolvimento Regional. Já os demais PPG (Psicologia, Física, Letras, Informática, Ciências Veterinárias e Ensino em Ciências) contribuem para com o avanço científico em suas respectivas áreas de conhecimento, não necessariamente tratando de temas afins ao contexto da Amazônia Legal.

Quadro 28 – Contribuição dos PPG para os desafios da Amazônia Legal.

Programa	Universidade	Nota Capes	Desafios
Ecologia	INPA	7	Ecologia de Comunidades; Ecologia de Ecossistemas; Ecologia de Populações; Ecologia de Organismos; Ecologia Humana; Ecologia Evolutiva e Biogeografia; Conservação e manejo dos recursos naturais da Amazônia.
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	UFPA	7	Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário; Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas; Gestão de Recursos Naturais; Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.
Geologia e Geoquímica	UFPA	7	Análise de Bacias Sedimentares; Geologia Marinha e Costeira; Geocronologia e Geoquímica Isotópica; Mineralogia e Geoquímica; Evolução Crustal e Metalogênese.
Genética e Biologia Molecular	UFPA	6	Bioinformática; Genética Animal; Genética Humana e Médica; Genética Molecular e de Micro-organismos e Genética Vegetal.
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	UFPA	6	Genética do Hospedeiro Humano; Imunologia; Microbiologia; Parasitologia, Biologia e Controle de Vetores e Virologia.
Psicologia	UFPA	6	Fenomenologia: Teoria e Clínica; Psicanálise: Teoria e Clínica; e Psicologia, Sociedade e Saúde.
Física	UFPA	6	Simulação e Modelagem; Propriedades Físicas da Matéria Condensada; Produtos Naturais da Amazônia; Física Matemática e Teoria de Campos; Física em Espaços-Tempos Curvos, Modelos Análogos.
Letras	UFPA	6	Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais; Ensino e aprendizagem de Línguas/Culturas; Línguas e Cosmologias Indígenas.
Informática	UFAM	6	Sistemas Computacionais, Software, Interação e Aplicações; e Inteligência Computacional e Ciência de Dados.
Políticas Públicas	UFMA	6	Estado, Cultura e Políticas Públicas; Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; Estado, Questão Urbana e

			Políticas Públicas; Estado, Trabalho e Políticas Públicas.
Desenvolvimento Regional	UFT	5	Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional; e Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.
Ciências do Ambiente	UFT	5	Biodiversidade e Recursos Naturais; e Natureza, Cultura e Sociedade.
Produção Vegetal	UFT	5	Fitotecnia: grandes culturas, silvicultura, forragicultura, horticultura; Manejo do solo e da água; Melhoramento genético vegetal; Fitossanidade: entomologia, fitopatologia e plantas daninhas.
Ciências Veterinárias	UFMT	5	Clínica Médica e Cirúrgica dos Animais Domésticos e Silvestres, que contempla duas linhas de pesquisa, a saber: Clínica Médica e Reprodução de Animais Domésticos e Silvestres; e Clínica Cirúrgica Anestesiologia de Animais Domésticos e Silvestres; Diagnóstico, Epidemiologia e Controle de Doenças de Animais Domésticos e Silvestres; e Patologia Animal.
Biodiversidade Tropical	UNIFAP	5	Caracterização da Biodiversidade; Gestão e Conservação da Biodiversidade; e Uso Sustentável da Biodiversidade.
Letras	UFAC	5	Língua(gens) e Formação Docente; e Culturas, Narrativas e Identidades Amazônicas.
Ensino de Ciências	UERR	5	Métodos Pedagógicos e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências; Espaços não Formais e a Divulgação Científica no Ensino de Ciência.

Existe uma crítica que as instituições de Ciência & Tecnologia sediadas na Amazônia Legal não conseguem se afastarem dos temas “verdes”, ligados às questões ambientais e, por isso, têm dificuldades de pesquisar temáticas que são demandadas em termos globais, em parte devido a este tipo de direcionamento (SUDAM, 2023). Prova disso, é que a maioria dos PPG internacionalizados tem foco em estudos ambientais e/ou na biodiversidade regional endêmica da Amazônia Legal e tem buscado contribuir com a proposição de soluções para os desafios socioeconômicos e científicos da região. Destarte, esses PPG internacionalizados têm papel privilegiado na região ao formar recursos humanos qualificados e simultaneamente atenderem aos temas regionais e globais.

Sousa Santos (2019) corrobora no debate com o conceito de epistemologia do Sul ao destacar a importância dos PPG em reconhecer e valorizar os saberes locais e experiências historicamente marginalizados no sentido de promover a internacionalização desde que se visualizem os problemas locais para a promoção do desenvolvimento regional.

A construção de projetos de internacionalização para instituições de ensino superior localizadas em regiões com acentuadas desigualdades, demanda problematizar e ressignificar

os propósitos da educação, o papel da universidade e do conhecimento produzido por ela na contemporaneidade, com foco no interesse regional. Isso requer esforços cooperativos estáveis e duradouros por parte dos sujeitos em rede da pós-graduação que compõem os diversos coletivos envolvidos (FARIAS; OLIVEIRA; PELOSO, 2021). Trata-se, portanto, de indicar a construção dialógica e crítica do conhecimento, privilegiando ambientes de aprendizagem horizontais e solidários, que viabilizem o fomento de saberes diversos, por meio de diferentes formas de internacionalização.

4.8 Considerações finais

O estudo aqui empreendido demonstrou que existem obstáculos consideráveis para que os PPG alcancem maior autonomia e liberdade em suas ações ainda em função da intensa demanda por uma atuação, nos moldes impostos pelos países eurocêntricos. Essa subserviência, implica em desafios para que os programas consigam obter melhores classificações e conceitos, devido ao fato de possuírem realidades específicas e atuarem dentro de um contexto social, econômico e político também peculiares. Dentre os 448 programas de pós-graduação existentes na Amazônia Legal, somente dez obtiveram classificações entre 6 e 7, na última avaliação quadrienal da Capes. Desta maneira, verificou-se que os programas que não se enquadram as determinações impostas pelos países do Norte Global, sofrem limitações de funcionamento e de aprimoramento em suas atividades confirmando a assimetria que existe entre os PPG internacionalizados e os que estão em transição para um perfil internacionalizado.

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, a conclusão deste entendimento sobre a internacionalização da universidade, a cooperação Sul-Sul e a construção de conhecimento evocam a uma transformação profunda nos paradigmas educacionais e científicos. O referido autor propõe uma ruptura com a hegemonia eurocêntrica, destacando a importância de se reconhecer e valorizar os saberes e experiências, historicamente marginalizados.

A universidade, segundo essa visão, deve ser um espaço de pluralidade, diálogo e resistência às opressões históricas. A abertura ao conhecimento diversificado e a participação ativa de grupos sociais tradicionalmente excluídos são fundamentais para a construção de uma cultura democrática e inclusiva.

A cooperação Sul-Sul emerge como uma alternativa às relações assimétricas de poder presentes nos modelos tradicionais de cooperação internacional. Essa abordagem contribuiu para refletir sobre a necessidade de distribuição equitativa do conhecimento, em busca do

fortalecimento das capacidades das universidades nos países em desenvolvimento. A internacionalização, nesse contexto, não deve ser apenas uma busca por padrões preestabelecidos pelo Norte Global, mas uma oportunidade para a criação de uma epistemologia do Sul que respeite e valorize as diversas formas de conhecimento.

O processo de internacionalização das universidades no contexto da Amazônia Legal representa não apenas uma busca por reconhecimento externo, mas uma oportunidade para redefinir o papel da região no cenário global dada suas especificidades em relação às demais regiões brasileiras. A construção de parcerias internacionais em rede deve ser pautada para além da troca de conhecimentos, ou seja, deve primar também pela valorização das identidades locais e promoção de uma ciência que respeite a diversidade cultural e social.

Em síntese, a visão de Boaventura de Sousa Santos instiga a repensar a maneira como é concebido e praticado o conhecimento científico, bem como reconhecer o papel das universidades na sociedade. Os argumentos do autor sugerem que não há intenção de substituir epistemologias, tampouco de inverter as posições do Norte e do Sul. O destaque consiste no reconhecimento de que o objetivo não é extinguir as diferenças entre o Norte e o Sul, mas sim minimizar a centralidade das hierarquias de poder que permeiam essas distinções.

Ao analisar o processo de internacionalização dos PPG da Amazônia legal, constatou-se que parte das produções científicas já são veiculadas em língua inglesa, em atenção aos critérios de veiculação internacional, assim como é apregoado pelas agências de fomento. O que difere entre os PPG é a quantidade de publicações em revistas de alto impacto.

Aos Programas com notas 5, em transição para um perfil internacionalizado, uma estratégia pertinente seria primeiramente estabelecer/fortalecer a cooperação entre os países do Sul para que, tendo aprimorado as ações de internacionalização entre si, possam galgar proporções maiores e conseguir espaço e reconhecimento entre os países do Norte.

Para alcançar referência internacional, as universidades têm passado por reestruturações com vistas a atender às demandas sociais, políticas e econômicas, de acordo com o contexto em que estão inseridas. Contudo, é importante considerar que em regiões economicamente periféricas, os desafios são ainda maiores.

Verificou-se, ainda no estudo, que a maioria dos PPG analisados tem buscado propor soluções aos desafios da Amazônia Legal, principalmente, por meio de estudos estratégicos relacionados as questões ambientais e da biodiversidade regional endêmica. Isto comprova que os PPG internacionalizados têm dialogado simultaneamente com temas regionais e

globais, indo ao encontro do estabelecimento da cooperação Sul-Sul, como apregoado por Sousa Santos (2016).

A internacionalização das universidades da Amazônia Legal também pode impactar positivamente no desenvolvimento econômico e social da região. Por intermédio de parcerias e colaborações em rede com instituições internacionais, há o aumento do potencial de atração de investimentos, fomento do empreendedorismo e estímulo à criação de negócios inovadores. Além disso, a visibilidade internacional da região amazônica, como um centro de conhecimento e pesquisa pode impulsionar o turismo científico e cultural, gerando emprego e renda para as comunidades locais.

No entanto, é importante ressaltar que a internacionalização das universidades na Amazônia Legal necessita acontecer de forma responsável e sustentável. É essencial garantir o respeito aos conhecimentos tradicionais e às comunidades locais, de maneira a promover a inclusão e a participação ativa desses grupos nas atividades acadêmicas e de pesquisa. Além disso, é fundamental que a internacionalização esteja alinhada com a conservação e preservação da biodiversidade amazônica, evitando impactos negativos e com foco também na busca de soluções que promovam o desenvolvimento regional sustentável.

Portanto, a Amazônia Legal também possui potencial para contribuir com a internacionalização das universidades brasileiras. Esta, pode ocorrer também por meio do intercâmbio de conhecimento, da formação de recursos humanos qualificados e da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico de temas inerentes à região, pelos quais as universidades podem desempenhar papel fundamental na valorização e conservação das particularidades regionais, através de práticas de internacionalização que privilegiem a cooperação Sul-Sul indo ao encontro de minimizar os problemas locais e, simultaneamente, colaborando para com a melhoria da qualidade dos PPG.

REFERÊNCIAS

- AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v.31, n.90, p.75-87, 2017.
- ALARIO, A. F.; LÁZARO, F.; MINEO, J. R.; KANTORSKI, L. P. JÚNIOR, N. O.; ROSA, M. C.; JUNIOR, A. B. **Grupo de Trabalho Internacionalização: Relatório e Recomendações**. Brasília: Capes, 2019. 12 p.
- ALTBACH, P. Globalization and the University: Myths and Realities in the Unequal World. **Tertiary Education and Management**, Lancaster, UK, 2004.
- ALTBACH, P. G; KNIGHT, J. Visión panorámica de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. **Perfiles educativos**, v. 28, n. 112, p. 13-39, 2007.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. **Análise evolutiva e comparativa**: indicadores Amazônia Legal e de seus estados agrupados por tema. 2023. Disponível em: <https://amazonialemdados.info/dashboard/pre-perfil.php>. Acesso em: 09 out. 2023.

BECKER, B. K. Serviços Ambientais e Possibilidades de Inserção da Amazônia no Século XXI. **T&C Amazônia**, v. 1, p. 15-30, 2007.

BOISIER, S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Talca, CL: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

BORGES, G. R; AMAL, M. Internacionalização de cursos *stricto Sensu*: uma investigação sobre a distância psíquica e as práticas adotadas. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 260-281, 2016.

BRAUN, M. B. S.; STRASSBURG, U.; GALANTE, V. A.; OLIVEIRA, N. M. A economia do conhecimento: da teoria capital humano à economia do conhecimento e o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Revista Orbis Latina**, v. 4, p. 75-95, 2014.

CARVALHO, E. S. **A efetivação da política de internacionalização na pós-graduação em educação (2013–2016)**. 220f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2021.

CASTRO, I. S. P; SANTOS, R. B. N; FERNANDES, D. A; XAVIER, C. A; BASTOS, A. P; SERRA, M. A. O papel da terceira missão em regiões periféricas: o caso do apoio da Universidade Federal do Pará ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (2009-2015). IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 155-188.

COÊLHO, V. L. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). In: NETO, A.M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A. (Org). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017a. 475 p.

COÊLHO, V. L. P. Novas realidades regionais: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. In: NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A. (Org). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017b. 475 p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela Capes. Brasília: Capes, 2017.

COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F. The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, p. 120284, 2020.

DAL-SOTO, F; ALVES, J. N; SOUZA, Y, S. A produção científica sobre internacionalização da educação superior na Web Of Science: características gerais e metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.4, p. 229-249, 2016.

EDUCATION FIRST. **English Proficiency Index**. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DLMOV> Acesso em 13 mar. 2024.

FARIAS, N; OLIVEIRA, M. R; PELOSO, F. C. Internacionalização da Educação Superior - Internacionalización de la educación superior: olhares do Sul. **Revista nuestrAmérica**, v.9, n.17, p.1–20, 2021.

FÓRUM DAS CIDADES. **Desenvolvimento territorial**. 2023. Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-territorial>. Acesso em: 05 set. 2023.

FUZA, A. F. O papel da língua inglesa na publicação acadêmico-científica: reflexões teóricas e o caso dos cursos de escrita on-line brasileiros. **Signótica**, v.29, n.2, p. 302-328, 2017.

GEOCAPES - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS. **Indicadores pós-graduação**. 2023. Disponível em <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>. Acesso em: 19 de out.2023.

GUIMARÃES. F. F; FINARDI, K. R. Interculturalidade, internacionalização e intercompreensão: qual a relação? **Ilha do Desterro**, v.71, n.3, p.15-37, 2018.

HADDAD, P. R. Universidades e Desenvolvimento Regional. IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p.19-26.

HAEFFNER, C; ZANOTTO, S. R; GUIMARÃES, J. A. Internacionalização da universidade brasileira: desafios e perspectivas na busca pelo padrão de universidade de classe mundial. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.17, n. 37, 2021.

HSU, C; PEREIRA, A. Internationalization and performance: The moderating effects of organizational learning. **Omega**, v.36, n.2, p. 188-205, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Amazônia Legal**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 17 out.2023.

JONES, E.; DE WIT, H. Globalization of internationalization: thematic and regional reflections on a traditional concept. **The International Journal of Higher Education and Democracy**, Albany, v.3, p. 35-54, 2012.

KEMPTON, L. Solução milagrosa ou o ouro dos tolos? O papel das universidades nos sistemas regionais de inovação. IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 53-82.

KNIGHT, J. Five Myths about Internationalization. **International Higher Education**, Boston, v. 62, p.14-15, 2012.

LUCE, M. M; FAGUNDES, C. V; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, v.21, n.2, p. 317-339, 2016.

MARRARA, T; RODRIGUES, J. A. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 121 - 143, 2009.

MATTOS, L. K. **A internacionalização da pós-graduação brasileira: investimento e avaliação na área de ciências sociais aplicadas**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2018.

MONJANE, Boaventura. ‘There is an abyssal line’: reflections on the epistemologies of the South and the audacity to sing them. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Portugal, v. 24, n. 86, p. 227-233, 2019.

MORA, J.G; SERRA, M; VIEIRA, M. J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 123-154.

NETO, A. M; COSTA, M. A; CONSTANTINO, G. M. R; MENDES, C; GALINDO, E. P. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A. (Org). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 475 p.

OLIVEIRA, R. A; PAES-DE-SOUZA, M; MENÉNDEZ, T. D. R; FILHO, T. A. S. Desenvolvimento regional sustentável na Amazônia Legal e os objetivos do milênio. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.15, n.7, Edição Especial, p. 198-214, 2019.

PANTOJA, K. N. C. **Pós-graduação e produção acadêmica na Amazônia**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2022.

PICININ, C.T; PILATTI, L. A; KOVALESKI, J. L; PEDROSO, B; CARVALHO, A. P. Trajetória da pós-graduação e do fomento à pesquisa no Brasil. **Espacios**, v. 33, n.8, p.1-18, 2012.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Programa de Governança Colaborativa de Informações da Pós-Graduação (GoPG)**. 2024. Disponível em: <<https://sucupira-beta.capes.gov.br/sucupira4/>>. Acesso em 10 jan. 2024.

PIRES, E. L. S; FUINI, L. L; FILHO, W. B. F; MENDES, E. L. A Governança Territorial Revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 41, p.24-38, 2017.

SANTIN, D. M; VANZ, S. A. S; STUMPF, I. R. C. Internacionalização da produção científica em Ciências Biológicas da UFRGS: 2000-2011. **TransInformação**, Campinas, v.27, n.3, p. 209-218, 2015.

SCHNEIDER, M. B. S.; STRASSBURG, U; GALANTE, V. A; OLIVEIRA, N. M. A economia do conhecimento: da teoria capital humano à economia do conhecimento e o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Revista Orbis Latina**, v. 4, p. 75-95, 2014.

SHIN, J.C.; TEICHLER, U. The Future of The Post-Massified University at the Crossroads. SHIN, J.C.; TEICHLER, U. (Eds.). **Restructuring Systems and Functions**. Springer, 2014.

SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional. IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p.31-52.

SOUSA SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, v.18, n.43, p.24-56, 2016.

SOUSA SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 477 p.

SOUSA SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Esencial. Meneses et al. (ORG). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. 688 p.

SOUSA SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South**: justice against Epistemicide. Londres: Paradigm Publishers, 2014.

SOUSA SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, p.3-46, 2007.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Boletim Amazônia**: indicadores da educação superior. Belém: SUDAM, n.2, 2020, p.1-87.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Boletim Amazônia**: indicadores da educação superior. Belém: SUDAM, n.1, 2019, p.25-39.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024 -2027**. Belém: SUDAM, 2023.

TOSTA, H.T; STALLIVIERI, L; TOSTA, K.C. A internacionalização da educação superior: uma análise do processo em curso na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Sinergia**: Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, v.20, p.36-46, 2016.

VILA, L. E. Abordagens micro e macro para o papel das universidades no desenvolvimento regional. IN: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A. P. (Orgs.). **Universidades e Desenvolvimento Regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 83-122.

WENDE, M. Van der. Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms. **Higher Education Policy**, London, v. 14, p. 249-259, 2001.

WITTER, G. P. Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional – pesquisador. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.57, n.126, 2007.

YONEZAWA, A. The internationalization of the university as a response to globalization: an east Asian perspective. In: SHIN, J. C; TEICHLER, U. (Orgs.). **The future of the post massified university as the crossroads**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 59-71.

5. CONCLUSÕES

A presente tese abordou a questão da internacionalização dos Programas de Pós-Graduação na Amazônia Legal, destacando sua relevância para o avanço acadêmico e científico da região, sob a perspectiva do desenvolvimento regional. A internacionalização tem se mostrado uma estratégia significativa adotada pelas universidades para atender às necessidades regionais, promover a construção do conhecimento científico e tecnológico, e está cada vez mais presente na agenda política nacional, visando ampliar a visibilidade dos PPG por meio de produções científicas de alto impacto, parcerias, mobilidade acadêmica e disseminação do conhecimento, ultrapassando barreiras linguísticas e de ordem global. No entanto, apenas 0,44% dos PPG da Amazônia são considerados internacionalizados, visto que PPG com notas 6 e 7 estão neste patamar de referência. Por isso a importância de conhecer este objeto empírico e suas especificidades.

A escolha da Amazônia Legal como objeto empírico desta pesquisa se justifica por sua rica biodiversidade e diversidade cultural, todavia a região enfrenta significativas desigualdades socioeconômicas e científicas, o que desperta interesse de pesquisadores e acadêmicos de todo o mundo. Estatísticas confirmam as dificuldades da região em atrair e reter doutores e pesquisadores qualificados, por exemplo. Embora haja um crescimento na oferta de cursos de pós-graduação na Amazônia Legal, os indicadores ainda são relativamente baixos em comparação com outras regiões do Brasil. Com isso, é crucial que o ambiente institucional das universidades estimule pesquisas relacionadas às demandas regionais, concomitantemente com as demandas das agências de fomento, relacionada às forças centrípetas, a fim de promover o processo de internacionalização dos PPG.

O primeiro objetivo específico da tese, “analisar as políticas públicas para a internacionalização do ensino superior na Amazônia brasileira”, baseado em uma revisão sistemática, observou-se a falta de pesquisas sobre o tema na literatura nos últimos anos, indicando a necessidade de mais investimentos em estudos desta natureza para impulsionar o processo de internacionalização na região. A partir desta lacuna identificada, destaca-se a importância de expandir as pesquisas desta natureza para embasar as decisões dos gestores públicos na formulação de políticas públicas direcionadas para a Amazônia Legal. Trata-se, assim, de abordar as especificidades da região, marcada pela exclusão socioeconômica e científica em comparação com outras regiões do Brasil, especialmente o Sul e o Sudeste.

Afinal, é fundamental adotar medidas específicas para desenvolver ações eficazes de internacionalização, considerando o ambiente competitivo do ensino superior no Brasil.

Apesar da importância das políticas públicas, desafios estruturais, como a falta de profissionais capacitados para gerir os PPG, podem comprometer sua eficácia. O acesso das universidades às políticas públicas pode reduzir as disparidades na região e impulsionar a internacionalização do ensino superior regional. No entanto, as políticas atuais ainda não estão adequadas à realidade da Amazônia Legal, e a implementação efetiva dessas políticas enfrenta desafios, como foi o caso de não ter tido nenhuma instituição de ensino superior da região contemplada no Capes Print, último edital específico para promover a internacionalização na pós-graduação. Por ora, é necessário considerar as desigualdades regionais e socioeconômicas para garantir que todos tenham acesso à internacionalização, evitando a concentração de recursos em determinadas regiões.

As políticas nacionais de internacionalização devem ser periodicamente revisadas e aprimoradas, levando em conta as necessidades das instituições de ensino superior e da região. É importante que a internacionalização seja vista como um processo contínuo em busca da excelência acadêmica, priorizando o desenvolvimento científico e tecnológico do país e promovendo a inclusão de grupos marginalizados. Para alcançar esses objetivos na Amazônia Legal, é crucial fortalecer a cooperação entre instituições de ensino, agências de fomento e governos, além de investir em infraestrutura e suporte adequados. A internacionalização deve ser vista como um processo transformador, contribuindo para melhorias para a sociedade a partir da formação de recursos humanos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional.

O segundo objetivo específico: “analisar os discursos acadêmico-científicos voltados às práticas de internacionalização dos Programas de Pós-graduação” por meio dos relatórios da última avaliação quadrienal da pós-graduação brasileira elaborado pela Capes, verificou-se que a partir dos discursos-acadêmico das áreas do conhecimento sobre a internacionalização da pós-graduação, alguns pontos principais emergem. Inicialmente, a análise dos dados sobre internacionalização na pós-graduação revelou não apenas variações significativas nas abordagens adotadas por diferentes áreas, mas também instiga reflexões sobre os fatores que influenciam essas estratégias e como podem ser aprimoradas para promover uma presença internacional mais robusta e colaborativa em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, a ponderação dos critérios de internacionalização na avaliação da pós-graduação pela Capes em cada área propõe uma análise do seu peso relativo e impacto no cenário acadêmico, destaque para a área de Psicologia que tem 60% de peso para ações de internacionalização.

Ao ser considerados os critérios para a internacionalização, o papel do Qualis destaca-se como um importante guia para métricas de impacto global, influenciando a publicação de

docentes e discentes em periódicos bem classificados e, por conseguinte, contribuindo para uma avaliação da qualidade da pesquisa realizada e sua difusão em escala global. No entanto, é necessário explorar mais o potencial das ações de cooperação entre países da América Latina e da África, seguindo uma abordagem de cooperação Sul-Sul, aproveitando a proximidade geográfica e cultural para impulsionar a internacionalização. Embora algumas áreas mencionem essa possibilidade em relatórios da Capes, é crucial evitar assimetrias regionais ou epistemológicas específicas ao incentivar políticas de internacionalização, garantindo que beneficiem também regiões com desigualdades, em contraposição ao favorecimento de instituições do Sul e Sudeste do Brasil no edital Capes-Print.

As barreiras linguísticas representam também um desafio significativo. Estratégias para promover o uso de outros idiomas na escrita de publicações e a participação em disciplinas online são fundamentais para superá-las. Contudo, existem preocupações sobre o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais devido à internacionalização, assim como a mercantilização da educação devido às exigências de produtividade. Nesse contexto, é essencial que o discurso acadêmico-científico das grandes áreas do conhecimento esteja alinhado com as políticas de internacionalização da Capes, priorizando a mobilidade acadêmica, a cooperação técnico-científica e a publicação em revistas de alto impacto em inglês, desde que também atenda às especificidades da Amazônia Legal.

Apesar de nem todos os enunciados dos relatórios de avaliação da pós-graduação estarem alinhados com as práticas dos PPG, principalmente os que estão em transição (nota 5), é notável que estes, gradativamente, estão buscando cumprir com o que é proposto pelas agências de fomento. Isso reflete uma postura responsiva e ativa na adaptação às exigências de internacionalização, especialmente diante dos desafios enfrentados pela Amazônia Legal para superar desigualdades e obstáculos no desenvolvimento regional, visando reduzir as disparidades socioeconômicas em relação a outras regiões do país. As agências de fomento desempenham um papel crucial ao orientar as melhores práticas de produção e disseminação do conhecimento, tornando essencial a conformidade dos produtos técnico-científicos desenvolvidos pelos PPG com suas diretrizes. Isso evidencia a influência da força centrípeta, que se manifesta na estabilização e padronização dos processos acadêmicos. Paralelamente, a busca pela internacionalização impulsiona o desenvolvimento de competências necessárias para prosperar em um mundo interligado e diversificado, sendo uma força centrífuga essencial para capacitar profissionais a enfrentar os desafios globais.

Ao retomar o segundo objetivo específico desta tese: “analisar as práticas de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal e a sua relação com o conceito de

epistemologia do Sul”, observou-se que há desafios significativos para a pós-graduação da região. Infere-se a partir desta pesquisa que os PPG enfrentam dificuldades para alcançar maior autonomia devido à pressão por seguir padrões eurocêtricos, o que prejudica sua classificação no decorrer da avaliação da Capes. Apenas um pequeno número de PPG obteve notas referentes a um perfil de internacionalização, demonstrando uma assimetria entre os PPG internacionalizados e os que estão em processo de transição para se consolidarem e se tornarem internacionalizados.

Boaventura de Sousa Santos contribuiu na discussão deste tema ao referenciar uma necessidade de mudança nos paradigmas educacionais e científicos, destacando a importância de reconhecer e valorizar saberes historicamente marginalizados. A reflexão desta tese é que a Cooperação Sul-Sul surge como uma alternativa para distribuir equitativamente o conhecimento, fortalecendo as capacidades das universidades nos países em desenvolvimento e de regiões com aguçadas desigualdades, como a Amazônia Legal. A internacionalização não deve apenas seguir padrões do Norte Global, mas promover uma epistemologia do Sul que respeite a diversidade cultural e social.

Para os PPG em transição para um perfil internacionalizado, uma estratégia possível seria fortalecer a cooperação entre países do Sul antes de buscar reconhecimento no Norte, principalmente os países limítrofes aos estados da região. As universidades da Amazônia Legal, ao se internacionalizarem, podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, atraindo investimentos e promovendo também o turismo científico e cultural, por exemplo. Por outro lado, é essencial que as práticas de internacionalização sejam propostas de forma responsável e sustentável, respeitando os conhecimentos dos povos tradicionais e a biodiversidade da região indo ao encontro de uma epistemologia do Sul. As universidades podem desempenhar um papel crucial na valorização das especificidades da Amazônia Legal, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico alinhado as necessidades dos PPG e da região como um todo.

Ainda os resultados deste estudo indicam que a maioria dos PPG analisados tem respondido aos desafios enfrentados na Amazônia Legal. Em particular, observa-se foco significativo em estudos estratégicos relacionados às questões ambientais e à biodiversidade endêmica da região. Essa constatação evidencia que os PPG internacionalizados têm conseguido articular de maneira coerente preocupações regionais às globais. Esse alinhamento demonstra um compromisso com a cooperação Sul-Sul, conforme destacado por Sousa Santos (2016), consolidando assim uma abordagem integrada e abrangente para atender aos desafios inerentes da Amazônia Legal.

Por último, ao responder o problema de pesquisa que norteou esta tese, “os PPG da Amazônia Legal adotam uma atitude de responsividade ativa ao receberem demandas de ações de internacionalização, buscando se adequar gradualmente aos requisitos propostos, mesmo ao enfrentar maiores desafios no processo de internacionalização em comparação com os PPG de regiões mais consolidadas no país”, comprovou-se a hipótese, uma vez que foi verificado na análise dos dados que a responsividade dos PPG às demandas da internacionalização é evidente na elaboração de estratégias específicas e na busca por parcerias internacionais, publicações em revistas buscando o impacto global dos produtos técnico-científicos produzidos pelos colaboradores dos PPG. Portanto, a internacionalização dos PPG na Amazônia Legal é um processo dinâmico, essencial para o progresso científico e acadêmico, impulsionado pela convergência e diversificação de conhecimentos e colaborações. Tanto a força centrípeta quanto a centrífuga desempenham papéis importantes nesse processo, promovendo a qualidade, a diversidade e o reconhecimento global dos PPG.

A tese em questão representou uma significativa contribuição para a pós-graduação na Amazônia Legal ao refletir de maneira abrangente a internacionalização dos PPG na região e sua interação com o desenvolvimento regional. O estudo comprovou que apenas uma pequena fração dos PPG na Amazônia Legal está formalmente considerados como internacionalizados. No entanto, destaca-se que esses programas têm desempenhado um papel significativo ao responder aos desafios específicos enfrentados na região, especialmente concentrando-se em estudos estratégicos relacionados ao meio ambiente e à biodiversidade, articulando preocupações regionais com agendas globais. Além disso, a pesquisa destacou a crescente adaptação dos PPG às demandas de internacionalização, evidenciada pela busca por parcerias internacionais e pela produção de trabalhos científicos com alcance global, apesar das desigualdades socioeconômicas e científicas presentes na região. Esse processo dinâmico de internacionalização, influenciado por forças centrípetas e centrífugas, desempenha um papel crucial no avanço científico e no reconhecimento regional e global dos PPG na Amazônia Legal, contribuindo assim para a redução das disparidades socioeconômicas em relação a outras regiões do país.